

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Luiza Santos Alves

**MULHERES NEGRAS E O ESPAÇO PRIVADO: UMA ANÁLISE
INTERSECCIONAL A PARTIR DA COZINHA**

VITÓRIA
2023

Luiza Santos Alves

**MULHERES NEGRAS E O ESPAÇO PRIVADO: UMA ANÁLISE
INTERSECCIONAL A PARTIR DA COZINHA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Girardi

VITÓRIA
2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

A474 m Alves, Luiza Santos, 1984-
Mulheres negras e o espaço privado : Uma análise interseccional a partir da cozinha / Luiza Santos Alves. - 2023. 146 f. : il.

Orientadora: Gisele Girardi.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Negras. 2. Feminismo. 3. Espaço doméstico. 4. Alimentos
Distribuição geográfica. I. Girardi, Gisele. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

Luiza Santos Alves

**" MULHERES NEGRAS E ESPAÇO PRIVADO: UMA ANÁLISE
INTERSECCIONAL A PARTIR DA COZINHA "**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Geografia.

Aprovada em 06 de setembro de 2023.

Comissão Examinadora:

Profª Drª Gisele Girardi (UFES)

Orientadora e Presidente da Banca

Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim (UFES)

Examinador Interno

Profª Drª Juliana Cristina Teixeira (UFES)

Examinadora Externa

Profª Drª Patrícia Gomes Rufino Andrade (UFES)

Examinadora Externa

Profª Drª Lorena Francisco de Souza (UFG)

Examinadora Externa

Profª Drª Angela Gomes de Souza (Instituto Penedo)

Examinadora Externa





Ficha de aprovação

Data e Hora de Criação: 11/09/2023 às 14:26:27

Documentos que originaram esse envelope:

- Ficha de aprovação.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: 7e77cdf43202f2a3e9463795f09a9ce7fd0c5b17c2af72d0a3b72cacb67b73cd

[SHA512]: f598558ddf6ad12f85403d31134831f2d2501cd6884a66e01ff88fdc45f7834cf6d820c771181f16d2c7d636001e47f4679660962bef950fd7036c60a0cae769

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Gisele Girardi (gisele.girardi@ufes.br)

Data/Hora: 11/09/2023 - 16:03:49, IP: 179.105.107.52, Geolocalização: [-20.293222, -40.298086]

[SHA256]: d67b1ddd166e56727da8a16b13c6b789c4972bf497b3b3c16e1de2cfeef0d79d



ASSINADO - Paulo Cesar Scarim (paulo.scarim@ufes.br)

Data/Hora: 11/09/2023 - 20:27:43, IP: 187.90.220.69, Geolocalização: [-22.782393, -47.073787]

[SHA256]: c57b33af8ea28fd8daefb1b90e9f7daeddc030ca2d6b21e2b387f0784497b4f0



ASSINADO - Juliana Cristina Teixeira (juliana.c.teixeira@ufes.br)

Data/Hora: 11/09/2023 - 23:51:01, IP: 187.36.175.170, Geolocalização: [-20.289945, -40.301363]

[SHA256]: a8dbc3960c1ea76bc98027416725dfc55a35d9641761bfd130675fdc1ba515c6



ASSINADO - Patricia Gomes Rufino Andrade (patricia.andrade@ufes.br)

Data/Hora: 12/09/2023 - 16:26:38, IP: 200.137.65.106, Geolocalização: [-20.274433, -40.303968]

[SHA256]: 008bc274ddfc2db2f5f15c3bd171da3400262fb5c69b382552b0b59fd0039ea6



ASSINADO - Lorena Francisco de Souza (loren.ueg@gmail.com)

Data/Hora: 18/09/2023 - 08:18:12, IP: 189.123.155.24, Geolocalização: [-16.654149, -49.242124]

[SHA256]: 6e4f2caebc1dbd5854cdd5033290e0a1664bf0b53a82a45c631739849238334f



ASSINADO - Angela Gomes de Souza (angela.daus@gmail.com)

Data/Hora: 19/09/2023 - 16:33:18, IP: 138.99.33.117, Geolocalização: [-20.355481, -40.307916]

[SHA256]: cbe141eee5e4c04a824e280c70cc99b149e8fc80c860692c1924c12fbd4d58c4

Histórico de eventos registrados neste envelope

19/09/2023 16:33:19 - Envelope finalizado por angela.daus@gmail.com, IP 138.99.33.117

19/09/2023 16:33:18 - Assinatura realizada por angela.daus@gmail.com, IP 138.99.33.117

19/09/2023 16:33:14 - Envelope visualizado por angela.daus@gmail.com, IP 138.99.33.117

18/09/2023 08:18:12 - Assinatura realizada por loren.ueg@gmail.com, IP 189.123.155.24

18/09/2023 08:17:55 - Envelope visualizado por loren.ueg@gmail.com, IP 189.123.155.24

12/09/2023 16:26:38 - Assinatura realizada por patricia.andrade@ufes.br, IP 200.137.65.106

12/09/2023 16:26:25 - Envelope visualizado por patricia.andrade@ufes.br, IP 200.137.65.106

11/09/2023 23:51:01 - Assinatura realizada por juliana.c.teixeira@ufes.br, IP 187.36.175.170

11/09/2023 23:50:58 - Envelope visualizado por juliana.c.teixeira@ufes.br, IP 187.36.175.170

11/09/2023 20:27:43 - Assinatura realizada por paulo.scarim@ufes.br, IP 187.90.220.69

11/09/2023 20:27:36 - Envelope visualizado por paulo.scarim@ufes.br, IP 187.90.220.69

11/09/2023 16:03:49 - Assinatura realizada por gisele.girardi@ufes.br, IP 179.105.107.52

11/09/2023 16:03:42 - Envelope visualizado por gisele.girardi@ufes.br, IP 179.105.107.52

11/09/2023 14:28:56 - Envelope registrado na Blockchain por aline.ros.2@ufes.br, IP 200.137.65.109

11/09/2023 14:28:54 - Envelope encaminhado para assinaturas por aline.ros.2@ufes.br, IP 200.137.65.109

11/09/2023 14:26:27 - Envelope criado por aline.ros.2@ufes.br, IP 200.137.65.109

Mais uma vez dedico a elas, mulheres da minha vida: minha mãe, Maria José, suas irmãs, Maria das Dores (*in memoriam*) e Susana, e minha tia-madrinha, Iraci.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não foi feita somente por mim e não sei nem como começar a agradecer às pessoas que foram fundamentais para que ela se concretizasse, porque em vários momentos eu achei que isso não aconteceria. Durante boa parte do período da pandemia quis desistir ou sequer pegava o notebook para escrever. Mas, foi nesse mesmo período que comecei a ter cada vez mais contato com os feminismos negros e questões étnico-raciais junto com pessoas que por vezes acreditaram mais em mim do que eu mesma. Foram essas leituras que deram sentido à minha pesquisa e não me deixaram desistir pelo caminho.

Começando pela minha família, agradeço à minha mãe, Maria José, e ao meu pai, Alonso, ao primeiro amor, que veio de vocês. O incentivo à leitura e aos estudos, a vibração com cada passo que dou, a alegria que sentimos juntos nesses momentos, isso é bom demais - recomendo fortemente. Outras pessoas se somam a esse círculo de fortalecimento: minha gratidão ao meu irmão, Henrique, à minha madrinha Iraci e ao meu padrinho José Celito (*in memoriam*), à Lily e Tia Marlene.

Ao meu bem, Bruno, agradeço o que faz de extraordinário por mim e por nós cotidianamente. Obrigada por cuidar de mim e me apoiar. Ainda compondo a família, sou muito grata aos que mais me fizeram companhia na escrita deste trabalho: Benedito e Judith, nossos gatinhos.

A elas, agradeço pelos anos de amizade que passaram e pelos que virão, porque talvez vocês não tenham escolha, vão continuar sendo minhas amigas e, conseqüentemente, segurar minhas marimbas. Obrigada por nunca soltarem a minha mão: Thatyane, Kênia, Macely, Rúbia, Medelin e Douglas Bonella.

Agradeço ao meu antigo e sempre orientador, Paulo Scarim, pelo apoio e incentivo nessa caminhada que começou lá na graduação. À minha orientadora Gisele Girardi, que no meio do caminho topou me acompanhar, obrigada pelas contribuições e pela voz calma.

Ao GEQA agradeço os momentos, as trocas, as comilanças e as amizades que fiz ali ao longo de tantos anos. Em especial à Rafaela Fardin, Pedro Henrique, Luiz Henrique e Paulo Cesar Aguiar. Também sou grata ao POESI pelo recente acolhimento.

Às pessoas queridas da Geografia, de tantas viagens, cervejas e conversas, obrigada Cleber, Hudson, Gabriel e Daniel.

Meu agradecimento à Laís Fernanda pela leitura e revisão atenta e cuidadosa do texto, e ao Wheber pela tradução do resumo.

Agradeço quando olho no espelho e vejo que não desisti, que cheguei até o fim, que escrevi um trabalho do qual me orgulho muito, mesmo com aquele pensamento de que sempre poderia ter ficado melhor, que eu poderia ter me dedicado mais. Para reconhecer meus méritos e limites, agradeço à Naara, minha psicóloga, que me acompanhou nesse processo.

Agradeço às mulheres negras que vieram antes de mim e possibilitaram que eu tenha chegado até aqui. Ainda há muito a fazer e espero que eu possa contribuir para que outras, depois de mim, voem ainda mais longe e o caminho seja mais brando.

RESUMO

Esta pesquisa traz análises sobre o espaço privado na geografia brasileira, reverberando no trabalho de mulheres negras na cozinha no campo da geografia dos alimentos e da alimentação. Através de revisão de literatura através os temas do espaço privado na geografia brasileira, construção da feminilidade, mito do amor materno e trabalho doméstico para discutir as presenças e ausências de mulheres negras na geografia dos alimentos e da alimentação no Brasil. Como resultados, afirmamos que o espaço privado é enfoque de pesquisa das geografias feministas no Brasil e que, mesmo com uma presença massiva na realidade, as mulheres negras estão ausentes dos estudos no campo da geografia dos alimentos e da alimentação brasileira. Através de uma análise interseccional, apresentamos a relevância dessas mulheres para as pesquisas da geografia dos alimentos e da alimentação ao demonstrar por meio de depoimentos de mulheres negras trabalhadoras domésticas a transição entre a margem e o centro, nas casas e fora delas (espaço público e privado); a confirmação da presença e da importância das mulheres negras para o contexto alimentar brasileiro; que mulheres negras empobrecidas dedicam mais horas aos afazeres domésticos em suas casas (trabalho reprodutivo) e como trabalhadoras domésticas no espaço considerado produtivo.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Interseccionalidade; Trabalho Doméstico; Espaço Privado; Geografia dos Alimentos e da Alimentação.

ABSTRACT

This paper aims to bring some analyses on private space in Brazilian Geography. It reverberates to the work of Brazilian Black women in the kitchen concerning the Geography of food. Through literature review, we cross the themes of private space in Brazilian Geography, womanhood construction, motherly love myth as well as housework in order to discuss presences and absences of Brazilian Black women inside the Geography of food in Brazil. As a result, we affirm that private space is one of the focus of research for feminist Geographies in Brazil and that, even with a massive presence in reality, Brazilian Black women are absent in the studies of Brazilian Geography of food. Upon an intersectional analysis, we present the relevance of those women for the research of the Geography of food. We also demonstrate, by testimonies of Black women houseworkers, the transition between the margin and the center, inside and outside the household (private and public space); the confirmation of the presence and the importance of Brazilian Black women to the Brazilian food context; that these Black and poor women dedicate more hours to their household chores in their own homes (reproductive work) and as houseworkers in the productive space.

Key words: Black Women; Intersectionality; Housework; Private Space; Geography of Food.

RÉSUMÉ

Cette recherche analyse l'espace privé dans la géographie brésilienne, en ce qui concerne le travail des femmes noires dans la cuisine dans le domaine de la géographie des aliments et de l'alimentation. À travers la révision de la littérature je traverse les thèmes de l'espace privé dans la géographie brésilienne, la construction de la féminité, le mythe de l'amour maternel et le travail domestique pour discuter les présences et les absences des femmes noires dans la géographie des aliments et de l'alimentation au Brésil. Comme résultat, nous affirmons que l'espace privé est l'objet de recherche des géographies féministes au Brésil et que, malgré leur présence massive dans la réalité, les femmes noires sont absentes des études dans le domaine de la géographie des aliments et de l'alimentation. À travers une analyse intersectionnelle, nous présentons la pertinence de ces femmes pour les recherches de la géographie des aliments et de l'alimentation. Je démontre à travers les témoignages des femmes noires travailleuses domestiques la transition entre la marge et le centre, dans les maisons et au-dehors (l'espace public et le privé) ; la confirmation de la présence et de l'importance des femmes noires pour le contexte alimentaire brésilien; le fait que les femmes noires et pauvres consacrent plus d'heures aux tâches ménagères dans leurs maisons (travail reproductif) et comme travailleuses domestiques dans l'espace productif.

Mots-clé: Femmes Noires; Intersectionnalité ; Travail Domestique; Espace Privé; Géographie des Aliments et de l'Alimentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relançamento do PAA em Pernambuco.....	119
Figura 2 - Exposição Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros.....	120
Figura 3 - Exposição Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por ocupação e renda.....	72
Tabela 2 - Trabalhadoras domésticas no Brasil por gênero e raça/cor.....	84
Tabela 3 - Rendimentos das trabalhadoras domésticas por raça/cor	85

LISTA DE SIGLAS

ABPN – Associação Nacional de Pesquisadores/as Negros/as
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
GEQA - Grupo de Estudos sobre a Questão dos Alimentos
GETE - Grupo de Estudos Territoriais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
OGB – Observatório da Geografia Brasileira
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
Rede PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFG - Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Trajectoria e inquietações da pesquisadora.....	16
Percursos metodológicos	21
Base teórica.....	27
1 O ESPAÇO PRIVADO NA GEOGRAFIA.....	35
1.1 Quem olha para dentro de casa: geografias feministas e espaço privado	36
1.2 “E eu não sou uma mulher?” – mulheres negras e feminilidade.....	54
2 TRABALHO DOMÉSTICO E MULHERES NEGRAS: INTER-RELAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO.....	69
2.1 Análise interseccional do trabalho doméstico.....	70
2.2 Entre a margem e o centro: o cotidiano das trabalhadoras domésticas	86
2.3 Pensando mulheres negras geograficamente: contribuições do feminismo negro e das geografias negras.....	90
3 A COZINHA COMO ESPAÇO PARADOXAL	105
3.1 Quem é que faz? Ausências das mulheres negras na geografia dos alimentos.....	108
3.2 A fome tem cor e gênero: insegurança alimentar e mulheres negras	117
4 MEMÓRIAS DE MARIA	122
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	135

INTRODUÇÃO

Trajetória e inquietações da pesquisadora

Esta pesquisa é resultado de inquietações; essa é a palavra que vem à minha mente quando penso em como iniciei e como estou terminando esta etapa. Eu tinha um ponto de partida, mas o de chegada foi alterando-se ao longo de toda a produção deste trabalho. O estudo sobre alimentos na geografia está presente na minha trajetória acadêmica há alguns anos - sou membro do GEQA (Grupo de Estudos sobre a Questão do Alimento), que pesquisa o alimento e a alimentação na geografia - e a proposta, inicialmente, era partir do pressuposto que mulheres cozinham para outras pessoas e como aconteceria no meio urbano. No mestrado discuti a relação do alimento com a Geografia analisando o artigo 14 da Lei 11.947/2009, que obriga as instituições educacionais públicas e filantrópicas a adquirir parte do que é consumido na alimentação escolar da agricultura familiar. Para esse fim, alguns conceitos da geografia dos alimentos e da alimentação foram retomados e as formas como eles estão presentes enquanto objetos de análise desse campo de estudos.

Quando ainda era o esboço de projeto de doutorado, partimos da ideia de pesquisar o papel das mulheres na alimentação cotidiana do espaço urbano. Nesse período de construção do projeto de doutorado, deparei-me com a geografia feminista, com a qual nunca havia tido contato durante a graduação e mestrado. Aliás, nas leituras não só da geografia feminista, como da epistemologia feminista, dei-me conta que toda a minha trajetória na Geografia até ali tinha sido feita da maneira que chamarei, concordando com McKittrick (2006), de tradicional.

Lemos sobre o espaço, debatemos sobre o espaço, discutimos o espaço, fizemos inúmeros trabalhos sobre o espaço e fomos a muitas aulas de campo para, afinal, estarmos naquele espaço que tanto e de tantas formas aparecia em sala de aula. Eles eram diferentes: espaço urbano e espaço agrário, por exemplo. Sabíamos claramente que eram diferentes. Eram visões que buscavam ser totalizantes do espaço analisado. E aquele que falava sobre, seja o autor/a do texto ou professor/a também tinha uma visão que tinha a intenção de abarcar todos os aspectos daquele espaço para fazer sua análise, a partir daquela grande escala; quanto maior a escala,

melhor. E, dessa forma, também aprendi a fazer uma análise que se aproximasse da mais completa possível, com um certo distanciamento, não deixando que minhas opiniões pessoais ou sentimentos interferissem naquele processo. Durante a graduação e o mestrado, um aspecto que passou pela minha experiência na universidade foi sobre as aproximações com os/as sujeitos/as que fariam parte de algum trabalho, seja a partir de observação ou entrevista. Nessas situações, a distância entre o/a pesquisador/a e o/a sujeito/a deveria ser a maior possível, não no sentido físico, mas para que o/a pesquisador/a não interferisse no processo e, assim, reportasse o fato de forma que pensava ser objetiva.

Então, deparei-me com a perspectiva feminista da ciência. Ali as autoras afirmam que não tem como o/a pesquisador/a não interferir no processo, por exemplo, e isso não deve invalidar a pesquisa. Só não podemos prometer entregar objetividade e conhecimento universal, porque isso não existe.

Na Geografia, as perspectivas feministas trazem uma visão não linear e olham para lugares ignorados na Geografia tradicional: o micro, o espaço privado, a microescala, o corpo. Penso, então, que uma perspectiva feminista da nossa disciplina é reaprender a olhar, reaprender a observar e tentar (e conseguir) compreender inúmeras situações, que são diversas, de outras maneiras. Ir a campo e saber que nossa presença vai influenciar nos resultados; voltar o olhar para a microescala; considerar o corpo fator importante para produção e análise do espaço.

Nesse já desviado caminho enveredei pelas geografias feministas e feminismos e, por um instante, pensei que o alimento não faria mais parte do trabalho; queria investigar mais a fundo o espaço privado na geografia e métodos de pesquisas feministas. Mais tarde voltei para a cozinha, de onde talvez nunca tenha saído, mas com outro olhar sobre a geografia dos alimentos e da alimentação. Como disse no início, sinto a necessidade de expor esse trajeto porque todas essas leituras mexeram e remexeram pessoalmente as minhas vivências (passadas, presentes e futuras), as minhas perspectivas de pesquisa e de vida. Lembro-me que no mestrado eu entrei com um projeto, segui e concluí com praticamente a mesma ideia, o que não tem nada de negativo, é só um fato. Aqui não. Aqui, a cada parágrafo, a cada frase de Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, entre tantas outras, alguma coisa dentro de mim se acende, com alegria ou tristeza, com excitação ou raiva. Um tanto perdida e ao mesmo tempo tão “encontrada”, esta pesquisa e esta pesquisadora tomaram diferentes rumos de vida e de escrita e, aqui, procurei colocar em palavras

o que sei com a razão e o que sinto - dessa vez sabendo que o que sinto é válido para a construção do conhecimento e para a pesquisa.

Algumas questões surgiram enquanto andava por essas estradas e nelas se abriam outros caminhos em várias direções. No começo, a contribuição que a geografia feminista oferece já abre um leque de possibilidades de pesquisa que parecia não ser possível em outras linhas, mas isso não bastava, faltava alguma coisa. Adicionando o recorte de classe ao feminismo, entendendo que existem diversas correntes feministas, aumentou a compreensão do que pretendemos aqui. Era necessário, ainda, acrescentar o recorte de raça a este trabalho. Explico: desde que parti das mulheres que cozinham para o outro no espaço urbano, percebo que na discussão do trabalho doméstico e de cuidado, as mulheres negras são ainda mais sobrecarregadas que as brancas e que o racismo é fator determinante na construção da sociedade brasileira nos colocando, dessa, maneira, nesse lugar de desvantagem em todos os aspectos, inclusive os de base econômica; no entanto, esse recorte racial não apareceu nos textos de geografia feminista e nas teorias acerca da construção da feminilidade.

No Brasil as mulheres, mais que os homens, dedicam muitas horas da sua semana à realização de tarefas domésticas em suas casas. Mas, entre as mulheres, as negras dedicam mais horas do que as brancas, ao mesmo tempo em que dedicam menos tempo aos estudos que elas (IBGE, 2021). Já entre as trabalhadoras domésticas, dentre as mulheres, que perfazem mais de 90% desse corpo de trabalho, mais de 60% são negras (DIEESE, 2021). Esses dados nos levam a pensar na história do Brasil e em como a população negra deste país continua, por séculos, a ocupar os mesmos lugares e exercer as mesmas funções do período escravagista, entre elas a de servir ao outro e de não ser sujeito, ser sempre o Outro, ou, como nos mostra Sueli Carneiro (2005), o Não-ser. A interseccionalidade, nesse momento, apareceu como lente que permitiu vislumbrar a inter-relação entre gênero, classe e raça dando a devida relevância para os impactos do racismo nas relações sociais e na construção do pensamento presente nesta tese. Apesar das importantes contribuições do feminismo e da geografia feminista anglo-saxônica, entender o que se passa em um país como o nosso precisa ir além desse pensamento e ter outro ponto de partida.

Ao longo do caminho percebi que as bases teóricas do feminismo e da geografia feminista brasileira, com as quais eu tive contato, não alcançavam as vivências das mulheres negras, principalmente no que se refere ao espaço privado,

que é central neste trabalho. Foi necessário, portanto, que a discussão se ampliasse para outras áreas do conhecimento. Assim, pretendemos compreender a constituição das mulheres, no geral, e das mulheres negras, em particular, enquanto sujeito social responsável pela reprodução do lar e pelo trabalho doméstico no espaço considerado produtivo. Através do trabalho doméstico e da atividade de cozinhar, também é possível discutir a inter-relação entre os espaços público e privado. Lançamos mão, ainda, das geografias negras e feminismos negros para verificar a espacialidade de mulheres negras no espaço privado. É recente que as relações étnico-raciais apareçam como questão central dentro da ciência geográfica no Brasil, o que aconteceu com mais força após a implementação da política de cotas raciais para a entrada nas universidades públicas. Permeando esses temas, pode-se constatar a ausência das mulheres negras, tanto no espaço privado quanto no espaço público, nas discussões sobre alimentos e alimentação na geografia brasileira e por esse motivo explanamos a necessidade de incorporá-las nesse debate.

Cabe aqui, ainda, uma autocrítica, pois em meu trabalho de mestrado, uma pesquisa sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio do artigo 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, discutimos a relação do alimento com a geografia. Foi uma discussão acerca da globalização da alimentação, fome, estrutura fundiária brasileira, agronegócio, campesinato e políticas públicas voltadas à alimentação. Não há como relacionar geografia e alimentação sem citar Josué de Castro, que dedicou a vida a pesquisar e denunciar a fome no país, o que levou à elaboração da primeira política pública de combate à fome no Brasil. Depois, a conceituação e a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar dos brasileiros, uma breve contextualização da agricultura familiar no Espírito Santo, e a discussão do próprio termo e como ele surgiu também é abordada. Um apanhado histórico acerca das políticas públicas de combate à fome no Brasil e voltadas para a agricultura familiar é colocado em seguida. A conceituação de Segurança Alimentar e Nutricional e como ela é trabalhada no Brasil se faz presente no subcapítulo seguinte. Depois, apresentamos o histórico da alimentação escolar no Brasil, e como se dá a alimentação no ambiente escolar no mundo, a partir do relatório da ONU de 2013. O trabalho, intitulado “O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Espírito Santo: uma análise geográfica” (ALVES, 2015) tratou deste tema no ambiente escolar e da importância do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 para os produtores (camponeses) e para os consumidores finais (estudantes) por meio dos elementos do espaço

propostas por Santos (2012) de homens, firmas, instituições, meio ecológico e infraestruturas. Por esse caminho, passamos por diversos temas que fazem parte do ato de se alimentar, que, muito mais que levar comida à boca, é um ato que possui rituais, cheiros, sabores e saberes. Porém, em nenhum momento consideramos olhar para quem fazia a comida nas escolas, ou a raça dos estudantes que se beneficiam com a refeição feita nas escolas, que penso, hoje, ser efeito da invisibilização das pessoas negras na Geografia, como pesquisadores/as e sujeitos/as.

Entre paradas, desvios e retornos, retomo (mais) uma inquietação: a de trazer a história de uma pessoa com quem tive e tenho muito contato. Trata-se de Maria. A história da vida dela é uma história particular que se entrelaça a muitas histórias de vida de mulheres negras. Recupero e sistematizo histórias que ouvi durante toda vida. Essas memórias vão aparecer ao longo do texto, onde forem pertinentes, mostrando um cotidiano de uma história em particular, mas que está presente nas teorias apresentadas aqui e no cotidiano de outras tantas mulheres negras. Trazer essas lembranças, que estão presentes na vida de Maria e na minha, também foi uma ideia que tive no início do projeto que, ao longo da pesquisa, pareceu um pouco deslocada, mas que de alguma forma estava ali, latente. Quando retornei ao tema dos alimentos e da alimentação, percebi que esses relatos sempre fizeram sentido para a construção deste trabalho.

Esta pesquisa pode, pelos motivos citados anteriormente, conter caminhos meio tortuosos, um pouco circulares, porque é dessa forma que ela foi construída – com algumas paradas, desvios e retornos. Se no início, como já disse, a intenção era analisar o papel da mulher como responsável pela preparação do alimento no espaço urbano brasileiro; durante as leituras outros caminhos analíticos e metodológicos se abriram, então finalizamos com uma proposta de análise interseccional para a geografia dos alimentos e da alimentação brasileira. Durante esse período até pensei que a alimentação não apareceria mais com tanta importância, porém, ao me deparar com pesquisas sobre a mulher negra e a cozinha, foi inevitável. Eu voltei para o campo de estudo do qual faço parte há muito tempo e me possibilita contribuir para a geografia dos alimentos e da alimentação. Começamos, então, pela revisão bibliográfica que me levou aos questionamentos aqui presentes. Como já citado, os feminismos europeu e estadunidense têm sua importância, não se trata de dispensar ou achar que eles não nos servem de nada, trata-se de enxergar que não são

suficientes para atingir o objetivo da pesquisa pois não respondem todas as questões, assim como não abarcam a vivência de todas as mulheres.

Percursos metodológicos

Retomando a questão inicial da pesquisa, que foi analisar mulheres que preparam as refeições no espaço urbano, apresento as etapas de construção e costura desse trabalho. Isso é resultado de outras perguntas que se somaram à questão inicial; vários questionamentos surgiram ao longo da pesquisa: que mulheres são essas que cozinham para outras pessoas? Porque nem todas as mulheres fazem o trabalho doméstico. Do feminismo e da feminilidade, que são europeus, o que chega no Brasil, um país colonizado? Por que as mulheres negras compõem a maior parte da força de trabalho dos serviços domésticos no país? E por que elas não aparecem nos estudos da geografia dos alimentos e da alimentação? Entendi ao longo dessa jornada e através de várias revisões de literatura que as mulheres negras são sujeitas muito importantes quando se trata de alimentação no Brasil, pois são elas que estão nas cozinhas das suas próprias casas, estiveram na casa-grande do período escravista e, por um plano estratégico político do país, estão ainda nas cozinhas das classes mais abastadas e seus salários, quando o recebem, continuam baixos no mercado de trabalho; também se encontram vendendo alimentos nas ruas e cozinhando em restaurantes. No entanto, o resultado é que elas estão ausentes nas discussões da geografia dos alimentos e da alimentação no Brasil, e é urgente que se façam presentes. Devido a essa lacuna, o objetivo foi evidenciar as maneiras que as mulheres negras aparecem no espaço privado na geografia brasileira, utilizando a interseccionalidade como ferramenta analítica e a cozinha como espaço paradoxal, a fim de dar início a esse debate e apresentar formas de incorporá-las nele.

Assim como outras pesquisas feministas e antirracistas, esta pesquisa se situa na subjetividade. Partimos de Amatuzzi (2006) que diferencia objetividade de subjetividade na pesquisa a partir de sua experiência como pesquisador e orientador de pesquisas em psicologia. A objetividade científica, de acordo com o autor, significa a/o pesquisador/a considerar a coisa tal como ela é em si mesma, e não como ele/a

gostaria que fosse. O conhecimento objetivo na ciência, de acordo com ele, é cercado de todas as garantias de segurança. Ele compara com a consciência, que é “o saber-se do saber” (Amatuzzi, 2006, p. 94) e nos inclui na relação com o objeto; “aqui saber, agir e sentir são indissociáveis” (Amatuzzi, 2006, p. 94). A subjetividade, então, aparece como a consciência de si, a autoconsciência. Não é possível conhecê-la apenas objetivamente, pois ela é um caminho de envolvimento pessoal. A pesquisa subjetiva pode, portanto, “modificar a consciência das pessoas envolvidas, incluindo aí os seus leitores, e pelo fato mesmo tende a alterar o modo de ação dessas pessoas” (Amatuzzi, 2006, p. 96). Outras intelectuais feministas, antirracistas e do feminismo negro defendem, da mesma forma, o olhar subjetivo nas pesquisas, e sendo esta pesquisa muito próxima da minha vivência, a subjetividade está presente em toda parte dela.

Este texto é forjado a partir, também, de escrevivências (Evaristo, 2020), porque ele pretende modificar ações e pensamentos pré-concebidos sobre mulheres negras, e porque, a partir da minha visão e da minha escrita, busco falar sobre a realidade de uma coletividade, que são as mulheres negras, a partir de vários incômodos que também são meus.

Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera [...] Um mundo que busco apreender para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha (EVARISTO, 2020, p. 35).

O ato de escrever a partir da nossa subjetividade e das nossas vivências não é fácil nem simples porque aprendemos na academia a escrever de forma neutra e objetiva. Trazer a expressão cunhada por Conceição Evaristo para uma tese e defender que se possa escrever aqui também é reforçar, sempre, que nossa história importa e que não estamos sozinhas. Essa parte da história de mulheres negras que pesquisei e escrevi neste trabalho é a história de muitas mulheres da minha família e muitas outras mulheres negras, e a escrevivência me dá suporte para afirmar que esta tese não é feita só por mim.

Explicadas as inquietações e subjetividades que fazem parte deste trabalho, é necessário explicitar as metodologias empregadas para concretizá-lo. Esta pesquisa é baseada em revisão de literatura, aportada na interseccionalidade como ferramenta analítica – ou sensibilidade analítica, nas palavras de Carla Akotirene (2020) – e em excertos de entrevista com D. Risoleta (Bosi, 1994) e memórias de Maria, coletadas por mim. Para dar centralidade espacial à cozinha, utilizo o conceito de espaço paradoxal proposto por Rose (1993).

Em todo o texto se entrelaçam o referencial teórico e algumas revisões de literatura. Separo em duas estratégias porque no referencial teórico busquei aprofundar temas que considero fundamentais para compreensão da espacialidade feminina no geral, que consideram a mulher como sujeito universal - como a feminilidade, a família nuclear e o mito do amor materno – e as formas que eles aparecem (ou não) na vivência e no cotidiano de mulheres negras. As revisões de literatura foram importantes para verificar se e como os temas procurados (espaço privado e mulheres negras; mulheres negras e alimentação) estão sendo trabalhados nas pesquisas geográficas.

Começo pelas geografias feministas, em que busco compreender a relevância do espaço privado em sua inter-relação com o espaço público e porque as análises sobre ele são ausentes no que podemos denominar, concordando com McKittrick (2006), de geografia tradicional. Em cuidadosa busca no Portal de Periódicos da Capes, concluí que os estudos sobre o espaço privado, no sentido do lar, são enfoque da vertente feminista da geografia. As relações e o trabalho que se desenvolvem nesse espaço também foram deliberadamente ignorados pela ciência em geral, e a Geografia não fugiu a essa regra. Portanto, compreender como e porque foi delegado historicamente às mulheres as atividades domésticas e de cuidado faz parte da construção desta pesquisa, e para esse fim foi fundamental entender a ideologia da feminilidade. É importante para o desenvolvimento deste trabalho ter ciência que essa ideologia foi pensada para mulheres brancas, burguesas e europeias do século XVIII, período de consolidação da sociedade urbano-industrial. No entanto, no Brasil quem mais realiza as atividades domésticas e de cuidado são mulheres negras (IBGE, 2021), portanto a feminilidade e o feminismo civilizatório (Vergès, 2021) não dão conta de explicar particularidades das mulheres negras. Logo, foi da mesma forma fundamental o aprofundamento nos feminismos negros, que fornecem como ferramenta analítica sensível (Akotirene, 2021) a interseccionalidade, de maneira que

torna-se possível compreender a constituição da mulher negra brasileira como sujeita nesta pesquisa.

A partir desse ponto adentro um pouco mais o espaço privado, chegando à cozinha, parte da casa ainda mais esquecida pela ciência e, como consequência, quem atua nela está, da mesma forma, invisível. A geografia feminista, nesse ponto, apresenta o conceito que utilizo para que a cozinha seja central na minha análise: o espaço paradoxal. Dessa forma, busco analisar a cozinha como espaço paradoxal e mulheres negras que nela atuam um paradoxo do espaço, pois ocupam a margem e o centro e assim conseguem enxergar as contradições dentro do feminismo dominante (Rose, 1993). Dar visibilidade a este local da casa e a quem atua nele é tirar da invisibilidade da ciência geográfica o local e as A geografia se faz presente nos estudos do alimento e da alimentação de diversas formas, desde a produção sujeitas de extrema importância para a produção do espaço. Apesar da crescente discussão sobre mulheres negras na geografia, elas ainda estão pouco presentes nas discussões das geografias feministas e ausentes nas análises da geografia dos alimentos e da alimentação.

A partir dessas leituras, a necessidade de saber também o porquê de a mulher estar associada ao espaço privado me leva a destrinchar a construção da feminilidade e a conformação da família nuclear como modelo ideal de família a partir da modernidade. Observando que este modelo de família e de personalidade feminina não cabia na realidade das mulheres não-burguesas e não-brancas, fui em direção a um feminismo que abarcasse a classe trabalhadora e me debrucei sobre a teoria da reprodução social, vertente marxista do feminismo. Ainda assim, mesmo que apontasse a questão racial, a raça não era central para essa vertente do feminismo. Então recorri a autoras negras que colocam a raça no centro da discussão, a fim de agregar à pesquisa teorias do feminismo negro. Essa diferença passa pelo racismo e pela construção de uma sociedade estruturada no racismo, como a brasileira.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram feitas revisões de literatura sobre a maneira como o espaço privado aparece na geografia brasileira; e sobre a presença de mulheres negras nas geografias feministas e na geografia dos alimentos e da alimentação. Para a investigação, utilizei operadores booleanos no Portal de

Periódicos da Capes. A busca no Observatório da Geografia Brasileira¹ (OGB) foi possível graças à disponibilidade e ajuda de Cíntia Cristina Lisboa da Silva, já que o banco de dados ainda não está com acesso aberto ao público em geral.

Utilizo como ferramenta analítica a interseccionalidade, que aparece como análise teórica (Collins, 2021) na relação entre diferentes áreas do conhecimento para compor a tese e na compreensão da mulher negra como sujeita central da análise. É preciso pensar um corpo que é atravessado por diversas opressões, é essencial para pensar a alimentação no Brasil e sofre a tentativa de ser engolido pelo feminismo civilizatório, que universaliza a experiência das mulheres e acaba favorecendo mulheres brancas. Somente o entendimento da simultaneidade não hierarquizada de opressões é capaz de explicar essa ausência. Por fim, o conceito de espaço paradoxal (Rose, 1993), que traz visibilidade a escalaridades ignoradas pela Geografia, é utilizado para se pensar a cozinha, esse cômodo crucial e presente no cotidiano, porém invisibilizado pela Geografia.

Este trabalho, portanto, dirigiu-se a demonstrar a importância das mulheres negras no debate da geografia dos alimentos e da alimentação no Brasil a partir de problematizações acerca da construção da feminilidade e de quem exerce o trabalho doméstico no país. Amparadas pelas geografias feministas e geografias negras, pelo feminismo negro, pelos dados de órgãos oficiais e por relatos de trabalhadoras domésticas, alcançamos o objetivo de agregar à geografia dos alimentos e da alimentação contribuições para enriquecer ainda mais esse debate, incluindo como sujeitas as mulheres negras, imprescindíveis para pensarmos a alimentação brasileira.

Para confirmar que as teorias apresentadas aqui comparecem com bastante força na realidade do cotidiano, trouxe dois depoimentos: o de D. Risoleta (Bosi, 1994) e o de Maria. São lembranças de duas mulheres negras, em épocas e lugares diferentes, em seus ambientes familiares e de trabalho, especialmente na cozinha. O motivo é reiterar as afirmações que faço sobre a trajetória de mulheres negras na

¹ O Observatório da Geografia Brasileira (OGB) é um projeto que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) desde 2008. O OGB oferece à comunidade geográfica brasileira, estudantes, professores(as) e pesquisadores(as) a possibilidade de explorar o nosso acervo e produzir análises sobre a Geografia Brasileira. (SILVA, 2022)

cozinha, mas apontar semelhanças com o que conta Maria, inclusive na escolha das palavras.

É necessário justificar a ausência da submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para essas falas. A ideia de finalmente sistematizar essas lembranças contadas a mim através das histórias, fez-se presente com mais força na etapa final do trabalho, na qual já não haveria tempo hábil de submeter ao CEP/CONEP. Assim, como Guerriero (2023), penso ser melhor contribuir com a construção do conhecimento, neste caso geográfico, adicionando esses relatos tão ricos mesmo que sem submeter ao CEP. Essa autora, que fez parte do CONEP por mais de uma década, tece diversas críticas ao Conselho em relação às pesquisas das Ciências Humanas e Sociais, mesmo após a Resolução N°510/2016 - a primeira a tratar das metodologias próprias dessa área do conhecimento. Como o CONEP é regido pelo Conselho Nacional de Saúde e pelo Ministério da Saúde, há um predomínio de pessoas da área de biomédicas, o que indica a hegemonia dessa área do conhecimento e seus métodos positivistas de pesquisa. Um deles é a busca pela neutralidade, bastante criticada pelas intelectuais feministas, que traz consigo a exclusão da subjetividade, indo de encontro à proposta desta pesquisa, na qual assumimos que “o conhecimento é produzido na intersubjetividade, portanto assumindo a subjetividade do pesquisador e do participante” (Guerriero, 2023, p. 02). Apoio-me, ainda, em Guerriero (2023) ao ter ciência da minha formação ética enquanto pesquisadora que se reflete nos relatos trazidos aqui. Por isso, dada a relevância do relato, com o consentimento da entrevistada, com a garantia do anonimato e a supressão de partes dos relatos que a pudessem identificá-la, decido que é mais importante estar aqui, para compor esta pesquisa e inspirar outras.

A formação da sociedade brasileira estruturada no trabalho de pessoas negras escravizadas é necessária para assentar o motivo pelo qual mulheres negras ainda são a maioria das trabalhadoras domésticas do país, em condições muitas vezes degradantes e com baixa remuneração. O encontro com Taís Machado (2021) foi o que faltava para voltar à cozinha; talvez eu nunca tenha saído de lá completamente. E é assim que aponto a ausência de mulheres negras na geografia dos alimentos e da alimentação brasileira, já que nosso paladar, costumes e hábitos alimentares foram formados por elas, seja na cozinha de nossa casa (como nossa parente ou

trabalhadora doméstica), PretQuase sempre há uma mulher negra por lá. Junto aos nossos passos, nossos pratos também vêm de longe².

Base teórica

Este trabalho é grande justificativa do porquê o espaço privado importa para a análise espacial, além de apontar a ausência de mulheres negras na geografia dos alimentos e da alimentação. Isso foi abordado através de revisão de literatura que se dirigiu a explorar como as mulheres negras aparecem na geografia dos alimentos e da alimentação na geografia feminista e nas geografias negras brasileiras em seu cotidiano no espaço privado, especificamente na cozinha. Para trazer à superfície da geografia dos alimentos e da alimentação brasileira que mulheres negras são sujeitas centrais na alimentação brasileira, apesar de aparecer pouco (ou não aparecer, simplesmente) nessa área de estudos, ou seja, tem grande ausência analítica apesar de ter grande presença concreta. Logo, foi necessário recorrer a outros escopos da geografia, como as negras e as feministas, e a outras áreas do conhecimento, como História, Literatura, Antropologia, Administração e Direito.

A Geografia conta com uma vertente feminista que volta seu olhar para o espaço privado e o cotidiano. É nessa microescala, repetidamente, que mulheres, em sua maioria, exercem tarefas essenciais ao funcionamento do espaço público, indiscutivelmente estudado a fundo pela Geografia. No entanto, a geografia feminista não pretende sobrepor o espaço privado sobre o público; sua intenção é mostrar que esses espaços são inter-relacionados e interdependentes e, portanto, não há prevalência de um sobre o outro. A geografia feminista também nos dá elementos, assim como outras perspectivas de se fazer ciência feminista, para que a pesquisa seja reflexiva e posicionada. Mas, dentro das geografias feministas no Brasil, senti falta de pesquisas voltadas para a atuação da mulher negra no espaço privado, que é

² “Nossos pratos vêm de longe” é de autoria da nutricionista Bruna Pedroso Thomaz de Oliveira, retirada da rede social Instagram @brunacrioula.

quem mais exerce o trabalho doméstico e de cuidado no Brasil, seja em sua casa, seja nas casas de outras pessoas. A construção de uma sociedade baseada no trabalho de pessoas escravizadas, como a nossa, mantém resquícios até hoje de exploração dos corpos negros, e um deles é a manutenção da mulher negra em trabalhos menos valorizados e com menor remuneração, como o trabalho doméstico e de cuidado. Partindo desse pressuposto, a proposta é mostrar como o espaço privado aparece na geografia brasileira, relacionando as geografias feministas com este espaço e evidenciando que ele é enfoque das geografias feministas no Brasil.

Nesta seção apresento as autoras – em sua maioria - e autores com os quais fui tecendo um diálogo a fim de atingir o objetivo da pesquisa. Começo pela geografia feminista brasileira, na qual um dos pontos de destaque é o rompimento da dicotomia entre o espaço público e o espaço privado. Para essa vertente da geografia o espaço privado é tão rico para análise quanto o espaço público e os dois são interdependentes, bem como o estudo e análise do microssocial e do espaço privado. O cotidiano, nessa perspectiva, se mostra um farto campo de análise, nesse caso principalmente porque o cotidiano de grande parte das mulheres negras trabalhadoras domésticas acontece dentro do espaço privado e/ou na inter-relação entre eles.

É necessário entender como se deu a construção da feminilidade, que exponho através de Maria Rita Kehl (2016) e Silvia Federici (2017; 2019). Friederich Engels (2012) também auxilia a compreender a consolidação da família nuclear, onde a mulher exerce todo o seu potencial feminino de acordo com as normas e regras construídas naquele momento e para aquele momento da história. Donna Haraway (1995) é base para várias autoras da ciência feminista que demonstraram de que maneira podemos e devemos fazer uma pesquisa posicionada levando em conta a subjetividade e reflexividade, e não a objetividade, tampouco pretender ter um olhar universal sobre os fatos. Até aqui, a grande maioria das autoras são brancas e/ou europeias ou estadunidenses. A importância de ressaltar isso está no fato de que a feminilidade não foi pensada para a mulher escravizada, para a mulher das colônias, para a mulher indígena, mas todas nós sofremos as imposições dessa ideologia acrescidas de racismo e opressão de classe. Por isso a necessidade de utilizar as lentes da interseccionalidade, que une a discriminação racial, de classe e de gênero (além de idade, capacidade e muitas outras) e dificulta a vida de mulheres negras (Crenshaw, 2004).

As tarefas domésticas cotidianas, invisibilizadas e muitas vezes não remuneradas ou mal remuneradas, são de crucial importância para o pleno funcionamento do espaço público. E esse trabalho, feito no espaço privado, de não só cozinhar, limpar, arrumar, mas de criar filhos – seus e/ou de outras pessoas – aptos para o sistema, cuidar deles e amá-los – que também se torna quase obrigatório -, é feito por mulheres. Nesse sentido, encontramos na teoria da reprodução social não só o trabalho doméstico, mas a exploração da mão de obra feminina pelo capital. Como estamos no Brasil, não é possível nem honesto tratar desse assunto ignorando a questão racial, é preciso que ela seja central.

No momento em que adentramos a leitura decolonial e interseccional do feminismo, nos deparamos com Lélia Gonzalez, grande pensadora do feminismo negro brasileiro. O feminismo negro, que tomo aqui, é, da mesma forma, imprescindível para a compreensão do papel da mulher negra no espaço privado, uma vez que, no Brasil, essa é a mulher que executa as tarefas domésticas – suas e dos outros, essa é a mulher que cuida, essa é a mulher que arruma o mundo antes do mundo acordar (Vergès, 2020).

O mito da democracia racial faz com que o racismo imbricado na nossa sociedade permaneça sempre ali, presente, mas enquanto país nós negamos que ele exista. Reflexo disso é a permanência de mulheres negras, antes as escravizadas domésticas ou mucamas, como trabalhadoras domésticas e a manutenção também desse trabalho como desvalorizado e pessimamente remunerado. Assim, formam-se gerações de mulheres negras que exercem as mesmas funções há séculos. Nesse ambiente inóspito que é o Brasil para as pessoas negras, seja nos espaços públicos ou privados, mulheres negras resistem e buscam formas de proteger-se e aos seus.

Os diversos feminismos colocam questões sobre como vivenciamos o espaço, público ou privado. Partindo da reflexão sobre o papel da mulher que cozinha cotidianamente, adentro pela geografia feminista que ricamente trouxe uma análise do espaço geográfico diferindo das que habitualmente nos defrontamos durante nossa trajetória. Saber que o espaço pode e deve ser visto, vivenciado, percebido e pesquisado de inúmeras outras formas, sob outros olhares e que podemos afetar e nos afetarmos durante nossas pesquisas na geografia traz, inclusive, um pouco de alívio.

Procurando referências nas geografias feministas e na epistemologia feminista, fui informada que pesquisas objetivas, androcêntricas, ausente de afetos e que

pretendem analisar os fatos de forma universal são uma falácia, e que pesquisas científicas podem, e devem, ser feitas de outra forma: corporificada, posicionada, consciente de suas interferências. Nas geografias feministas me apoio no conceito de espaço paradoxal (Rose, 1993) e na importância de considerar o espaço privado tão relevante quanto o espaço público nas análises da Geografia. Dessa forma, posso pensar a cozinha e as relações que se desenrolam nela e a partir dela na geografia dos alimentos e da alimentação. Em outras ciências, além da Geografia, pesquisadoras feministas me deram um aporte teórico e metodológico de como seguir a pesquisa por outra perspectiva. Trago aqui as principais autoras e suas ideias/conceitos em que me baseio para a construção desta tese.

Rose (1997) aborda a importância de se situar e se posicionar frente à pesquisa, de forma a nos aproximarmos da mesma, ao invés de nos distanciarmos, e evitar um olhar distante e “uniformizador/universalizador”. Pesquisadoras feministas fazem isso de diversas maneiras. Ainda assim, há – e haverá – falhas, pois não é possível a não-interferência no ambiente e nas pessoas envolvidas na pesquisa. Porém, as falhas devem ser expostas, e não nos frear de realizar a pesquisa. A autora diz que a reflexividade é uma forma de evitar essa falsa neutralidade e uma pretensa universalidade dos saberes acadêmicos, além de reforçar que a necessidade de situar a produção de conhecimentos geográficos se deve ao fato de a produção do conhecimento depender de quem o produz. Ela aconselha que nenhuma feminista deve produzir conhecimento que se aplique a todas as mulheres ou a todos os homens.

Guimarães (2020) afirma que método e metodologias em pesquisas de geografias negras podem não ser simples, o que não quer dizer que não sejam sérias e que a insegurança nessas pesquisas - com a qual me identifico - está muito mais pelo medo das punições previstas pelo rigor acadêmico que não sigam normas, métodos e metodologias tradicionais. Para compor um método, sugere a autora, (mesmo que depois ela pontue que não é a intenção propor um guia ou manual, mas reflexões) “são necessários afastamentos da perspectiva de fora para dentro, destituindo a perspectiva do outro como modelar, única e trazer a abordagem a partir do negro, de dentro pra fora ou “desde dentro” (Guimarães, 2020, p. 307). Das reflexões colocadas por ela, destaco que o “fazer geográfico enegrecido, com pesquisas cujos objetos de estudos sejam negros e sobre relações étnico-raciais”

(Guimarães, 2020, p. 307) define muito bem o que são as geografias negras e dá um direcionamento para a confecção e a compreensão desta pesquisa.

Kilomba (2020) faz uma crítica ao ambiente acadêmico, suas pesquisas e seus discursos brancos, pautados na objetividade e universalidade, e que consideram trabalhos como o dela, e como o meu, subjetivos e acientíficos, colocando sempre na margem pesquisadores negros e colocando no centro os discursos brancos. A autora também aponta a urgente necessidade de descolonizar o conhecimento da ordem eurocêntrica. De acordo com Kilomba (2020) “o que encontramos na academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder de “raça”” (p. 53). A ciência não é, nesse sentido, apolítica ou neutra, ela atende aos interesses de um determinado segmento da sociedade, que são as pessoas brancas, ou seja, quem faz as perguntas, quem as explica e quem as responde, além de quem fala o que pode ser perguntado e quem pode responder. Pessoas negras experienciam uma realidade diferente das brancas, por isso a interpretamos, questionamos e avaliamos de outra forma. A autora faz questão de dizer que o subjetivo, mesmo que traga memórias dolorosas, deve ser analisado metodologicamente. Contar histórias que tragam à superfície o racismo e a exclusão das pessoas negras não é informação privada, são casos de racismo que devem ser teorizados na academia.

Sendo assim, demando uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros. (KILOMBA, 2020, p. 58)

O discurso do branco não é neutro, nem objetivo, tampouco universal, é dominante e forjado a partir de um lugar de poder. As/os intelectuais negras/os nomeiam a si e a seus locais de fala, contrariando o discurso dominante, e criam um novo discurso com uma nova linguagem, que transgride a linguagem do academicismo clássico. Assim, segundo a autora, deveria ser a preocupação primordial da descolonização do conhecimento acadêmico.

Em Katz (1994) aparece a discussão acerca da atuação na pesquisa de campo,

e como a presença de uma outra pessoa já altera as relações cotidianas. Ela traz a questão da fronteira na pesquisa de campo como um posicionamento necessário ao/à pesquisador/a, a fim de conectar-se com os intelectuais da academia e a “uma comunidade cosmopolita global de atores históricos opostos ao capitalismo, racismo e patriarcado” (Katz, 1994, p. 01). A autora afirma que mesmo com a ascensão das geografias não-positivistas ainda se espera que os trabalhos qualitativos e/ou etnográficos estejam em conformidade com padrões externos à sua constituição, ou seja, que em pesquisas de campo a pesquisadora se distancie o máximo possível de seu tema de estudo, e que jamais se inclua nele.

Donna Haraway (1995), referência em muitos trabalhos feministas, considera a objetividade extremamente masculina e pretende construir uma visão feminista da objetividade. A autora traça um caminho por conceitos e ideologias para chegar a essa objetividade feminista, um caminho que pode explicar melhor o mundo. Mas reforça que a intenção não é explicar de forma neutra nem uniforme, mas a partir de uma rede de conexões que contém comunidades muito diferentes, inclusive em termos de poder. Essa objetividade da qual ela fala não é transcendental, pois apenas a perspectiva parcial promete a visão objetiva. Dessa forma, podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. As correntes feministas procuram enxergar o que está abaixo do que é apresentado. O argumento da autora é a favor de um conhecimento situado e corporificado, ou seja, responsável, ao contrário de postulados de conhecimento não-localizáveis, portanto, irresponsáveis. De acordo com a autora

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARAWAY, 1995, p. 15)

Haraway (1995) insiste, ainda, que a imortalidade e onipotência não são objetivos das pesquisadoras feministas, e que a objetividade feminista não pretende transcender nem dividir sujeito e objeto, trata da localização limitada e conhecimento localizado, de modo que possamos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a

ver. Ela classifica os conhecimentos não localizáveis como irresponsáveis, pois não são capazes de prestar contas. Os “saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão” (Haraway, 1995, p.23) são alternativas ao relativismo, que a autora julga uma maneira de dizer que se está em toda parte quando não se está em lugar nenhum. De acordo com ela, o “relativismo e a totalização são, ambos, “truques de deus”, prometendo, igualmente e inteiramente, visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da Ciência” (Haraway, 1995, p. 24).

Spivak (1990) oferece uma análise alternativa das relações entre os discursos do Ocidente e a possibilidade de falar da (ou pela) mulher subalterna, usando como exemplo o caso das viúvas na Índia, no qual o argumento é que a representação do sujeito dos países subdesenvolvidos geralmente se dá pelo discurso ocidental. Segundo a autora, “algumas das críticas mais radicais produzidas pelo Ocidente hoje são resultados de um desejo interessado em manter o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como Sujeito” (Spivak, 1990, p. 20). A autora questiona o papel e a responsabilidade do intelectual na construção do Outro e ressalta a importância do que não é dito, do que não aparece. Segundo Spivak (1990), “trata-se de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas” (p. 48), ou seja, como o sujeito do Ocidente explica o mundo através do seu olhar.

Além de aporte teórico e metodológico fornecido pelas referidas autoras, busquei elementos para corroborar minha tese sobre a importância das mulheres negras no espaço privado a partir da cozinha. Nos feminismos negros obtive informações sobre como a empregada doméstica no Brasil é uma extensão da escravizada doméstica. Trouxe dados no IBGE (2021) e DIEESE (2021) que confirmam a prevalência da mulher negra nos serviços domésticos em sua casa e em outras residências, e através de dados do OIT (Organização Internacional do Trabalho) demonstrei que ainda há casos de trabalho escravo doméstico no país. Tracei um paralelo entre os estudos sobre trabalho doméstico no campo da administração (Teixeira, 2021); a importância de se pesquisar o espaço privado nas geografias feministas; a ausência das mulheres negras na geografia dos alimentos e da alimentação e, no caso das geografias feministas, da atuação delas no espaço privado; a importância de uma pesquisa que contemple mulheres negras e seja antirracista, e cheguei a minha conclusão, de que mulheres negras são fundamentais

para se pensar a alimentação no país, e estão ausentes das pesquisas na geografia dos alimentos e da alimentação.

1 O ESPAÇO PRIVADO NA GEOGRAFIA

A epistemologia feminista, de forma geral, denuncia que pesquisas são androcêntricas. As geografias feministas vão seguir essa linha, pontuando que nossa ciência ao longo do tempo oferece muito mais atenção para o espaço público que para o espaço privado, por exemplo. Além de que, seguindo as tendências da epistemologia feminista, as pesquisas das geografias feministas devem ser posicionadas e não devem prometer objetividade, o que incorreria em erro. Esta pesquisa tem, portanto, muito dos meus incômodos durante a trajetória da escrita, por achar que algumas das leituras explicavam o que eu estava procurando, mas não bastavam, não eram o suficiente. Sei que nunca será mesmo, sempre aparecerá outros tantos caminhos, é um ciclo infinito para nós pesquisadoras/es. Ainda bem.

Início pelo que talvez tenha sido o ponto de partida para essa pesquisa: alimentação e espaço privado. Nos caminhos que percorri para finalmente chegar à análise da espacialidade de mulheres negras no espaço privado, especialmente na cozinha, passei por diversas pesquisas partindo da geografia feminista no Brasil, ancorada em Joseli Silva (2003; 2007; 2009) e Rose (1993). Primeiramente, precisamos adentrar às geografias feministas e entender seus métodos e metodologias, a fim de verificarmos o porquê de estudar o espaço privado na geografia, qual a sua importância e a relação desse espaço com os alimentos e a alimentação.

1.1 Quem olha para dentro de casa: geografias feministas e espaço privado

Joseli Silva (2009) aponta que desde a década de 1970 há uma produção científica que questiona a ausência das mulheres na ciência geográfica em países europeus, que se aprofunda nas décadas posteriores. Gillian Rose (1993) faz uma dura crítica à construção do conhecimento geográfico por homens, ignorando e até mesmo “deixando de lado” propositalmente as pesquisas feitas por mulheres e sobre mulheres. Rose (1993) diz que geógrafas feministas já argumentam há um bom tempo que essa dominação masculina da ciência tem sérias consequências para homens e mulheres, que é sobre quem legitima o conhecimento geográfico e quem pode produzir o conhecimento da disciplina.

Para essa autora, insistir que mulheres importam levou a uma reformulação radical sobre como geógrafos podem pensar a vida social. O feminismo socialista da maioria – mas não de todas – geógrafas feministas argumentou que mulheres são associadas com trabalho reprodutivo, essa associação ideológica é um aspecto fundamental da divisão do trabalho nos locais de trabalho, entre trabalho e casa e em casa. As geógrafas feministas insistem que a reprodução é uma parte tão importante da vida econômica e social quanto a esfera da produção tradicionalmente explorada pelos geógrafos, além das interconexões entre as duas esferas serem centrais para uma geografia completamente humana que reconhece mulheres como sujeitos sociais. (Rose, 1993).

Especialmente importante para seus argumentos é a maneira pela qual o homem branco percebe outras pessoas que não são como ele. A partir dessa posição de poder, ele tende a ver os outros apenas em relação a ele mesmo. Ele vê outras identidades a partir de sua própria autopercepção, ou seja, ele só enxerga a si mesmo. Geógrafos desejam conhecimento de todo o mundo, mas, mais importante para suas reivindicações de poder através do conhecimento, eles também desejam um conhecimento integral do mundo (Rose, 1993). Conhecimento integral do todo ou de uma parte dele, como veremos, não é possível, tampouco verdadeiro. O *master subject* da geografia não é somente masculino, como é branco, burguês e heterossexual, segundo a autora. Ela não sugere, portanto, que nenhum homem possa escapar das masculinidades que ela identifica como centrais para a geografia; nem que mulheres não podem ocupar uma posição masculina; e ainda nem que

mulheres são incapazes de produzir conhecimento geográfico. Em vez disso, a autora defende que ambos, homens e mulheres, estão presos em uma complexa série de (histórica e geograficamente específicas) posições, relações e práticas discursivas.

Gillian Rose (1993) cunhou o conceito de espaço paradoxal, que torna o espaço a ser analisado mais importante ou menos importante de acordo com a escala a ser estudada. O espaço paradoxal contempla a vivência simultânea de várias espacialidades, considerando a posição de poder da/do sujeita/o em relação aos outros, que é variável. Desse modo, a geografia pode dar visibilidade à escalaridades deixadas de lado pela ciência que usualmente quer abarcar grandes escalas de maneira uniforme. A relevância do trabalho de Rose (1993) se dá em mostrar claramente como a geografia exclui as mulheres em suas análises e propor concretamente como a geografia pode ser feita de outras formas.

Neste trabalho, consideramos a cozinha como espaço paradoxal e teremos como sujeita central a mulher negra no espaço privado em seu cotidiano. É a partir dele que analisaremos nossa questão. Portanto, não haverá tentativa de abarcar aqui a realidade de todas as mulheres negras brasileiras, tampouco de não implicar a pesquisadora. O conceito de espaço paradoxal se dá na importância do local a ser investigado e como ele é central na análise, mesmo que não pareça tão importante para o que a geografia tradicionalmente estuda. McKittrick (2006), por exemplo, considera o sótão onde viveu por anos Harriet, uma mulher escravizada nos Estados Unidos, como espaço paradoxal porque daquele lugar ela conseguia ver todos e saber tudo o que acontecia ao redor dela, inclusive enquanto a procuravam; no entanto, ninguém a via nem sabia que ela estava ali. A cozinha, nesse sentido, é um cômodo da residência onde trabalham mulheres negras que circulando entre o público e o privado e entre a margem e o centro, sabem as vivências de quem está nos dois lugares. A cozinha passa ao longo do tempo por algumas modificações em sua estrutura, como veremos ao longo do trabalho.

Maria é dona de vivências no campo e na cidade, entre negros, indígenas e brancos, e dentro da casa onde trabalhou uma vida, sabia tudo o que acontecia; conhecia, além das preferências culinárias, a personalidade de cada pessoa que vivia ali. D. Risoleta (Bosi, 1994) também traz em sua fala situações que demonstram que sua mãe, que também era cozinheira, obtinha informações de uma guerra em curso ouvindo os moradores e visitantes da casa conversando.

Outra referência em geografia feminista é Doreen Massey (2013). A autora afirma que já havia uma literatura considerável em geografia feminista e traça algumas abordagens feministas na geografia, com a finalidade de destacar algumas interconexões da geografia e do gênero em que elas se relacionam especificamente com o espaço e o lugar. Uma das primeiras observações destacadas pelas feministas na geografia foi de que as relações de gênero variam ao longo do espaço. Um dos aspectos mais evidentes do controle da mulher no espaço é, no Ocidente, relacionado com a separação entre o espaço público e o espaço privado, em que algumas mulheres foram confinadas ao espaço privado, o que ela afirma ser um controle espacial e de identidade.

No Brasil, uma das referências mais antigas do que se considera geografia feminista é o texto de Susana Maria Veleda da Silva (1998), que trouxe uma contribuição para o debate teórico e metodológico na geografia contendo novas possibilidades que permitem reflexões e transformações no mundo em que vivemos. Mesmo entendendo que o objeto da geografia é o espaço geográfico, a autora considera que o conhecimento da totalidade do espaço perpassa por modificações que acontecem o tempo todo e que, para se apreender a realidade, é necessário fazer recortes. Ela considera, portanto, a geografia feminista e/ou de gênero mais um enfoque e pretende mostrar que é possível iluminar a teoria geográfica com matizes feministas a partir do que ela entende como geografia de gênero e/ou feminista. Silva (1998) considera que “a geografia feminista é aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos” (p. 108), sendo o gênero uma categoria útil de análise para a geografia. A autora reforça o pensamento que a geografia considera “a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo” (p.108). Ela afirma que a ciência é androcêntrica, portanto parcial desde sempre; a Geografia não escapa a essa construção teórica e metodológica. Aparece, ainda, o uso e experiência do espaço entre homens e mulheres em distintas escalas para mostrar a importância do enfoque de gênero. Silva (1998) diz, no entanto, que sua pretensão não é privilegiar o gênero feminino da mesma maneira que não deseja teorias patriarcais que ocultem o valor dado ao masculino nas ciências sociais. É possível perceber o incômodo com uma geografia androcêntrica, assim como outras ciências, e a urgência na geografia brasileira de aplicar outros métodos de análise. No entanto, a geografia feminista no país vai ainda

demorar um pouco para engrossar a quantidade de trabalhos e pesquisas. Isso vai acontecer após os anos 2000, encabeçada pela professora Joseli Maria Silva e o Grupo de Estudos Territoriais (GETE); são eles que trazem o espaço paradoxal para as análises no Brasil.

Silva (2003) abordou a discussão sobre o trabalho muitas vezes não remunerado e invisibilizado das mulheres, mas fundamentais para o funcionamento da sociedade. A autora questiona se a abordagem geográfica reforça essa invisibilização do papel feminino na organização do espaço, se o instrumento teórico-metodológico utilizado pela geografia é suficiente para sustentar a abordagem de gênero e espaço, e, ainda, de que forma as mulheres produzem o espaço. Essas questões iniciais servem para romper a perspectiva andrógina de produção do espaço que é feita pela ciência geográfica, uma vez que, de acordo com a autora, percebe-se que a geografia é uma ciência hegemonicamente masculina, se observarmos a quem serve a produção dessa ciência ou quem tem se beneficiado com seu avanço. Dessa forma, ao se realizar uma pesquisa na geografia sob uma perspectiva feminina da produção do espaço, deve-se dirigir o olhar ao cotidiano, ao microssocial, aos grupos marginalizados do poder. Silva (2003) ainda destaca que o estudo da mulher foi uma decisão política e estratégica para tornar o trabalho de geógrafas feministas visíveis na geografia. A pesquisadora traz muito do trabalho de Rose (1993), inclusive o conceito de espaço paradoxal e suas aplicações. De acordo com Silva (2007), para se trabalhar uma geografia feminista, tem que se envolver as dimensões do micro e macro, do público e do privado. Ela afirma que “um campo fértil de investigação geográfica é a interdependência da relação entre estes dois tipos de espaço a partir da perspectiva de gênero” (p. 41). Nesta pesquisa, como utilizamos a perspectiva interseccional, essa interdependência será vista também a partir de raça e classe.

Silva (2009) também apontou o fato de a geografia brasileira ser pouco permeável à abordagem de gênero nas suas pesquisas, assinalando que desde a década de 1970 já havia uma produção científica que questionava a ausência de mulheres na ciência geográfica na Europa e Estados Unidos. A considerável presença de mulheres nos departamentos dos cursos de Geografia no Brasil não significou a utilização de metodologias feministas de pesquisa na ciência ou o interesse pela abordagem de gênero e estudos que envolvem questões de mulheres e gênero, e nem o forte movimento feminista da América Latina, que impactou outras ciências sociais, mas não a Geografia. Além da abordagem de gênero, a autora pauta a

importância da decolonialidade, pois “a geografia brasileira está impregnada em subjetividade colonial, repleta de personagens europeus” (Silva, 2009 p. 77). Ela afirma que “adotar a perspectiva de gênero na geografia brasileira significa romper com tais generalizações e partir para análises centradas na pluralidade dos seres humanos, o que exige novos caminhos metodológicos” (Silva, 2009, p. 81). E ela sugere, ainda, como metodologias a pluriversalidade, ao invés da universalidade, através da reflexividade ao invés da pretensa objetividade e que temos que estar vigilantes às epistemologias. As epistemologias feministas, segundo a autora, nascem como um movimento científico político de mulheres cientistas que acabaram por produzir novas formas de conceber a ciência como um conhecimento posicionado e situacional. Não são, necessariamente, práticas científicas próprias de mulheres, e sim uma forma de fazer científico que questiona a hegemonia e universalismos eurocentrados. Ela também atenta para o fato de o saber científico, de modo geral, ser uma criação humana de um determinado espaço/tempo – que é a Europa do período moderno – que cria uma concepção de mundo que se torna universal e hegemônica, instituindo dualidades (como o masculino e o feminino) e que deveria ser seguida pelos demais povos do mundo.

Silva e Ornat (2020), analisando o crescimento dos estudos de gênero na América Latina, traçam os desafios das pesquisas feministas em espaços colonizados. Os autores afirmam que é impossível reduzir a pluralidade do continente a uma única narrativa, mas que temos em comum a participação ativa das mulheres na luta contra as ditaduras civis-militares e no processo de redemocratização, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980. Segundo os autores, a visibilidade das manifestações feministas tem sido facilitada pela popularização do acesso à internet e mídias sociais. Eles citam como exemplo as manifestações do #EleNão que antecederam as eleições presidenciais no Brasil em 2018.

Complementando Silva (2009), Lindo (2021) fala que pesquisas sobre gênero e sexualidades são ainda negligenciadas na geografia brasileira. Ela fez um levantamento de teses e dissertações sobre gênero e sexualidades no catálogo de dissertações e teses da Capes de 2010 a 2019. Nessa pesquisa, foram encontrados 133 trabalhos na área do conhecimento da geografia que se relacionavam a gênero e sexualidades, dentro dos termos buscados pela pesquisadora e em 2020 a proporção foi de 1,24% de trabalhos relacionados à essa temática, o que reforça a pouca quantidade de geógrafas/os que tenham como objetivo compreender as temáticas a

partir da espacialidade. A maior quantidade foi de dissertações e escrita por mulheres. Lembrando que o curso de mestrado tem duração menor que doutorado e algumas vezes maior número de vagas, e que alguns programas têm somente mestrado, por isso a quantidade sempre será maior. Outro ponto a ser considerado é que os trabalhos estão concentrados em programas de pós-graduação criados no século XXI e fora das regiões metropolitanas.

São as geografias feministas que vão dar maior relevância para o espaço privado, afirmando sua interdependência e inter-relação com o espaço público. Primeiramente, devemos ter claro que os espaços público e privado que temos em mente não se restringem ao patrimônio público e privado, que estão na esfera da propriedade (Sorbazo, 2006). O espaço privado que falamos aqui é a esfera da casa, do lar, onde se desenrolam as relações familiares e a reprodução social da família. Estamos de acordo com Aboim (2012) quando ela afirma que as atividades que eram atribuídas ontologicamente ao privado permaneceram associadas ao feminino e às suas ditas propriedades maternais e afetivas, enquanto a esfera pública – da produção industrial e da cidadania política - se ligou ao masculino, reproduzindo seu lugar de supremacia e chefe de família.

De acordo com Hannah Arendt (2007), a

distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado (p. 37).

Segundo Arendt (2007), é provável que o surgimento da cidade-estado e da esfera pública tenha ocorrido “às custas da esfera privada da família e do lar” (Arendt, 2007, p.39). As tarefas naturais eram divididas de forma que a do homem fosse o labor, e da mulher, o parto. Essas eram as necessidades que reinavam nas atividades exercidas no lar. Já a esfera da polis era a da liberdade, e a relação entre a esfera familiar e a esfera da polis, era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na polis. Com a elevação do lar doméstico ao nível público, as questões pertinentes à vida privada tornaram-se de interesse coletivo. Arendt (2007) destaca que no mundo moderno essas duas esferas

recaem uma sobre a outra “como ondas no perene fluir do próprio processo da vida” (p. 41-42), ou seja, elas são complementares.

As ciências sociais, de forma geral, concordam que houve uma ruptura entre os espaços público e privado na Europa do século XVIII e XIX, período de intensa industrialização e urbanização. Mesma época que a família se configura como nuclear e seu espaço se restringe ao da casa e que o papel da mulher passa a ser de manutenção e reprodução desse espaço. De acordo com Aboim (2012), algumas propostas dos vários feminismos tendem a associar o privado à família e o público à ordem política e econômica, demonstrando uma ordem desigual de gênero a partir dessa dicotomia que acaba por excluir as mulheres do espaço público. Segundo essa autora “qualquer que seja a definição de público, a construção histórica de uma vida privada capaz de se distinguir da vida pública constitui uma das dinâmicas fundamentais das sociedades modernas” (Aboim, 2012, p. 98) e na passagem para a sociedade industrial, as mulheres foram sendo afastadas das atividades consideradas produtivas; quando foram novamente incorporadas, isso ocorreu de forma bastante desigual. Essa separação entre os espaços público e privado que ocorre entre a burguesia europeia das cidades industriais do século XVIII serviu para afastar homens e mulheres, destinando-lhes espaços e funções sociais diferenciadas. Adianto que, mesmo esse processo tendo ocorrido primeiro em parte da Europa, ele se instala no Brasil, em tempos e espaços diferentes, está presente no nosso imaginário, pois foi trazido pelos colonizadores. Partimos de análises que abarcam a realidade europeia, tanto na geografia como em outras ciências sociais, mas a pretensão é relacionar com a realidade das mulheres negras brasileiras, pois a expansão do capitalismo e a colonização carregaram consigo traços que afetam a vida e o cotidiano de mulheres negras.

Antes de adentrar ao escopo do espaço privado nas geografias feministas, precisamos verificar em quais áreas da geografia brasileira ele também aparece nas discussões, trabalhos e pesquisas. Para isso, foi realizado um levantamento (em 2 de maio de 2023) no portal de periódicos da Capes utilizando operadores booleanos, buscando artigos que continham em seu título, resumo ou palavras-chave o descritor “espaço privado”. Um outro levantamento foi realizado no banco de dados da OGB com o mesmo descritor. A busca no Observatório da Geografia Brasileira (OGB), em 10 de maio de 2023, sobre espaço privado na Geografia resultou em somente três artigos que continham o termo no título, resumo ou palavras-chave. Em nenhum deles

o espaço privado carrega o sentido do lar e nenhum deles é do escopo das geografias feministas. O resultado, mais detalhado adiante, foi que espaço privado aparece em pesquisas da geografia que não são feministas, mas, em sua maioria, com o sentido de patrimônio privado. Ainda assim, poucos trabalhos, fora as geografias feministas, trazem este espaço como elemento central ou como um espaço importante para se pensar a produção do espaço geográfico em suas investigações.

Os artigos que contém o termo “espaço privado” em seus textos nem sempre tem o sentido do lar, da vida privada. Muitas vezes ele tem o significado de patrimônio privado ou é sobre espaço privado de uso coletivo. A maioria dos artigos está no escopo da geografia urbana, como o trabalho de Maia e Maia (2020), que trata do uso de máscaras durante a pandemia da covid-19 e em outros espaços-tempos, em espaços privados de uso coletivo, como hospitais; Vanegas (2020) discute acerca da dicotomia espaço público e espaço privado na cidade, também na esfera do patrimônio; e Gonçalves e Carneiro (2012) usam o espaço do shopping para refletir sobre o espaço privado; outro espaço privado de consumo aparece na análise de Carvalho e Gomes (2022), que são os supermercados. Ainda sobre a questão urbana, Zagui (2011) traz a questão da poluição visual em espaços privados visíveis ao público; há o trabalho sobre lazer após a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, no estado do Pará (Mendes et al, 2020); e Bender e Goés (2022) falam sobre as novas relações estabelecidas entre espaços públicos e espaços privados a partir da revisão do Plano Diretor de Chapecó em 2006.

Em outros escopos estão o trabalho de Do Vale (2020) que utilizou ferramentas geotecnológicas para falar sobre a disseminação do vírus da covid-19 em espaços privados com grande potencial para aglomeração. No campo da educação em geografia, temos a pesquisa de Fernandes Cunha (2019), em que o termo aparece para diferenciar-se do espaço público urbano na percepção de crianças, que o associam ao gratuito. Já Castro (2011), no âmbito da geografia cultural, fala sobre festas juninas em espaços privados. Em todos esses artigos, o espaço privado tem o sentido de patrimônio privado. Nos artigos que não fazem parte do viés das geografias feministas, mas tem o espaço privado como sinônimo de lar, também há trabalhos sobre o distanciamento social provocado pela pandemia de Covid-19, que levou as pessoas a realizarem seus rituais sacros em suas casas (Dos Santos Filho; Costa, 2020), no viés da geografia cultural; e o termo aparece na pesquisa em geografia econômica sobre processos e representações do mundo contemporâneo e sua

reprodução na Amazônia (Leopoldo, 2020); e, no campo da geografia urbana, uma pesquisa militante de análise do espaço urbano em escala nano-territorial sobre ocupações anarquistas e a transformação do espaço privado em centros sociais (Netto, 2021).

Dentre os artigos encontrados que continham o espaço privado em seus textos, nenhum deles, exceto as geografias feministas, falam sobre o trabalho doméstico ou o trabalho de reprodução social. Não há muitos artigos na geografia brasileira que contém em sua discussão o espaço privado. Apareceram mais de 300 artigos que continham os termos procurados. No entanto, os que tratam de temas geográficos (um deles foi escrito por um psicólogo) ou estão em revistas da Geografia somam vinte artigos. Dos vinte artigos selecionados que contém o termo “espaço privado” e “geografia” que foram escritos por geógrafas/os e/ou estão em revistas da geografia, seis são das geografias feministas. Dos catorze restantes, em onze deles o termo “espaço privado” não é utilizado para se referir ao lar. E entre os artigos das geografias feministas, todos os usos de “espaço privado” se referem ao lar. Portanto, podemos afirmar que as análises do espaço privado da casa, do lar, da família, é sim um enfoque das geografias feministas, porque são nesses trabalhos que ele aparece com centralidade ou como uma escala importante da análise do espaço e são as geógrafas feministas que vão dizer que os espaços público e privado são interdependentes e inter-relacionados.

Campo ainda pouco explorado no Brasil (Martins, 2022), a geografia da família também traz em suas pesquisas a separação dos espaços em masculinos e femininos. Em uma compilação de estudos sobre a geografia da família no mundo ocidental, Martins (2022) pontua a produção, no Brasil, de análises neste campo sobre a produção do espaço diferenciado entre homens e mulheres e destaca, nessas diferentes espacialidades, a importância dada à relação do trabalho pago frente ao trabalho não pago das mulheres nas famílias. Assim como outras perspectivas dos estudos da geografia da família, as relações de gênero afetam as relações familiares.

As geógrafas feministas argumentam que, historicamente, a geografia pretere o espaço privado pelo público, ou seja, suas pesquisas se voltam somente ao funcionamento e produção desse espaço, sem levar em consideração a reprodução do lar. Elas afirmam, então, que a nossa ciência deve voltar seu olhar e suas pesquisas também a essa microescala e que os espaços público e privado são inter-relacionados e interdependentes. Compreender o que se passa no espaço privado diz

muito sobre como funciona o espaço público, até porque as/os sujeitas/os que atuam em ambos são as/os mesmas/os.

Um dos questionamentos trazidos pelas geografias feministas é a da prevalência do espaço público sobre o espaço privado em suas produções, além de colocar esses espaços como dicotômicos. A pesquisadora Siliprandi (2012) diz que autoras que se identificam com economia feminista também veem uma invisibilização do trabalho de reprodução da vida humana nos estudos econômicos, “como se fossem questões eminentemente da esfera privada, e não tivessem implicações sobre a forma como as sociedades se organizam e se reproduzem” (p. 150). Para as geografias feministas, a dicotomia público x privado é uma questão a ser superada. As pesquisas voltadas somente ao espaço público, assim como outras narrativas hegemônicas, da mesma forma se construíram como uma verdade inquestionável, acabando por impossibilitar a visibilidade da espacialidade feminina na ciência geográfica (Silva, Cesar, Pinto, 2015). Przybysz (2011) reforça ainda que, sob essa visão, o homem seria responsável pela reprodução econômica do lar, enquanto a mulher é a responsável pela reprodução social dele. As práticas cotidianas são parte da construção social do que é ser mulher, a partir do cumprimento de papéis sociais instituídos. A vivência das mulheres no espaço é multiescalar, as atividades competentes a elas perpassam pelos espaços público e privado, que estão em constante relação.

A separação desses espaços tem a ver, ainda, com a divisão sexual do trabalho, que destinou o homem à vida pública e a mulher ao espaço privado. Hirata e Kergoat (2007) definem divisão sexual do trabalho como

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599)

De acordo com essas autoras, mulheres tomaram consciência coletivamente de que fazem um trabalho gratuito que não é considerado como tal e que é para os

outros em nome de uma característica inerente a nós, dada pela natureza e pelo amor do dever materno. Quando as análises passam a abordar o trabalho doméstico como trabalho, a divisão entre trabalho na esfera profissional e na esfera doméstica leva a pensar uma divisão sexual do trabalho. Assim, inicialmente, a divisão sexual do trabalho tinha o estatuto de articular duas esferas (doméstica e profissional). De acordo com Hirata e Kergoat (2007), a tomada de consciência pelas mulheres do trabalho que realizavam para os outros levou a um movimento de inclusão das tarefas domésticas como trabalho produtivo. Federici (2017) nos conta que um dos primeiros movimentos que ela participou foi de reivindicação de um salário por esse trabalho e que a indignação levou muitas mulheres a rejeitarem completamente o exercício do trabalho doméstico.

Dos modelos das relações entre as esferas doméstica e profissional destrinchadas pelas autoras - tradicional, conciliação e delegação (Hirata; Kergoat, 2007), a última nos chama a atenção, que é a de delegação. Nela, a mulher atinge um patamar na esfera profissional de muita dedicação, inclusive pessoal, e passa a delegar (tem necessidade e os meios para isso) as tarefas domésticas para outras mulheres, que no caso da França, lugar de onde partem as autoras, são migrantes ou francesas empobrecidas. Quando se trata de mulheres migrantes, as autoras questionam: como elas, as babás, empregadas etc., se enxergam nesse modelo? Com quem e/ou onde ficam seus próprios filhos? Quem se encarrega do cuidado deles? Podemos transpor esse modelo e essas questões para as mulheres negras brasileiras, pois a divisão sexual do trabalho não atua da mesma forma para mulheres brancas e negras (Silva; Tédde, 2019), que fazem esse serviço delegadas por mulheres brancas de classes abastadas, e que deixam de cuidar dos próprios filhos para prestar esse serviço em outras famílias.

Federici (2017) afirma que a divisão sexual do trabalho sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo e, sem acesso aos salários, sua dependência em relação aos homens aumentou, no contexto de separação, mesmo familiar, da produção e da reprodução, que passa do público (comunidade) para o privado (lar). Na nova divisão sexual do trabalho, de acordo com essa autora, as mulheres perdem o controle sobre os corpos, a maternidade passa a ser um trabalho forçado e passam à condição de não trabalhadoras, pois o trabalho doméstico não era considerado trabalho produtivo. Essa divisão, direcionada à acumulação capitalista, as tarefas masculinas eram

remuneradas pelo salário e exercidas no espaço público; já as mulheres ficaram a cargo da reprodução no espaço privado, trabalho que não é remunerado ainda hoje. Houve um desvio de um antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulheres. Os homens foram cúmplices desse processo por meio da desvalorização e da disciplina de mulheres, crianças e populações colonizadas pela classe capitalista. A separação entre os espaços público e privado é também a retirada da família do espaço público. Da mesma forma, perpassa pela separação desses espaços a formação da família nuclear e o confinamento da mulher ao lar, junto à construção da feminilidade, que, de acordo com Kehl (2016), promove o casamento entre a mulher e o lar.

No contexto brasileiro, Alves (2013) afirma que a divisão sexual do trabalho se deu de formas e em tempos diferentes, pois

o fato de a sociedade ser estratificada do ponto de vista legal e racial, entre brancos, negros e índios, no espaço urbano e rural, facilitou a formação de diferentes padrões de organização familiar (ALVES, 2013, p. 276)

Não há um modelo universal de família brasileira, ainda assim é preciso ter em conta a divisão sexual do trabalho em que a contribuição da mulher é invisível e ela atua principalmente na parte da reprodução. A organização da família aqui tem traços herdados dos portugueses colonizadores, e um deles é o poder patriarcal; isso foi difundido entre os diferentes grupos familiares.

Ainda no Brasil Colônia já havia lares chefiados por mulheres, o que desconfigura a família tradicional ancorada na igreja católica, e havia modelos de família que não se encaixavam naquela configuração, como uniões consensuais não reconhecidas pela igreja, crianças sendo criadas por vizinhas e comadres etc. Alves (2013) nos lembra que a separação ou a mescla da vida pública e da vida privada vai acontecer de diferentes formas e em diferentes momentos em cada organização social, até porque essa linha divisória nem sempre existiu. A modificação das relações familiares passa pelo avanço das relações capitalistas na vida privada das famílias, que vai regular a maneira de morar, a saúde, a educação e a sexualidade; e vai buscar

confinar a mulher ao espaço doméstico e de cuidado com o marido e filhos, através de discursos de fragilidade e inferioridade em relação ao homem.

Alves (2013) traz casos dos Estados Unidos, onde os discursos e ações eram para deixar a mulher com as ocupações domésticas e as que trabalhavam era em empregos mal remunerados, e compara com o Brasil da época estudada, em que a mulher das classes abastadas eram educadas a serem donas de casa, mas as da classe trabalhadora precisavam trabalhar para complementar, muitas vezes até sustentarem sozinhas, a renda da família.

Outro exemplo de como essa separação ocorreu nos EUA é trazido por Davis (2016). De acordo com a autora, antes da industrialização as mulheres eram responsáveis por fazer pães, tecidos, costurar etc. A economia era baseada nas necessidades da casa. A ideologia burguesa torna a dona de casa serva de seu marido. O trabalho produtivo sai de casa para a fábrica, onde, inclusive, muitas mulheres ocuparam os primeiros postos de trabalho, pois eram tarefas já conhecidas por elas. Essa transferência fez parte da desvalorização do trabalho feito dentro de casa. Segundo a autora,

Enquanto os bens produzidos em casa tinham valor principalmente porque satisfaziam às necessidades básicas da família, a importância das mercadorias produzidas em fábricas residia predominantemente em seu valor de troca – em seu poder de satisfazer as demandas por lucro dos empregadores. Essa revalorização da produção econômica revelou, para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação *estrutural* entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo. Como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista (DAVIS, 2016, p. 230).

Davis (2016) indica, então, que na separação entre a economia doméstica e economia pública as tarefas domésticas estão relacionadas com a produção no sentido de uma pré-condição, e não como um componente integrante da produção capitalista. De acordo com a autora “o empregador não está minimamente preocupado com o modo como a força de trabalho é produzida e mantida, ele só se preocupa com sua disponibilidade e capacidade de gerar lucro” (Davis, 2016, p. 236).

Coelho e Baptista (2009), analisando a inserção da mulher no cenário político brasileiro a partir da construção do papel social feminino na sociedade brasileira, também refazem a trajetória da modernidade e industrialização, que separa os espaços público e privado e destina à mulher as tarefas do domínio privado. Além de colocá-las como frágeis e necessitadas de proteção dos homens.

No Brasil, porém, a vida na zona rural predominou até o fim do Império, então somente a partir do século XIX esses valores da modernidade, incluindo as novas atribuições femininas e o modo de vida da burguesia europeia, passaram a compor a organização social. Só em meados do século XIX surgem publicações que, por exemplo, pediam aos maridos para levarem em consideração os sentimentos e o emocional das mulheres, e tratá-las melhor e com mais respeito. No final do século XIX o surgimento das atividades filantrópicas permitiu que mulheres de classes abastadas (e brancas) fizessem algo da vida sem estar relacionado ao lar, até porque quem fazia as atividades domésticas, incluindo a criação e o cuidado dos filhos, eram as escravizadas. Coelho e Baptista (2009) trazem argumentos masculinos da época contra a participação da mulher na vida pública que se baseiam em moralidades, como a mulher ser o alicerce e a base moral da família, ser destinada ao casamento e à maternidade desde o nascimento, argumentos esses que são os mesmos da família burguesa europeia.

Mesmo com essa divisão dos espaços público e privado e a divisão sexual do trabalho, devemos estar atentas que o confinamento da mulher ao lar não aconteceu para todas as mulheres. As mulheres brancas pobres do continente europeu e, no caso brasileiro, acrescidas as mulheres negras, sempre trabalharam fora de casa. O que ocorreu foi o que podemos chamar de acúmulo de funções; e mesmo nas atividades relativas somente ao lar, sempre há a transição pelos espaços público e privado. Além de estar claro para nós a inter-relação destes espaços, devemos tratar sobre a centralidade da mulher, perpassando pelo trabalho doméstico. É necessário, ainda, contextualizar a importância de se voltar o olhar ao microssocial, analisar o cotidiano direcionando “o olhar para as pessoas e as coisas do presente, para a vida em comum e sua diferenciação indefinida” (Giard, 2013, p. 217). De acordo com Przybysz (2011)

As relações de produção e consumo [da cidade] estão profundamente relacionadas com o campo simbólico e de lutas sociais, envolvendo uma noção de complementaridade entre elas. O espaço urbano característico da sociedade capitalista é fortemente desigual e, cada área da cidade além de ser diferenciada economicamente, possui também diferentes significados sociais (PRZYBYSZ, 2011, p.21)

A autora traz como exemplo dessa mutualidade uma das funções femininas, que é o cuidado com os filhos, e como essa atividade envolve tanto o espaço público (escola, posto de saúde, supermercados) como o privado (casa), relacionado à extensão das atividades de cuidado. Lugares como posto de saúde e escola são considerados também como extensões do trabalho da reprodução social do lar.

Sabemos que a mulher, à época do surgimento da cidade-estado, foi excluída do espaço público, e impedida de tornar-se um ser político (Kehl, 2016; Federici, 2017). Mas, como afirma Przybysz (2011), ainda assim deve-se olhar para o espaço privado como político, pois dele depende a base organizacional da sociedade - o público, que se constituiu considerado político por natureza. Se as famílias são uma forma de organização social, e dela saem as pessoas que formam a sociedade (espaço público), não pode haver dicotomia. Não podemos nos esquecer que a família, assim como o espaço público, é regida por normas jurídicas e de Estado. A geografia, que pensa o espaço também em escalas, deve voltar seu olhar à microescala, pois de acordo com ela o fenômeno se diferencia. E nossa ciência não pode e não deve eleger uma escala mais relevante do que outra; todas devem ser levadas em consideração (Przybysz, 2011). E como foi visto, por enquanto, quem faz isso são as geografias feministas.

A separação e antagonismo dos espaços público e privado aparece em quase todas as literaturas feministas presentes aqui, geográficas ou não. É, portanto, uma medida necessária a superação dessa dicotomia que chega à ciência porque quem hegemonicamente a produz, sente-se pertencente e dá maior relevância ao espaço público. Parece que o que acontece no espaço privado não lhes diz respeito, não tem importância, logo, não tem relevância para a ciência; no nosso caso, para as análises do espaço geográfico. No entanto, sabemos que a invisibilidade do espaço privado é proposital e faz parte da formação do mundo contemporâneo; e tudo o que é realizado nele é, da mesma forma, preterido: o cozinhar, o cuidar do outro, a

manutenção e reprodução desse espaço. Não pretendemos colocá-lo como mais importante, mas certamente precisamos voltar o nosso olhar e nossas pesquisas sabendo que ele é indispensável. É nesse espaço que mulheres limpam, cozinham, cuidam para elas e para os outros. Essas tarefas repetitivas do cotidiano feminino permitem que o espaço público esteja com seus/suas trabalhadores/as em condições de manter suas atividades diariamente, limpos, alimentados e cuidados. Aqui, queremos trazer à luz essas tarefas do cotidiano que ficaram por muito tempo escondidas na geografia.

Fica claro nessas referências que nenhuma autora ao falar do antagonismo dos espaços público e privado leva em consideração questões étnico-raciais que permeiam o debate. Já foi dito que esta pesquisa foi se constituindo a partir de incômodos e aqui foi o primeiro deles. Quando fazemos pesquisas posicionadas, temos consciência de que podemos ser afetados pelo que pesquisamos e falar a partir do que temos vivência. No entanto, mesmo que identificasse em meu cotidiano e na minha formação muitas das indignações das autoras que explicitaram, muito bem, como e por que houve a separação desses espaços e de que forma a divisão sexual do trabalho desvaloriza o trabalho realizado em ambiente doméstico, e mesmo que elas pontuem que esses acontecimentos não ocorreram para todas as mulheres, elas vão destacar as mulheres trabalhadoras. Em uma perspectiva interseccional não podemos dissociar classe e gênero de raça, e ela não aparece nas análises expostas anteriormente, posto que é elemento essencial de análise espacial quando falamos desses temas no Brasil. A formação da sociedade brasileira passa pela escravidão como mão de obra predominante até o fim do século XIX, e o período pós-abolição não ofereceu possibilidades de sobrevivência digna à população negra; dessa forma mulheres negras continuaram fazendo o serviço doméstico para outras mulheres, e ainda hoje o serviço doméstico é um dos empregos com menor remuneração e grande incidência de informalidade. Por esses motivos, a geografia dos alimentos e da alimentação precisa incluir as mulheres negras no debate de forma interseccional; não basta dizer, por alto, que a raça é fator de diferenciação que prejudica mulheres negras, é preciso que a questão racial seja tão relevante quanto a classe e o gênero.

Utilizaremos o trabalho doméstico de mulheres negras na cozinha como forma de interconexão do espaço público com o espaço privado. As cidades não produzem a quantidade necessária de alimentos para suprir as pessoas que nela vivem; esse

espaço conta com uma população cada vez maior e dependente da produção do campo. Na Geografia, a questão do alimento aparece nas pesquisas relacionadas ao espaço agrário, principalmente no tocante à produção. No espaço do consumo por excelência, o espaço urbano, a discussão sobre o alimento aparece muito pouco, mesmo que nas cidades sejamos quase totalmente dependentes de terceiros para que nossa alimentação aconteça de forma satisfatória, em quantidade e qualidade (Alves, 2019).

Cozinhar e tudo que envolve o alimento e sua preparação também reúne atividades que perpassam entre o público e o privado. Na geografia, o alimento é quase sempre tratado no âmbito do espaço público, que se construiu como uma verdade inquestionável enquanto narrativa e acaba por impossibilitar a visibilidade de outras espacialidades (Silva, Cesar, Pinto, 2015). Quando abordamos a questão alimentar no espaço privado, estamos também falando do trabalho doméstico feminino, na parte da preparação do alimento cotidianamente e de pensar sobre a organização do quê adquirir ou não naquela casa. Portanto é importante compreender como se constitui a mulher enquanto sujeito social responsável pela reprodução social do lar e de como o trabalho doméstico passa a ser desvalorizado e invisibilizado. No cotidiano de parte das pessoas e das famílias alguém prepara as refeições. Não só prepara como planeja, administra, escolhe os ingredientes e sabe o que cada um gosta ou não gosta de comer, ou seja, faz a gestão do lar. Normalmente, quem exerce essa função é uma mulher, entre outras tantas tarefas domésticas executadas por elas, ainda em número maior que os homens.

Portanto, trabalhar o papel de mulheres negras no ambiente doméstico (privado) e como isso reverbera no espaço público (território masculino), é um objeto de estudo a ser analisado pela ciência geográfica a partir de uma visão interseccional. Para Silva (2003), as mulheres só alcançam visibilidade no espaço através de resistência e luta. E essa perspectiva teria que ultrapassar o discurso dominante da Geografia e reconhecer um específico senso de espacialidade. O que vai ao encontro do conceito de espaço paradoxal, da geógrafa Gillian Rose (1993), que contempla a vivência simultânea de várias espacialidades, considerando a posição de poder do sujeito em relação aos outros, que é variável. Nesse sentido a cozinha pode e deve ser um espaço paradoxal analítico da centralidade espacial feminina negra, em um cotidiano que perpassa pelo público e privado. Siliprani (2012) lembra que as mulheres também são as principais responsáveis pela aquisição e preparação do

alimento para a família, além de serem mais envolvidas na educação dos filhos e filhas e pela promoção da alimentação saudável na família. No entanto, apesar do conhecimento acumulado, pouco participam dos espaços de decisão – públicos - sobre alimentação. A autora afirma que essa condição das mulheres de enclausuramento ao espaço privado e responsáveis pelas tarefas de reprodução da sociedade a retira e deslegitima no embate público.

É possível perceber que, como concomitante à construção do papel da mulher, que tem seu comportamento moldado, o espaço da mulher é da mesma forma modificado. Se a mulher não se comporta da mesma maneira que o homem, ela não percebe nem vivencia o espaço da mesma maneira. Quando a mulher é destinada ao espaço doméstico e sua manutenção, a mulher/mãe que cozinha como forma de cuidar dos filhos, sabendo o que cada um gosta, faz da cozinha seu território, e seu conhecimento (segredo) culinário lhe confere certo poder (Assunção, 2008). Na função de alimentar a família, há relações entre o público e o privado que perpassam pelo trabalho não remunerado, majoritariamente feminino. E na tarefa de preparar o alimento, estão envolvidas relações de poder e claras inter-relações espaciais, pois o alimento, desde o planejamento até a refeição em si, envolve tanto o espaço público quanto o privado. As atividades domésticas voltadas ao planejamento, compra e preparo do alimento, função geralmente destinada à mulher, invariavelmente deixa clara a complementaridade do espaço público e espaço privado nesse contexto. A responsabilidade pela preparação do alimento envolve a reprodução do espaço público, tanto no que se refere a adquirir os produtos necessários (alimentos e equipamentos) quanto à manutenção e reprodução da força de trabalho que habitam a casa. No entanto, a responsabilidade do planejamento ainda recai em sua maioria sobre a parcela feminina da população como uma obrigação ou um dom feminino. A intenção não é esgotar o debate, mas promover outro olhar geográfico em áreas pouco exploradas como o espaço do lar.

Entendemos, portanto, que o espaço privado é um espaço importante de análise na Geografia e para além dessa compreensão, há a necessidade de justificar aqui a análise espacial do lar, o que, até este momento, não tivemos a oportunidade de explorar. Penso que essa exposição oferece uma grande justificativa do óbvio, que é darmos a devida visibilidade ao espaço privado. Nesse espaço se dão relações familiares que não acontecem ao acaso nem fazem parte de um caminhar natural da humanidade. O que quero dizer é que, para entender a relevância dessas relações

que acontecem no espaço privado, precisamos averiguar como foram construídas as relações familiares que conhecemos e porque a mulher, de forma geral, e a mulher negra, de forma particular no Brasil, se tornam as responsáveis pela manutenção e reprodução desse lar, e conseqüentemente, da sociedade.

1.2 “E eu não sou uma mulher?” – mulheres negras e feminilidade

É no cotidiano do espaço privado que a mulher deveria exercer, muitas exercem, tudo o que foi destinado a elas (nós) no período da consolidação da sociedade urbano-industrial no ocidente.

A fim de compreender o trajeto histórico de como a reprodução do lar se tornou tarefa exclusivamente feminina, é necessário entender alguns processos que remetem ao início da Idade Moderna. Para isso, recorreremos a autoras de outras ciências sociais. A partir de Federici (2017; 2019) e Kehl (2016) é possível relacionar de que forma a consolidação do sistema capitalista precisou moldar o comportamento feminino (feminilidade) e expropriar seu corpo para que as mulheres cumprissem um determinado papel nesse sistema. E através de Davis (2016) e outras intelectuais do feminismo negro, veremos que a feminilidade não foi projetada para mulheres negras. Federici (2017) traça um panorama histórico da expropriação do corpo das mulheres, de seus saberes ancestrais e da opressão de sua sexualidade, por meio da caça às bruxas, para que elas se adequassem ao que o nascente sistema político e econômico necessitava. Para isso houve a intervenção conjunta do Estado e da Igreja, com a conivência da ciência, que confirmava ou não se posicionava sobre a opressão que as mulheres sofriam.

O século XIX foi o período no qual a ideologia da feminilidade tomou força, porém para o qual as mulheres negras eram consideradas anomalias, segundo Davis (2016), embora elas desfrutassem de alguns duvidosos benefícios dessa ideologia. Podemos observar isso quando a autora se refere à abolição do tráfico internacional de escravos. Nesse período, uma mulher escravizada considerada fértil valia muito, no entanto ela não teria nenhum direito legal sobre suas filhas ou filhos, que poderiam ser vendidos pelos senhores. Elas eram “reprodutoras” e não mães; a maternidade foi

negada a essas mulheres; mais a frente analisamos o mito do amor materno e sua relação com as mulheres negras. As mulheres escravizadas, assim como os homens, eram propriedade de seus senhores e muitas vezes eram desprovidas de gênero.

Maria Rita Kehl (2016) afirma que o papel da mulher na sociedade foi moldado cuidadosamente ao longo dos séculos XVIII e XIX. Esse papel feminino – a feminilidade – foi forjado para a mulher burguesa, ou seja, a mulher que não precisava trabalhar fora de casa para complementar a renda do lar. O espaço dessa mulher foi reduzido ao espaço privado, ao espaço doméstico; o espaço público não era o seu lugar. Porém, nem todas as mulheres da Europa do século XVIII pertenciam a essa classe. Muitas mulheres, as operárias, trabalhavam fora do lar, pois tinham que garantir o sustento da casa junto com o marido ou sozinhas. Do mesmo modo perpassa pela construção da feminilidade a consolidação da família nuclear burguesa como modelo ideal de família, que também chega às classes mais populares. No entanto, a dissolução dos casamentos e a participação da comunidade na criação dos filhos, como veremos em Fonseca (2006), é mais frequente entre os mais pobres do que nas classes mais abastadas da sociedade. Kehl (2016) se propõe a fazer um levantamento histórico da construção da conduta da mulher como nós conhecemos, e a partir dessas informações podemos ampliar esse campo da mulher enquanto sujeito.

Essa análise nos ajuda a enxergar como foi o processo de construção da feminilidade e da família nuclear burguesa no período da Revolução Francesa e incipiente industrialização do continente europeu. A autora aponta um caminho no qual a modificação da linguagem através da fala muda a postura e o lugar do sujeito, no caso, das mulheres. De acordo com Kehl (2016), o lugar que as mulheres ocupam depende das práticas falantes, que se modificam sutil e lentamente em função dos deslocamentos sofridos pelos agentes sociais ao longo da história, os quais escapam ao controle das vontades individuais.

Silvia Federici (2017) descreve as maneiras pelas quais o Estado conformou os corpos femininos para a finalidade daquele tempo e espaço, que era a procriação. Sobre a acumulação primitiva e a transição para o capitalismo, ela enfatiza a degradação das mulheres nesse processo e nos diz que o trabalho assalariado, inicialmente para homens adultos, foi instalado devido a resistência à servidão e à escravidão. Esse é o contexto histórico em que se deve situar a história das mulheres e da reprodução na transição (violenta e descontínua) do feudalismo para o

capitalismo em parte do continente europeu, pois as mudanças trazidas pelo capitalismo à posição social das mulheres foram impostas a fim de buscar novas formas de arregimentar e dividir a força de trabalho. Naquele período e local ocorreram também a expropriação de terras dos camponeses, o que prejudicou ainda mais as mulheres, que passaram a ser economicamente dependentes dos homens, pois não tinham acesso aos salários como eles. A divisão sexual do trabalho sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo e aumentou sua dependência. Em geral, eram as mulheres que iniciavam as revoltas por comida; o que pode ser devido ao papel de cuidadoras das famílias, mas também porque dependiam mais de comida barata, já que o acesso ao emprego e dinheiro era menor que o dos homens (Federici, 2017).

Na Europa a diminuição da população gerou uma crise populacional, que tornou a reprodução e o crescimento populacional assuntos de Estado e nesse contexto aparecem novos métodos disciplinares, entre eles a perseguição às “bruxas”, que tinha como um dos objetivos quebrar o controle das mulheres sobre a reprodução; nesse período surgem leis para culpar as mulheres por crimes reprodutivos. Porém, a verdadeira iniciativa do Estado foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres, a fim de quebrar o controle que elas exerciam sobre seus corpos e sua reprodução. Parte disso eram as severas penas à contracepção, ao aborto e ao infanticídio, que condenou mais mulheres que a bruxaria. Diversas formas de vigilância para garantir que as mulheres não interrompessem a gravidez foram adotadas. Houve, ainda, a marginalização das parteiras; o controle sobre o parto passou a ser dos homens; a prioridade era a vida do feto e não da mãe. “O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos [...], foi a escravização das mulheres à procriação” (Federici, 2017, p. 178). Na Idade Média elas tinham controle sobre o parto, “a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação primitiva” (Federici, 2017, p. 178).

O Estado então passa a negar às mulheres o controle sobre seus corpos, através da criminalização da contracepção, o que as expropriou de um saber relativo aos seus corpos e as forçou à maternidade, que gerou consequências na organização capitalista do trabalho. Esta foi uma condição parcial das funções das mulheres na nova divisão sexual do trabalho; além disso houve a redução das mulheres a não-trabalhadoras. Elas passam a perder postos de trabalho e ganhava espaço a ideia de que a mulher não deveria trabalhar fora de casa e o trabalho doméstico não era

considerado trabalho produtivo. As mulheres precisavam implorar por serviços e a remuneração era sempre menor que o que era pago aos homens, o que as impedia de sobreviver do pagamento. A saída, então, nesse contexto em que a mulher não conseguia sobreviver sozinha, era o casamento ou a prostituição. Aceita na Idade Média, a prostituição passa a ser criminalizada quando se tornou a principal forma de subsistência para uma grande parcela da população feminina, com severas penalidades às prostitutas. Pode-se ver, a partir do exposto, “que a discriminação sofrida pelas mulheres como mão de obra remunerada esteve diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas do lar” (Federici, 2017, p. 188). A criminalização da prostituição e a expulsão da mulher do mercado de trabalho organizado (espaço público) estão diretamente ligados com a aparição da figura da dona de casa e da família nuclear como lugar de reprodução da força de trabalho. As mulheres que continuavam a trabalhar foram taxadas de “putas” ou “bruxas”. Tudo isso favoreceu o confinamento da mulher ao lar, tanto para o trabalho doméstico quanto para a reprodução da força de trabalho.

Importante salientar que, sobre o trabalho assalariado que mulheres não tinham acesso e que Federici tanto condena, Vergès (2020) critica feministas europeias que compararam sua situação no trabalho doméstico com a escravização sofrida pelos povos africanos. Federici (2017) faz essa comparação, em uma analogia entre o patriarcado do salário e a escravidão do salário, para homens e mulheres, sendo que a condição das últimas, por depender do salário dos homens ou quando trabalhavam recebiam pouco ou nada por isso, era a mais próxima da escravidão, de acordo com ela. Angela Davis (2016) também cita as mulheres brancas, trabalhadoras e vindas da classe média, que comparavam suas situações à escravidão

Mesmo assim (acreditar que o casamento não era muito pior que a escravidão), a implicação mais importante dessa comparação era a de que as mulheres brancas de classe média sentiam certa afinidade com as mulheres e os homens negros, para quem a escravidão significava chicotes e correntes. (DAVIS, 2016, p. 47)

A família nuclear, que surge nesse período e conta aqui com as análises de Kehl (2016) e Federici (2017) é um fator fundamental na consolidação do capitalismo

e de grande relevância para nossa análise. É preciso, portanto, sabermos como se deu a conformação de um tipo específico de família e para isso recorreremos aos estudos de Engels (2012) sobre o tema. Na divisão que faz o autor, a família monogâmica faz parte do mais alto estágio de evolução humana; os outros tipos de família ocorreram/ocorrem em sociedades classificadas por ele como selvagens ou bárbaras. A família monogâmica precede a burguesia e o capitalismo, mas se tornou o modelo de família ideal para este sistema econômico e a essa classe. Afinal, nesse modelo de família, a esposa passa a ser exclusiva do marido (homem), de quem o filho herda os bens, que no caso são os instrumentos de trabalho, os animais e as terras. Naquela época, só era possível saber quem é o pai de uma criança se a mulher estivesse aprisionada a somente um homem. Quando os instrumentos de trabalho externos à casa, a criação de animais e as terras se tornam riquezas e o trabalho doméstico é desvalorizado, aparece a necessidade do casamento monogâmico a fim de deixar a herança dos pais para os filhos.

O triunfo da família monogâmica, segundo Engels (2012), é um dos sintomas da civilização nascente.

Baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai (ENGELS, 2012, p. 83).

Engels (2012) pontua, porém, que a monogamia não foi fruto do amor sexual individual e que nada tinha a ver com ele, pois os casamentos permaneciam por conveniência. Essa foi a primeira forma de família que era baseada em condições econômicas e no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum.

O casamento monogâmico por conveniências econômicas só pode ocorrer em sua plenitude na classe burguesa, possuidora de bens para deixar de herança. Entre o proletariado, o casamento é monogâmico no sentido etimológico da palavra, não em seu sentido histórico. De acordo com Engels (2012) a monogamia surgiu de concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – dos homens – e a vontade de transmitir essas riquezas aos seus filhos, não de outros homens, jamais de outros homens. Para este autor, caso os meios de produção fossem comuns, a família

individual deixaria de ser a unidade econômica da sociedade e o trabalho doméstico seria socializado.

Produzir força de trabalho significa manter e regenerar a família, não só as que vendem sua força de trabalho diretamente, mas da classe trabalhadora em seu conjunto, inclusos aqueles que não podem trabalhar. Também é produzir novos trabalhadores, no sentido biológico, mas não é restrito a ele, pois precisam ser reproduzidos cotidianamente: “necessitam repor forças não só fisicamente senão também mental e psicologicamente” (Arruzza, 2020, p. 38). Isso pressupõe a socialização das futuras trabalhadoras, que implica a reprodução física, material e da força de trabalho, pois nossos corpos precisam estar vivos e saudáveis. Esse processo tem a ver, ainda, com aprender a se submeter às normas e disciplinas. (Arruzza; Bhattacharya, 2020)

A principal esfera da reprodução social é a família, apesar de alguns trabalhos reprodutivos terem sido socializados pelo Estado por meio de instituições públicas e na esfera pública, como a escola e os hospitais, por exemplo. O neoliberalismo vê a reprodução social como um campo de produção e lucro, principalmente nos países desenvolvidos e nas zonas urbanas. O capitalismo permite certas variações da “forma família”, mas a família burguesa heteronormativa sempre é o horizonte de unidade familiar mais confiável e barata de reproduzir a força de trabalho e de reproduzir os próprios valores e ideologias sobre a família. A forma como a teoria da reprodução social enxerga o trabalho doméstico não é biologicamente reducionista porque não importa somente que as mulheres produzam biologicamente futuras trabalhadoras, o que importa é que sejam produzidas e reproduzidas de modo confiável. (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2020)

Na análise de Federici (2017), a família, separada da esfera pública, passa a ser o principal centro para a reprodução da força de trabalho. Nesse processo ela se torna instrumento para a privatização das relações sociais e onde há a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal e a apropriação e ocultamento do trabalho das mulheres. É o microssocial, onde governa o “microestado” e é regido pelas leis da “microigreja”.

Nesse período de transição para o capitalismo (séculos XVI e XVII), de acordo com Federici (2017), o processo de degradação social das mulheres foi intenso, e elas perderam terreno em todas as áreas da vida social. A lei foi uma das áreas-chave porque retirava os direitos das mulheres, como de trabalhar ou administrar bens,

inclusive de viverem sozinhas. Nesse período “além da desvalorização econômica e social, as mulheres experimentaram um novo processo de infantilização social” (Federici, 2017, p. 200). Isso provocou uma nova diferenciação espacial, pois não podiam andar ou viver sozinhas, nem se reunir entre si. Na Inglaterra chegou a ser expedido um decreto que proibia as mulheres de se encontrarem e conversando, além de ordenar os maridos que mantivessem suas esposas em casa (Federici, Candiani, 2019). As mulheres passaram a ser vistas como inferiores aos homens, portanto incapazes de se governarem, logo, tinham que ser colocadas sob controle masculino, o que era legitimado pela Igreja, literatura, pelos intelectuais e pelo Estado. A partir dessa derrota surgiu um novo modelo de feminilidade: “passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas” (Federici, 2017, p. 205), o que vai ao encontro do que nos apresenta Kehl (2016).

De acordo com Federici (2017)

Nenhuma das táticas empregadas contra as mulheres europeias e contra os sujeitos coloniais poderia ter obtido êxito se não tivesse sido sustentada por uma campanha de terror. No caso das mulheres europeias, foi a caça às bruxas que exerceu o papel principal na construção de sua nova função social e na degradação de sua identidade social (p. 203)

A autora afirma que “a nova construção de uma nova ordem patriarcal, que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina, foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo” (Federici, 2017, p. 232).

Federici (2017) afirma que a caça às bruxas foi motivada pela preocupação com a diminuição da população, convicta que uma população numerosa é que constituía, à época, a riqueza de uma nação e promovida por uma classe política. A caça às bruxas foi uma guerra contra as mulheres, contra sua autonomia e seu conhecimento e uma tentativa de demonizá-las. Ao mesmo tempo em que cerceavam a liberdade e perseguiam as mulheres, ia se construindo um modelo de família nuclear baseado na propriedade privada na qual as relações de gênero eram fundamentais, e o papel da mulher era o de fraca de corpo e mente e inclinada ao mal.

Um conjunto de mudanças, portanto, modificou a sociedade europeia em menos de cem anos – urbanização, industrialização, separação entre os espaços

público e privado, a vida guiada pela moralidade burguesa e o estabelecimento da família nuclear –, ao longo dos séculos XVIII e XIX, e interferiu no corpo e comportamento das mulheres. E a esse conjunto de transformações corresponde um novo tipo de sujeito, que se constitui no indivíduo, sujeito moderno por excelência. A mulher, porém, não era considerada sujeita, ela é o outro, no caso, a outra. No contexto da Revolução Francesa, a liberdade é transformada em direito individual com o estabelecimento da burguesia – uma classe conquistada, não herdada – como classe hegemônica na Europa (Kehl, 2016). Na vida cotidiana, surge a soberania da personalidade, que é própria a cada um, funda-se no mundo das aparências, é controlada pela autoconsciência e carrega o antagonismo entre liberdade (privado) e convenções sociais (público). A recente família nuclear moderna torna-se um lugar de intimidade, privacidade e relaxamento para o homem, e há a necessidade de adequação entre a mulher e o homem a partir de uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem burguês. A feminilidade vem para promover o casamento entre a mulher e o lar, uma adequação fruto de uma enorme produção discursiva, como a educação formal e a religião. Ou seja, a feminilidade se opunha à nova personalidade individual tão valorizada à época, pois era uma construção social (Kehl, 2016).

A autora afirma que

a cultura europeia dos séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral foi promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado feminilidade (KEHL, 2016, p.40).

A feminilidade veio como a verdadeira natureza da mulher e se constituía do cuidado com o lar (família e espaço doméstico), função da maternidade e passividade em relação ao marido e aos filhos. Porém, Kehl (2016) destaca que a construção desse papel feminino não foi aceita passivamente pelas mulheres burguesas europeias. A concepção do que devem ser as mulheres começa a se esboçar no período revolucionário, como reação à desordem provocada pelas primeiras manifestações de rebeldia delas. Para o homem, o casamento supre a necessidade do afeto, mas ele busca realização em outros setores, como o trabalho fora de casa e

a política. Para as mulheres o casamento passa a ocupar toda a sua existência, dele dependia toda a sua felicidade. E a consolidação e manutenção desse papel foi reforçado com discursos médicos, científicos, religiosos e literários.

Sobre a situação do Brasil, Cláudia Fonseca (2006) traz, por meio de relatos policiais do início do século XX em Porto Alegre, como era a relação das mulheres com a família, o trabalho e a comunidade nos núcleos urbanos brasileiros. Em seus escritos, pode-se perceber que muito do processo de construção da feminilidade e da formação da família nuclear descrito por Kehl (2016) e Federici (2017) atravessa espaço e tempo e chega também às mulheres da classe trabalhadora de um país colonizado. O casamento na igreja, a obrigação da mulher cuidar física e psicologicamente dos filhos e do marido são exemplos que se aplicam às mulheres das classes menos abastadas e longe da Europa e não brancas. A autora apresenta um cenário sobre a pobreza e a maternidade nos núcleos urbanos brasileiros no início do século XX. Ela mostra elementos da construção da família nuclear e da importância da maternidade na classe burguesa para apontar caminhos de como esse modelo chegou à classe operária. Fonseca (2006) destaca que a criança funcionou como uma espécie de peça-chave da família nuclear moderna, retirando-a do espaço público para educá-la no ambiente privado, ou seja, no lar, e na escola, como complemento. A própria noção de infância, criação, cuidado e zelo com a educação da mesma pela família surge muito recentemente. Esse era o padrão da burguesia, que não se encaixava na vida familiar dos grupos mais pobres, que seguiu um caminho diferente. Na Europa, que a autora traz para fins de comparação, houve uma dificuldade na implantação desse modelo nas classes mais baixas, então foram utilizadas medidas coercitivas, como retirar das ruas mendigos, órfãos e prostitutas. Lá, segundo a autora, somente no início do século XX, com a melhoria da qualidade de vida da classe operária por meio de salários dignos e oferta de educação universal, a família nuclear se consolida também entre a população mais pobre.

Nesse momento surgiu mais uma inquietação em relação às mulheres negras, já que nossa história e vivência não se encaixam com o que é considerado feminilidade. Em contrapartida, nessa mesma época, mulheres negras não eram consideradas femininas demais para o trabalho nas minas, construção de estradas, abertura de valas etc., inclusive eram numerosas nesses tipos de trabalho, junto com as crianças. Talvez por isso as mulheres negras tenham adquirido características consideradas tabus pela ideologia da feminilidade do século XIX.

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia [feminilidade]. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante. (DAVIS, 2016, p.24-25)

As mulheres negras sempre trabalharam fora de casa e seu trabalho sempre se equiparou ao dos homens, por isso, segundo Davis (2016), gozavam de maior igualdade sexual em casa. As mulheres negras não passaram pelo processo de ter que demonstrar fragilidade e fraqueza femininas e a submissão da esposa como as mulheres brancas de classe média que se tornaram donas de casa, e o foco da vida delas jamais foram as tarefas domésticas. Não foi permitido às mulheres negras serem fracas, as comunidades precisavam de sua força para sobreviver. E por isso, trabalho, força, independência, carregaram o fardo da dupla jornada de trabalho: o assalariado e o doméstico.

Carneiro (2003) nos lembra que a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, consideradas frágeis, nunca foi para a mulher negra, que nunca se identificou com isso porque também nunca se viu e nunca foi vista como frágil. Ou seja, essa parte da feminilidade não chega às mulheres negras, nem em vista do Outro nem como uma reivindicação. “Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar” (Carneiro, 2003), pois como nos lembra Sojourner (*apud* Carneiro, 2003), sempre trabalhamos na lavoura, na quitanda etc. Ela traz várias reivindicações das feministas, como a garantia das mesmas oportunidades que os homens, mas que foram pensadas pelas e para as mulheres brancas. Inclusive sobre o mito da mulher ser feita da costela de Adão, pois na África não tem Adão, então até isso só serve para a mulher branca. Em uma das falas de Maria, ela relata o que pensa quando sua empregadora acha que ela não ‘daria conta’

Eu falei assim senhora nem imagina que eu sou capaz de fazer...

Essa frase demonstra o que Sueli Carneiro fala sobre feminilidade da mulher negra, mesmo como autopercepção. Maria nunca foi vista ou nunca se viu como uma mulher frágil, nem no campo, nem na cidade.

O discurso de Sojourner Truth de 1851 explicita muito bem o estranhamento e a distância da feminilidade para a mulher negra:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 2014)

Na ocasião, ela se levantou defronte muitos homens brancos para questionar uma feminilidade que nunca foi presente na vida dela e de outras tantas mulheres negras.

Vergès (2020) pontua um evento em particular que evidencia a recusa de considerar os privilégios atribuídos às mulheres brancas, que foi o de ter direito a ter pessoas escravizadas como propriedade, mesmo não tendo direito a estudar, a votar etc.; e esse direito só lhes foi concedido porque eram brancas. Ela também lembra que mulheres escravizadas não eram vistas ou tratadas com doçura e respeito, não eram vistas como seres humanos, e sim como propriedade, como objeto. De acordo com a autora, “dito de outro modo, o gênero não existe em si mesmo, ele é uma categoria histórica e cultural que evolui no tempo e não pode ser concebido da mesma maneira na metrópole e na colônia” (Vergès, 2020, p. 61).

Faz parte, ainda, da construção da feminilidade, a construção histórica e sociocultural da maternidade, definida por Assunção (2008) como “variável segundo

diferentes contextos, e que apresenta função preponderante na definição e consolidação de ideologias de gênero ao longo da história” (Assunção, 2008, p.236). A autora mostra que a figura da mãe não existiu em todos os lugares nem em todas as épocas, ou seja, o instinto materno é uma construção, não é inerente à mulher. De acordo com a autora, “ser mãe” e exercer a função da maternagem é um papel que se firmou a partir do século XVIII como atribuição central da mulher ou esposa, indo ao encontro de Kehl (2016) e Federici (2017, 2019). Kehl (2016) também aponta que a feminilidade restringe a mulher a um único lugar social e a partir daí traça um único destino, que é a maternidade. Essa construção foi concomitante à ascensão do capitalismo, e “acompanhou grandes mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais” (Kehl, 2016, p.236), como o fortalecimento das propriedades privadas. Assim, quando a produção passou do ambiente doméstico para o público, a reprodução da força de trabalho tornou-se tarefa das famílias, principalmente das mulheres.

Sobre a maternidade compulsória que compõe a feminilidade e faz parte da reprodução da família nuclear, Badinter (1985) traça uma linha histórica da construção do mito do amor materno a partir da realidade da França, país onde, segundo ela, inúmeras famílias enviavam seus filhos recém-nascidos para serem cuidados por amas. Sempre ponderando que o amor da mãe pelos filhos sempre existiu em outros lugares e outras épocas, ele não tinha a posição e a importância que passa a ter após o século XVIII. Kehl (2016) também afirma que maioria das mulheres sente gozo com a maternidade; não é para se pensar que a maternidade e a feminilidade foram impostas às mulheres, muitas desejaram esse caminho. O problema está na exclusão de outras possibilidades para a vida das mulheres. A sociedade urbano-industrial da época precisava de uma população numerosa e a mortalidade de crianças era muito elevada, por isso era necessário reverter esse quadro. Para atingir esse fim, foi preciso convencer as mulheres a cuidarem e amamentarem os próprios filhos. Foram utilizados, principalmente, discursos religiosos e de retorno à verdadeira natureza, inclusive comparando mulheres aos animais. O filósofo Rousseau aparece, em Badinter (1985) e Kehl (2016), como importante difusor do discurso a favor da volta das mulheres a seu verdadeiro estado, o “estado da natureza”. No discurso do referido autor, a mulher aparece como um ser a meio caminho entre a natureza e a cultura.

Precisamos salientar, novamente, que o mito do amor materno não foi, da mesma forma, projetado para mulheres negras.

Enquanto as mulheres de minorias étnicas são constantemente encorajadas a se tornarem inférteis, as mulheres brancas que gozam de condições econômicas prósperas são incentivadas, pelas mesmas forças, a se reproduzir. (DAVIS, 2016, p. 223)

É preciso refletir sobre o mito do amor materno para mulheres negras e em uma sociedade colonizada, como a brasileira. Os processos de maternidade e maternagem das mulheres negras são diferentes, o mito do amor materno não foi feito para elas e tampouco chegou nelas. Para a mulher negra, a maternidade é por vezes compulsória, e muitas outras vezes a vida dos seus filhos é ceifada pelo próprio Estado, ou seja, ela não tem direito à maternidade. Fora os casos, muito mais elevados do que entre mulheres brancas, de violência obstétrica no Brasil (Leal *et al*, 2017). O mito do amor materno nos explica muita coisa, afinal assim como outros atributos do sistema capitalista, este mito vem compor a família nuclear que também existe no Brasil. Mas assim como outras divergências, é necessário pensar se esse mito existe, e como existe para as mulheres racializadas. A dororidade (Piedade, 2017), que une mulheres negras pela dor, nega o direito à maternidade a essas mulheres.

O que parece nos unir na Luta feminista é a dor. A dor da violência que sofremos no cotidiano. Seja física, emocional, patrimonial, moral. No nosso caso, ainda temos a violência racial. Dororidade quer falar das sombras. Da fala silenciada, dentro e fora de nós. Da dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta (PIEDADE, 2017).

São as mães negras que choram a morte dos seus filhos em um país que promove um genocídio da juventude negra, onde a mortalidade de homens negros chega a ser quatro vezes maior do que homens não negros (Arcoverde, 2022). Juliano (2020), ao trazer dados e reflexões sobre a negação do direito à vida no Brasil, na forma do genocídio da juventude negra, enfatiza que o

fenômeno é denunciado há pelo menos quatro décadas nas agendas políticas de movimentos sociais, em especial dos movimentos sociais negros, bem como de instituições e organizações nacionais e

internacionais voltadas à garantia, defesa e promoção dos direitos humanos no Brasil. (JULIANO, 2020, p. 149)

A autora reúne dados que revelam que no campo da educação, do mercado de trabalho e da saúde, a população negra tem menor acesso em todos esses campos, o que corrobora para a afirmação de que o racismo é estruturante em nossa sociedade. A autora afirma que

O genocídio sistemático do povo negro tem início no século XVI com o sequestro dos povos africanos, seguido de escravidão negra nas Américas e de todo o processo de formação histórico, social e político de colonização intrínseco à formação social dos países então colonizados. O termo “genocídio da juventude negra” é utilizado para abordar a violência que atinge os jovens negros de forma letal. Entendemos que as relações desiguais de raça e classe interferem diretamente nas condições de vida e sociabilidade de um determinado segmento populacional, ou seja, homens jovens negros, em sua maioria moradores de favelas e das periferias brasileiras. Essa forma específica de expressão da violência rompe com um direito fundamental, que é o direito à vida, tendo implicações na morte sistemática dos jovens negros brasileiros. (JULIANO, 2020, p. 150)

No Brasil, a taxa de homicídios é muito maior entre pessoas negras, em especial entre os homens negros. Entre os homens pretos essa taxa é de 41,4 e entre os homens pardos de 64,3 para cada 100 mil habitantes; entre os homens brancos a taxa de homicídios é de 21,2 para cada 100 mil habitantes (IBGE, 2021). Entre os jovens (15 a 29 anos) essa taxa é ainda maior, com 96,7 mortes por homicídio a cada 100 mil habitantes. As principais vítimas, mais uma vez, são os jovens pretos (94,4) e pardos (136,5), que é 2,3 e 3,3 vezes maior do que o observado entre homens jovens brancos (41,6) (IBGE, 2022).

A partir do exposto não é difícil perceber que as mulheres foram, de modo coercitivo, forçadas a adequar seu comportamento. E essa coerção apareceu de todas as formas, desde a violência física, como nos relata Federici (2017) ao discurso da Igreja, passando pela conformação de um modelo familiar no qual ela é a responsável pela manutenção da casa e bem-estar do marido e filhos. Sabemos, no entanto, que tudo isso aconteceu na Europa entre os séculos XVI e XIX, e que a situação das

mulheres, nem mesmo lá, era universal. A mundialização do sistema capitalista carrega suas regras, e com as questões relativas à mulher, ao trabalho e ao comportamento feminino não foi diferente. É assim que nós, séculos depois e em outro continente, aprendemos o que é certo ou errado por sermos mulheres, de maneiras diferentes dependendo da nossa classe e raça.

Percebemos que a construção da feminilidade e o que ela traz (família nuclear, amor materno, dona de casa) consigo foi pensado somente para mulheres brancas. A situação peculiar da mulher negra brasileira, descendente de pessoas escravizadas, se faz presente em uma espécie de continuidade do exercício do serviço doméstico em outras casas na figura da empregada doméstica. Não é à toa que o Brasil tem umas das maiores populações de trabalhadoras domésticas do mundo e a maior das Américas (Wentzel, 2018; Carranço, 2021). A seguir veremos como uma análise sobre o trabalho doméstico no Brasil precisa se diferenciar em alguns pontos com as reivindicações das feministas euro-americanas; como ele se constituiu no país; e as intersecções entre os espaços privado e público, margem e centro, através do trabalho doméstico. Já partimos do pressuposto que mulheres negras não foram “contempladas” pelo discurso da feminilidade, portanto são mulheres que sempre estiveram no mercado de trabalho, e no Brasil ocupando cargos subalternos e com baixa remuneração, em uma intenção de mantê-las, pela raça, em classes menos favorecidas economicamente; por isso a importância da análise interseccional, a lente que nos dá ferramentas para enxergar a situação de mulheres negras brasileiras que leva em consideração as opressões de raça, classe e gênero atuando ao mesmo tempo.

2 TRABALHO DOMÉSTICO E MULHERES NEGRAS: INTER-RELAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO

Passamos pela geografia feminista e pela epistemologias feministas e, a partir delas, questionamos a nossa ciência e sabemos que podemos e devemos exercer outros métodos de análise, que fuja do “*master subject*” e do “*god trick*” (Haraway, 1995). Além disso, compreendemos a importância de enxergar as diversas escalas, no caso desta pesquisa, a microescala, o espaço do lar e a dar centralidade às mulheres negras que cozinham, considerando a cozinha um espaço paradoxal e do conceito de interseccionalidade. O trabalho doméstico é um trabalho repetitivo, exaustivo física e mentalmente, que não acaba nunca. É uma atividade do cotidiano, que como tantas outras se torna invisível, mas propositalmente, assim como é atribuído às mulheres historicamente. E da mesma maneira que é necessário ter um olhar para o cotidiano, para o local, pois ela aparece nos momentos mais rotineiros da nossa existência, é importante um olhar mais apurado para essa parte do cotidiano. O que se passa no espaço privado, como já exposto, é fundamental para o pleno funcionamento do espaço público na sociedade capitalista.

Aqui, portanto, além de voltarmos a análise para o espaço privado, atentamos às tarefas diárias desenvolvidas na cozinha, e como essa atividade tão fundamental para a sobrevivência humana, que poderia acontecer de outra forma, se torna parte do cotidiano fruto da exploração do trabalho feminino, especialmente do trabalho de mulheres negras. Nesta seção os relatos e memórias de Maria estarão também presentes, apresentando episódios particulares que fazem parte de uma coletividade, costurando memórias aos temas presentes nesta pesquisa. Também exponho partes das lembranças de D. Risoleta (Bosi, 1994), que, da mesma forma, nos mostra como era o cotidiano de mulheres negras trabalhando em casas de outras pessoas.

2.1 Análise interseccional do trabalho doméstico

Concordamos com a teoria da reprodução social, vertente do feminismo marxista, que considera o trabalho doméstico enquanto um trabalho que produz valor ou, pelo menos, as condições para a produção de valor. Há vários elementos comuns entre estas duas perspectivas que utilizam a reprodução social como lente fundamental, mas também há uma diferença substancial entre elas que tem a ver com o que considera se o trabalho doméstico produz valor de troca ou não. Na teoria feminista marxista, reprodução social não é entendida como a reprodução da sociedade capitalista como um todo, mas algo mais pontual: a reprodução da força de trabalho, o que permite focar nos papéis de gênero e da opressão de gênero no capitalismo. A teoria da reprodução social estabelece de forma clara que o trabalho dito reprodutivo é realizado predominantemente por mulheres ou corpos feminizados e supõe-se que esse trabalho é parte do lado amoroso das mulheres que o realizam “naturalmente”. Arruzza e Bhattacharya (2020) pontuam que a reprodução social da família branca é diferente das famílias trabalhadoras negras, mesmo que ambas estejam abaixo da linha de pobreza. Logo, esse processo gera duas forças de trabalho distintas, em que uma vale menos do que a outra (Arruzza; Bhattacharya, 2020). Silva e Tédde (2018) destacam que mulheres negras que atuam nesses serviços exercem a mesma função no trabalho produtivo e reprodutivo. Apesar de concordarmos com a teoria da reprodução social e suas valiosas contribuições, deixo claro que esta análise é feita a partir de um olhar interseccional, em que além da classe, raça e gênero atuam com a mesma força.

Existem diferenças claras de classe e raça no feminismo. Vimos que a construção da feminilidade foi criada para as mulheres pertencentes à burguesia, que também reivindicaram seus direitos em diversos momentos da história. Porém, as reivindicações das mulheres dessa classe eram e ainda são completamente diferentes das mudanças que querem as mulheres trabalhadoras. Estas jamais foram confinadas no espaço privado, sempre trabalharam fora e dentro de casa. Aqui, pensamos que a construção da feminilidade para a mulher burguesa é importante para compreensão do que se espera em relação ao comportamento das mulheres ainda hoje, no entanto o trabalho doméstico é exercido por mulheres trabalhadoras e não brancas. Quanto mais rica a mulher, menor a quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico

(IBGE, 2021). E quem faz o trabalho doméstico dessas mulheres ricas e em sua maioria brancas, são as trabalhadoras não brancas, especialmente, no caso brasileiro, as trabalhadoras negras, que fazem esse trabalho em sua casa e na casa de outras famílias. Podemos, portanto, afirmar que a mulher negra cumpre mais atividades domésticas do que as brancas, por isso daremos ênfase ao feminismo marxista - através das lentes da teoria da reprodução social -, e do feminismo negro, associados aos dados do IBGE (2021) e do DIEESE (2021) sobre trabalho doméstico no Brasil, ou seja, o trabalho doméstico aqui será abordado de forma interseccional.

No Brasil os indicadores sociais das mulheres, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trazem dados desagregados por sexo e outras características, deixando claro que “cor, raça, ser pessoa com deficiência, morar em áreas urbanas ou rurais, entre outros,” (IBGE, 2021, p. 2) podem ter impactos significativos nos resultados, reforçando desigualdades. Os dados mostram que o nível de ocupação das mulheres com crianças de até três anos de idade no domicílio é consideravelmente menor (54,6%) que mulheres sem crianças de até três anos de idade (67,2%); e entre as mulheres pretas ou pardas com crianças de até três anos de idade a taxa de ocupação foi menor que 50% em 2019 - os menores níveis de ocupação. Em todos os casos a porcentagem de homens ocupados é maior. O trabalho não remunerado contribui para a menor participação das mulheres no mercado de trabalho, segundo o informativo do IBGE (2021).

Em 2019, as mulheres dedicaram quase o dobro do tempo que os homens nas tarefas domésticas ou cuidados de pessoas (21,4 horas contra 11,0 horas). Há diferenças regionais (a região Nordeste apresentou maior desigualdade) e raciais - as mulheres pretas e pardas dedicaram 22,0 horas de cuidados de pessoas e afazeres domésticos contra 20,7 horas das mulheres brancas em 2019. Há, ainda, um recorte de classe, uma vez que mulheres que fazem parte dos 20% da população com os menores rendimentos dedicaram mais horas nessas atividades (24,2 horas) do que as que fazem parte dos 20% com os maiores rendimentos (18,2 horas). A publicação afirma que a renda impacta diretamente

no nível da desigualdade entre as mulheres na execução do trabalho doméstico não remunerado, uma vez que permite acesso diferenciado ao serviço de creches e à contratação de trabalho doméstico remunerado, possibilitando a delegação das atividades de cuidados

de pessoas e/ou afazeres domésticos, sobretudo a outras mulheres (IBGE, 2021, p. 03).

Importante ressaltar que a diferença de raça, classe e região quase não altera a quantidade de horas que os homens dedicam aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, que sempre é menor que as mulheres. Também é necessário pontuar que mulheres são 92% das trabalhadoras domésticas no país e que, entre elas, aproximadamente 65% são mulheres negras (DIEESE, 2021). É possível inferir, a partir das informações do IBGE (2021) e do DIEESE (2021), que mulheres negras e com menor rendimento compõe a maior parcela das trabalhadoras domésticas no país e que também são a maior parte no grupo de mulheres que realizam os afazeres domésticos na própria casa, esta última informação indicada na Tabela 1.

Tabela 1 - Horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por ocupação e renda

Brasil	Rendimento habitual de todos os trabalhos	Horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (total)	Horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (1) (2) (pessoas ocupadas)
Homens	R\$ 2.245,00	11,1	
Mulheres	R\$ 1.654,00	20,9	
Homens	Branco	R\$ 2.945,00	10,9
	Negro	R\$ 1.599,00	11,0
Mulheres	Branca	R\$ 2.038,00	20,7
	Negra	R\$ 1.234,00	22,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019, consolidado de quintas entrevistas. Organizado pela autora.

Notas:

1. Calculado apenas para as pessoas que declararam ter feito atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos na semana de referência.
2. Exclui as pessoas sem declaração das horas dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos na semana de referência.

Para as mulheres que se encontram ocupadas, o trabalho não remunerado impacta em sua inserção no mercado de trabalho, pois é preciso conciliar o trabalho

dentro e fora de casa. Dessa maneira, a quantidade de mulheres que trabalham em tempo parcial, em 2019, é quase o dobro verificado para os homens, e, mais uma vez, as mulheres pretas e pardas³ exerciam em maior número esse tipo de trabalho (32,7%) do que as mulheres brancas (26,0%) (IBGE, 2021).

Na educação, sabemos que as mulheres são mais instruídas do que os homens, principalmente entre a população mais jovem, entre 25 e 34 anos (25,1% das mulheres contra 18,3% dos homens com ensino superior completo). No entanto, quando fazemos um recorte de raça, vemos que entre mulheres pretas ou pardas entre 18 e 24 anos, a taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior era de 22,3% em 2019, quase metade da taxa registrada entre as brancas (40,9%) (IBGE, 2021). Esse dado contribui para pensarmos que a dedicação da mulher preta e parda ao trabalho doméstico não remunerado e ao remunerado perpassa também pelo não acesso delas ao ensino superior. As mulheres pretas e pardas que não frequentam as universidades, provavelmente estão executando as tarefas domésticas e de cuidados para as mulheres brancas, que dedicam menos tempo a elas. Outro dado interessante relacionado à educação é a grande participação das mulheres que cursam o ensino superior nas áreas relacionadas ao cuidado, como Serviço Social.

Precisamos, em vista do exposto, falar não só sobre o trabalho doméstico exercido pelas mulheres, mas especificamente o trabalho doméstico exercido por mulheres negras no Brasil. O trabalho doméstico realizado majoritariamente por mulheres negras é ainda reflexo da escravidão no nosso país, período no qual elas eram as escravizadas domésticas, as mucamas, as mães de leite, e esse fator nos leva além da relação biológica que se faz entre o sexo feminino e o trabalho doméstico a partir do entendimento da construção da feminilidade; ela não basta para explicar a permanência de mulheres negras brasileiras em trabalhos subalternizados e mal remunerados. Lélia Gonzalez (2018b) já afirmava que as escravizadas que trabalhavam no eito, ou eram, mucamas são as atuais trabalhadoras rurais e empregadas domésticas. A autora considera a Lei Áurea, que aboliu a escravidão em 1888, uma formalidade jurídica, que foi antecedida por lutas dos negros pela liberdade e que essa luta não cessou com a promulgação da referida lei. Ela afirma que a sociedade brasileira precisa voltar-se para si mesma e reconhecer suas contradições

³ Importante lembrar que para o IBGE a população negra brasileira é composta por pessoas de cor preta e parda.

e profundas desigualdades raciais e que outras sociedades latino-americanas têm muitas características parecidas com a brasileira. Deixo as falas de Lélia Gonzalez com verbos no presente por entender que suas sugestões, percepções e anseios continuam atuais. Angela Davis (2016) afirma que “a equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo.” (p. 98), situação semelhante ao que ocorre no Brasil.

O depoimento de D. Risoleta (Bosi, 1994) traz memórias consolidadas do tempos da escravidão, quando ela diz que “no tempo do cativo, vendiam a gente como vende porco” (p. 363); em outra passagem ela conta que após a morte de sua mãe, cada um foi para a casa do “seu branco”. As relações de trabalho, a idade em que começou a trabalhar, a quantidade de horas trabalhadas, a exploração que sofria e o valor baixo do pagamento, quando recebia, pelo seu trabalho explicitam relações de trabalho calcadas na escravidão.

Desde oito anos trabalhei em casa de família, sempre tive que fazer tudo: botava a mesa, tirava a mesa, lavava a louça, areava aquele talher danado de arear, com raspa de tijolo e batatinha [...] Eu sabia que a patroa gostava de coisa bem-feita, então queria fazer mais bem-feita ainda (BOSI, 1994, p. 371).

Em uma das casas em que trabalhou muito jovem, tanto que nem alcançava o fogão, ela conta que acordava às 4h da manhã e trabalhava o dia todo. Só tinha ela e uma “preta bem velha, mais velha do que eu estou agora, com o dedão do pé torto, na beira do fogão, arcadinha” (p. 371). D. Risoleta, com pena dessa senhora, colocava algo para alcançar o fogão e cozinhar para ela. Em outro momento, ela conta que

Quem trabalhava não tinha direito a nada [...] nem férias. Descanso, domingo, só depois que fazia todo o serviço e deixava a mesa do lanche pronta, era muito difícil eles comerem fora. [...] A gente ficava seis meses sem ver a cara da rua! Sempre tinha serviço e sábado e domingo era o dia que se trabalhava mais: ia fazer doces, biscoitinhos, sequilinhos porque domingo a família toda reunia. (BOSI, 1994, p. 383- 384)

Tinha que levantar todo dia às quatro horas para acender o fogão de lenha e levar o café com torradas bem quentes com bastante manteiga no quarto dos meninos. Quem ia me acordar? Rezava de noite e pedia a Nossa Senhora, a Bom Jesus de Pirapora que não deixassem eu perder a hora. E todo dia ouvia bater na minha porta e ouvia chamar pelo meu nome de manhãzinha. (BOSI, 1994, p. 384)

Nunca fui recompensada e sempre carreguei a casa das patroas nas minhas costas. Davam um ordenadinho e ainda achavam que estavam pagando muito. Lutei sozinha com Deus. Eu pedia dia e noite que Deus não deixasse eu sucumbir. (BOSI, 1994, p. 389)

D. Risoleta conta, ainda, que o período em que Getúlio Vargas foi presidente as patroas orientavam as empregadas domésticas para dizerem, caso alguém do governo perguntasse, que elas eram da família, e não trabalhadoras naquela residência, para que os patrões não precisassem tirar a caderneta de trabalho delas.

Bento (1995) já assinalava que mulheres negras ocupam os cargos mais precários no mercado de trabalho brasileiro, mas que os estudos de gênero ignoravam o fator raça, ao homogeneizar a força de trabalho, como se o fator racial não existisse. Ela ainda denunciou que, quando esses estudos de gênero falavam algo sobre a cor da pele, finalizavam com a expressão “e no caso de mulheres negras essa situação é mais dramática” (Bento, 1995, p. 479). Trago essa informação aqui, de 1995, para pontuar que muitos dos textos que li, bem mais recentes, acerca da situação das mulheres havia uma frase como essa, que, como disse Bento (1995, p. 479) “apenas confirmam a desimportância dada ao tema”. À época da escrita desse texto era legal nos anúncios de emprego pedir “boa aparência” das/os candidatas/os, o que foi proibido em 2000 (APROVADO...2000) por pressão do Movimento Negro. Bento (1995) traz relatos que confirmam a situação de mulheres negras que, mesmo com nível superior, são discriminadas nas relações de trabalho. Segundo ela, no imaginário de chefes e profissionais dos recursos humanos, o lugar da mulher negra é de subalternização e trabalhos manuais, ou seja, o estereótipo da inferioridade presumida.

Silva e Tédde (2018) demonstram através de uma pesquisa empírica e dados coletados no IBGE que as mulheres negras no Brasil continuam a ocupar cargos com baixos salários e prestígio, e que esse fato é resultado do longo período escravocrata

brasileiro. Os autores explicitam dados que mostram a desigualdade de rendimentos e escolaridade entre mulheres negras e brancas em relação aos homens, revelando que a desigualdade de rendimentos tem sexo e cor, confirmando que o que foi denunciado por Lélia Gonzalez nos anos 1980 ainda não sofreu significativas mudanças. Eles afirmam que os estudos sobre mercado de trabalho muitas vezes uniformizam a força de trabalho, desconsiderando a questão racial, um problema apontado muitas vezes pelas intelectuais negras desde a década de 1980. Os autores reconhecem que a segregação no mercado de trabalho ocorre também pela raça, além do gênero, em que o lugar das mulheres negras está demarcado em trabalhos de cuidado, alimentação e limpeza.

Juliana Teixeira (2021) traça o caminho da construção da trabalhadora doméstica – no feminino sempre, pois mulheres representam mais de 90% desse corpo de trabalho - no Brasil desde a escrava doméstica, a ama de leite, a mãe-preta, a criada, a empregada doméstica que dorme na casa dos patrões, a que não mora lá, e a diarista; as últimas podem ser subdivididas em trabalhadoras formais e informais.

Durante a escravidão, destacava-se que a busca por escravizadas que fossem atuar dentro das casas passava por questões estéticas, o que contribuiu para o entendimento da sexualização, hoje, das trabalhadoras domésticas. Havia uma diferenciação entre as escravizadas da lavoura e a doméstica. Aqui também é possível pensar sobre a exploração sexual sofrida por essas trabalhadoras, escravizadas ou livres, por seus patrões. Lélia Gonzalez (2018a) reforça que a miscigenação veio da violência e do estupro das escravizadas. Sueli Carneiro (2003) afirma que a violência dos senhores brancos contra mulheres negras e indígenas deu origem à miscigenação tão exaltada no estruturado mito da democracia racial e está presente em todas as construções da nossa identidade nacional. Essa característica é similar ao que Angela Davis (2016) discorre sobre o que ocorreu nos Estados Unidos acerca de violências sexuais sofridas pelas mulheres negras. Isso, que poderia ser considerado reminiscência do período colonial, permanece vivo no imaginário social, mantendo intactas as relações de gênero de acordo com a cor ou raça (Carneiro, 2003).

Junto com todas os problemas que o mito da democracia racial carrega, podemos destacar a relação “afetiva” que se construiu no imaginário social em relação as trabalhadoras do ambiente doméstico. Um afeto que aparece no

imaginário popular, mas não nas relações de trabalho; ali a desigualdade racial e de gênero impera, há um limite. Porém, essa proximidade acaba por perpetuar jeitos de falar e histórias, o que Lélia Gonzalez (2018b) também destaca com o termo Pretuguês, em que ela afirma que todas as crianças, inclusive as de famílias mais abastadas, aprenderam a falar com alguma mulher negra, então o jeito de falar e as histórias vão se perpetuando através dessa relação. O português brasileiro é carregado dessas expressões e manifestações culturais, segundo a intelectual. De acordo com Gonzalez (2018b), as mulheres africanas eram muito valorizadas enquanto mães, e exerciam (ainda exercem) essa função de cuidado das crianças brancas. Dessa forma, segundo a autora, mantiveram viva a chama dos valores culturais afro-brasileiros em seus descendentes e influenciaram homens e mulheres brancos. Daí vem a afirmação de que todo brasileiro fala, portanto, “Pretuguês”, um português africanizado, e a autora ainda reitera que todos os símbolos da cultura nacional são, também, negros, como o samba e a feijoada, por exemplo (Gonzalez, 2018b).

Lélia Gonzalez (2018d), antes de existir o conceito de interseccionalidade, já falava sobre a tripla opressão da mulher negra na sociedade brasileira e como as profissões que elas assumem após a abolição são parecidas com o que exerciam quando escravizadas. Isso, na prática se reflete como uma incapacidade para o exercício do trabalho livre, a não ser quando elas estão “no seu lugar”, que é na cozinha, ou como faxineiras e arrumadeiras, por exemplo; não em espaços onde tenham contato com o público. Para estar nesse lugar, é necessário ter “boa aparência”, que à época era legal aparecer nos anúncios de emprego e que, no fim das contas, é ser branca (Gonzalez, 2018d).

Uma condição curiosa, para não dizer perversa, ocorre em sentido contrário, que Davis (2016) nos recorda sobre a situação de escolha de trabalhadoras doméstica nos EUA, mas que ocorria/ocorre no Brasil. De acordo com a autora, a maioria dos empregadores preferia mulheres negras às brancas, e as justificativas eram (são) o puro suco do racismo disfarçado de elogio. Segundo a autora,

o racismo funciona de modo intrincado. As empregadoras que acreditavam estar elogiando as pessoas negras ao afirmas preferi-las em relação às brancas argumentavam, na verdade, que as pessoas

negras estavam destinadas a ser serviçais domésticas – escravas, para ser franca. [...] A definição tautológica de pessoas negras como serviçais é, de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista. [...] Com frequência, racismo e sexismo convergem – e a condição das mulheres brancas trabalhadoras não raro é associada à situação opressiva das mulheres de minorias étnicas (DAVIS, 2016, p. 102).

De acordo com Teixeira (2021), após a abolição da escravatura, a situação das trabalhadoras domésticas era bem próxima ainda à escravidão. Residiam na casa dos patrões, onde por vezes iam morar ainda meninas, e em troca do seu trabalho recebiam moradia e alimentação. Quando recebiam algum pagamento, o valor era irrisório. D. Risoleta aponta esse fato em suas lembranças quando fala que, na ocasião da morte de sua mãe, a família deixou o Arraial e “cada um foi pra casa do branco dele” (Bosi, 1994, p. 377). Ela também não se recorda de receber pagamento em algumas das casas em que trabalhou, porque quem cuidava disso era seu pai, e ele dizia que não fazia questão de dinheiro, queria que a ensinassem a ler um pouco, o que não aconteceu. Não que essa situação tenha acabado, é possível encontrar diversos casos como esse ainda hoje. É necessário

reconhecer como a história do trabalho doméstico está ligada à história escravocrata no Brasil e, conseqüentemente, aos efeitos do racismo estrutural, é um passo fundamental para análises mais abrangentes sobre as condições desse tipo de trabalho (TEIXEIRA, 2021, p. 57).

Em uma das passagens, Maria conta que ainda quando vivia no campo com a família a mãe dela enviava as filhas mulheres a algumas casas para fazer alguns serviços domésticos, e que não as deixava receber dinheiro em troca.

Não, dinheiro não. Nós trabalhava fora pra ganhar um mantimento. O que num tinha, as coisa que a gente não tinha.

Elas recebiam às vezes leite, queijo, ovos, querosene, um pedaço de carne vermelha.

No Brasil foi mais comum durante um tempo que trabalhadoras domésticas residissem no local de trabalho. Muitas plantas de casas e apartamentos, inclusive, contam com o “quartinho de empregada”, um quarto pequeno com um banheiro, fora da casa ou, no caso de apartamentos, próximo à cozinha, longe da sala e dos quartos principais. De acordo com Lyra (2021)

Assim como as relações sociais, o espaço da casa não escapa aos atravessamentos da herança escravocrata. A existência até os dias atuais dos ‘quartinhos de empregada’ é uma evidência disso, remetendo diretamente à espacialidade doméstica colonial. Em geral, as chamadas “dependências completas de empregadas (DCE)” são cômodos exíguos, com pouca ou nenhuma iluminação natural, ocultados na área de serviço de casas e apartamentos. Costumam ainda ter entrada e banheiros apartados das áreas sociais de habitações de classes médias e altas, numa estranha contradição entre hierarquia e intimidade. Embora sua existência seja cada vez menos frequente, o ‘quartinho’ representou por muitas décadas a manutenção do controle sobre os corpos desse grupo de mulheres. Simbolicamente, ele indicava a disponibilidade incondicional para o serviço e o sentido de *casa* apenas como *trabalho/servidão* (p. 28-29)

Essa relação de proximidade, dependência financeira e psicológica, somada à *servidão* resquício da *escravidão* dão forma à expressão “quase/praticamente da família”. De acordo com Teixeira (2021) “traduzir essas relações de trabalho com afetividade mascara relações de poder e desigualdades” (p. 41), afinal, o *quase/praticamente* jamais desaparece, designando que aquela pessoa efetivamente é subalterna e não faz parte da família.

O que ocorre ainda hoje é que a personalidade envolvida nessa relação, o resquício/manutenção do mito de ser quase da família e a situação de vulnerabilidade dessas mulheres, sobretudo negras, na dependência do trabalho numa estrutura condicionada pelo racismo, classismo e sexismo contribuem para esse quadro de desproteção. (TEIXEIRA, 2021, p. 73)

A autora abarca a situação histórica de várias periferias brasileiras em que famílias entregam as meninas para famílias mais abastadas, onde elas possam

“ajudar” nas tarefas domésticas em troca de alimento e moradia. A situação também é comum quando essas meninas vêm de pequenas cidades do interior para capitais ou cidades médias e vão trabalhar na casa da família que a recebe em troca de moradia e alimentação. E aí aparece a relação de gênero que não é de igualdade: a da “patroa” com a empregada, da empregadora com a subalterna. O estudo de Pedrosa (2013) expõe, através de relatos de trabalhadoras domésticas de Salvador (BA) e Brasília, situações de constrangimento e diversas violências, incluindo sexuais, que reafirmam o ambiente inóspito e nada acolhedor que é o de trabalho em casas de família, marcado por desrespeito, assédios, humilhações e violações dos direitos trabalhistas. Por isso é preciso um feminismo que vá além da questão de gênero somente, pois as relações entre empregadoras e empregadas domésticas no Brasil são atravessadas pelo racismo.

As tensões e os conflitos entre trabalhadoras e empregadoras são marcas em que gênero como categoria estruturante de desigualdade é uma categoria importante, mas intercruzada com classe e, mais especificamente, com raça.” (TEIXEIRA, 2021, p. 105)

Ao longo dos anos, a quantidade de trabalhadoras domésticas que residiam no local de trabalho, bem como as mensalistas, foi diminuindo.

Se mostra necessário organizar o que já foi discutido, aprofundando a partir da perspectiva da mulher negra brasileira. Como o trabalho doméstico, remunerado ou não, é essencial para o funcionamento do espaço público, dominado pelos homens, e como tudo que envolve a preparação do alimento até ele efetivamente se tornar uma refeição é mais um desses trabalhos considerados femininos. Alimentar o outro envolve, ainda, rever dois “comportamentos femininos”, que são o amor e o cuidado dedicados a outrem, mas que são trabalho. E muitas vezes trabalho não pago.

Trabalhos de mulheres, sem horário nem salário (salvo quando se é empregado de alguém), trabalhos que não têm valor nem somam renda (os homens têm coisas mais sérias a calcular), trabalhos que o sucesso sempre se prova pela falta de duração (como um suflê que, ao sair do forno, em seu equilíbrio sutil, em seu cume glorioso, já vacila para imediatamente murchar). Sim, um lento e interminável trabalho

de mulheres. Mulheres são tão pacientes que são capazes de repetir indefinidamente os mesmos gestos (GIARD, 2013, p. 221)

Acho necessário apontar que o destaque ao “trabalho não pago” foi projetado no trabalho doméstico esperado das mulheres forjadas na feminilidade, e é um termo utilizado por Federici (2016, 2017) para mostrar as condições degradantes das mulheres europeias que lutavam por salários para o trabalho doméstico. No entanto, no Brasil inúmeras mulheres negras não recebem/não receberam por prestar esse serviço em outras casas que não a delas, ou seja, no que deveria ser trabalho assalariado. Esse “trabalho não pago”, portanto, tem diferentes conotações e comparece de diferentes formas a depender da classe e raça da mulher a que se refere.

Davis (2016) concorda que são tarefas intermináveis e infinitas, improdutivas, que somente são percebidas em sua ausência. Nas palavras dela

invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas – esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas [...] um trabalho que não é nem estimulante, nem criativo, nem produtivo. (DAVIS, 2016, p. 225-226)

Entendemos que falar sobre trabalho doméstico não se limita somente a colocar a mulher negra como central na discussão. O trabalho exercido por ela é central. Escolher, preparar, oferecer o alimento pronto é parte de um trabalho que gera as condições necessárias para o funcionamento do espaço público e, conseqüentemente, para a produção de valor. E, como vimos até aqui, disciplinar o corpo e a mente das mulheres, e das mulheres negras em particular, tem sido fundamental para a execução desse processo. Destaco aqui a mulher negra no Brasil porque, como exposto anteriormente, é possível perceber que a construção e o esperado do que é ser mulher no caso dela carrega singularidades que não podem ser contempladas pelo feminismo civilizatório. Salvo algumas semelhanças com o que nos apresenta Davis (2016) e muitas com o que nos traz Fanon (2008), a mulher negra brasileira mesmo após abolição da escravatura ainda carrega consigo (ou os outros

esperam de nós) um papel de devoção, de servidão, de favor a quem as emprega ou com quem convive.

É necessário pontuar que o trabalho análogo à escravidão no ambiente doméstico ainda é uma realidade no Brasil. O país aboliu oficialmente a escravidão em 1888 com a Lei Áurea e em 1995 reconheceu que ainda existiam condições de trabalho forçado em território nacional perante a comunidade internacional, sendo um dos primeiros países a tomar essa atitude (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2023). Caracterizam o trabalho análogo à escravidão o trabalho em que “a pessoa está submetida a jornadas exaustivas, a condições degradantes de trabalho, a trabalhos forçados ou a servidão por dívidas. O crime é punível com reclusão de dois a oito anos e multa, além de pena correspondente à violência”, (REPÓRTER BRASIL, 2023) de acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, e a pena é aumentada da metade quando o crime for cometido contra crianças ou adolescentes e por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. No site do Portal de Inspeção do Trabalho⁴, vinculado ao Ministério Público do Trabalho, encontramos dados de trabalho escravo de acordo com a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), que nesse caso é a de “serviço doméstico”. De acordo com esses dados, até 2023 foram encontradas 77 pessoas em situação de trabalho escravo doméstico no Brasil, sendo 75 delas resgatadas.

O trabalho escravo doméstico, de acordo com a exposição da auditora fiscal do trabalho Marina Sampaio, durante o seminário “O Brasil na luta contra o trabalho escravo doméstico”⁵ tem como características a herança escravocrata (subalternidade e exploração); a camuflagem das explorações pelos vínculos afetivos (senso de dever e responsabilidade); formas distintas de exploração (isolamento social e afetivo, “como se fosse da família”, prontidão); e supressão dos direitos à saúde e à educação. De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, em relação ao trabalho escravo doméstico 80% das pessoas resgatadas são mulheres, a maior parte não tem o ensino fundamental completo ou são analfabetas, e 77% são negras (pretas e pardas).

⁴ <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>

⁵ exibido ao vivo em 27/04/2023, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=5r0Znjqmr8Q&ab_channel=Minist%C3%A9riosDireitosHumanosedaCidadania

Há uma dificuldade na fiscalização deste tipo de serviço porque ele esbarra na inviolabilidade do domicílio (Virginio, 2023) e a denúncia, portanto, é muito importante no combate ao trabalho escravo doméstico. O primeiro caso só foi notificado em 2017, e o número de denúncias e resgates saltou após 2021, com a repercussão do caso de uma trabalhadora em Patos de Minas (MG). O trabalho escravo moderno, em qualquer situação, pode ser denunciado pelo canal do Ministério dos Direitos Humanos, o Disque 100. Enquanto esta tese estava sendo escrita, mais uma trabalhadora negra foi resgatada em situação de trabalho análogo à escravidão na casa do desembargador Jorge Luiz Borba, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis (SC). O magistrado é especialista em direito do trabalho (MAYER, 2023).

No Brasil há um esforço para que o trabalho doméstico se enquadre no que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) classifica como Trabalho Decente, conceito formalizado por essa organização em 1999, que sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2023b)

Após a exposição de fatores históricos que demonstram que mulheres negras permanecem em atividades econômicas subalternizadas, utilizei dados do documento elaborado pelo DIESSE (2023) para mostrar a intersecção entre gênero, classe e raça no trabalho doméstico no Brasil. O relatório analisa as condições do trabalho doméstico no país dez anos após a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas a trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Regulamentada pela Lei Complementar nº 150 em 2015,

o novo estatuto legal da profissão [...] assegurou às trabalhadoras uma série de direitos que os demais trabalhadores já possuíam, como isonomia salarial, jornada de trabalho de 44 horas semanais, proteção contra a demissão sem justa causa, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, estabilidade para a gestante,

seguro contra acidente de trabalho, reconhecimento das convenções e acordos coletivos, entre outros. (DIEESE, 2023, p.02)

O Brasil é um dos países com um dos maiores números absolutos de trabalhadoras domésticas no mundo. Em 2022 elas eram mais de cinco milhões de trabalhadoras, o que representava 5,9% no total de pessoas ocupadas no país e 12,5% no total das mulheres ocupadas, sendo que as trabalhadoras negras representam 67,3% do total de mulheres da categoria, e as não negras 32,7%, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 - Trabalhadoras domésticas no Brasil por gênero e raça/cor

Trabalhadoras domésticas no Brasil	
Mulheres representam	91,4% no Brasil
Representa	5,9% do total de pessoas ocupadas no país
De todas as mulheres	12,5% estão ocupadas no setor
Negras representam	67,3%
Não Negras representam	32,7%

Fonte: DIEESE (2023). Organizado pela autora

A presença de mulheres negras, no entanto, vem diminuindo nos últimos anos, que representavam 18,4% em 2013 e em 2022, 16%. Um aspecto relacionado ao perfil das trabalhadoras domésticas, não relacionado à raça/cor, que vem se alterando é a idade, com tendência ao envelhecimento da categoria.

Em relação à situação de pobreza, o estudo aponta que, em 2021, 26,2% das trabalhadoras domésticas eram pobres e 13,4% eram extremamente pobres; houve um aumento em relação a 2013. Entre as não pobres, houve uma diminuição até 2021, ano em que representavam 60,4% da categoria. Esse empobrecimento, que se intensificou na pandemia, entre os anos de 2020 e 2021, aconteceu também entre o total das mulheres ocupadas, porém em menor intensidade. Adicionando o recorte racial, verificou-se que 43,4% das trabalhadoras negras estavam em situação de pobreza e extrema pobreza, contra 31,9% das trabalhadoras não negras. O

rendimento das trabalhadoras domésticas correspondia a 44,9% em 2021 do que recebiam as mulheres ocupadas no total. Entre as trabalhadoras domésticas também há desigualdades salariais, pois aquelas com carteira assinada recebiam acima da média da categoria, independentemente da raça/cor. No entanto, as trabalhadoras com carteira assinada não brancas tinham um rendimento médio mensal (46%) maior que a média da categoria, enquanto as trabalhadoras negras com carteira recebiam 38% a mais que essa média, ou seja, há uma diferença salarial entre trabalhadoras com carteira assinada negras e não negras. Entre as trabalhadoras sem carteira assinada, as negras recebiam quase 20% a menos que a média da categoria, enquanto as não negras tinham rendimento praticamente igual; esse é o grupo de rendimento mais baixo entre as trabalhadoras domésticas. Esses dados estão reunidos na Tabela 3.

Tabela 3 - Rendimentos das trabalhadoras domésticas por raça/cor

Rendimentos - 2021	
Pobres	26,2%
Extremamente pobres	13,4%
Negras - pobreza e extrema pobreza:	43,4%
Não Negras - pobreza e extrema pobreza:	31,9%
Rendimento com Carteira Assinada - 2021	
Negras	38% a mais que a média
Não negras	46% maior que a média
Negras - sem carteira assinada	20% a menos que a média

Fonte: DIEESE (2023). Organizado pela autora

De acordo com o documento, a Lei das Domésticas

ainda que tenha avançado em diversos aspectos legais, foi implementada em período de redução dos direitos trabalhistas e piora na qualidade do emprego no país, o que se refletiu no aumento da pobreza e da pobreza da categoria. Essa tendência coloca as famílias das trabalhadoras domésticas em situação de vulnerabilidade, considerando a crescente responsabilidade familiar dessas profissionais. (DIEESE, 2023, p. 13)

O estudo conclui que

entre o final de 2013 e o final de 2022, houve aumento expressivo da proporção de profissionais do sexo feminino sem carteira de trabalho assinada e sem proteção previdenciária no setor, além de estagnação dos rendimentos e ampliação das desigualdades raciais na categoria. (DIEESE, 2023, p. 23)

Através da análise desses dados, é possível inferir que mulheres negras são maioria entre as trabalhadoras domésticas e que, entre as desigualdades existentes dentro da categoria, elas estão mais empobrecidas que as trabalhadoras não negras, especialmente quando trabalham sem carteira assinada, ou seja, as diaristas. Mulheres negras empobrecidas no Brasil fazem, portanto, os serviços domésticos dentro e fora de suas casas, mais do que qualquer outro grupo.

2.2 Entre a margem e o centro: o cotidiano das trabalhadoras domésticas

Planejar, organizar, preparar uma refeição é tarefa diária, portanto, o cotidiano deve estar presente nesta discussão. Silva (1998) reforça a importância de estudar o cotidiano para dar visibilidade às relações de gênero, e sabemos que é no cotidiano que essas tarefas domésticas, repetitivas, aparecem. É no cotidiano que aparecem as relações, a vida em comum, as pessoas e coisas do presente (Giard, 2013). Essa autora ressalta que a invisibilidade social do trabalho doméstico, feito por mulheres, na maioria das vezes, como cozinhar, só são lembrados a partir da falta e como reprovação. Ela destaca que este nível de invisibilidade social, em um grau de não reconhecimento cultural, coube há muito tempo e ainda cabe, como de direito, um lugar às mulheres, uma vez que, em geral, não se dá qualquer atenção às suas ocupações cotidianas (Giard, 2013). A autora frisa que há a necessidade de que essas coisas, as coisas de casa, sejam feitas, então alguém tem que fazê-las; preferencialmente será uma mulher, em outro momento era uma criada que fazia

todo o serviço. Aqui é necessário dizer que a realidade que Giard (2013) mostra é a da França; no Brasil ainda há muitas trabalhadoras domésticas que fazem todo o serviço doméstico e de cuidado para as famílias mais abastadas e que são em sua maioria mulheres negras. Esses trabalhos, que visivelmente nunca acabam, nunca tem um fim, sempre se repetem dia a dia, no que chamamos cotidiano.

No caso das trabalhadoras domésticas esse cotidiano é marcado por uma dupla jornada do mesmo trabalho: o da casa em que trabalha e o da própria casa. Se a mulher vive na casa de quem a emprega, o que era mais recorrente antigamente, seu cotidiano é atrelado às necessidades da casa. D. Risoleta em uma passagem afirma que ela e outras empregadas domésticas “ficava seis meses sem ver a cara da rua!” (Bosi, 1994, p. 384), dada a quantidade de trabalho, que era maior aos finais de semana. Nas memórias de Maria, percebe-se que seu cotidiano é cumprir os afazeres da casa onde vivia, que era de seus patrões, e que quase não havia tempo para lazer.

Lefebvre (1981), importante intelectual nas análises do espaço urbano na geografia brasileira, resgata que a palavra cotidiano já teve outro significado daquele que nós conhecemos, designando o indispensável, cada dia, para viver ou sobreviver. O significado e alcance da palavra mudou mais tarde. Mais ampla e mais vaga, a palavra “cotidiano” refere-se ao conjunto dos atos diários e sobretudo fatos que estão interligados, que formam um conjunto, de acordo com o autor. Segundo Lefebvre (1981), implicitamente, o cotidiano não se reduz a uma soma de atos isolados: comer, beber, vestir-se, dormir etc. Ou seja, tem que se levar em consideração as relações sociais em que se desenrolam. As ações cotidianas se repetem em razão de seu encadeamento e o que isso envolve. São às vezes individuais, em grupo (família, amigos) e sociais. (Lefebvre, 1981)

Em sua trajetória acerca do cotidiano, Lefebvre (1981) não esquece das tarefas cotidianas feitas pelas mulheres, o que se mostra natural em seus escritos quando ele traz informações sobre a quantidade de eletrodoméstico, poucos produtos de limpeza e detergentes que haviam aparecido há pouco tempo. Segundo o filósofo

as mulheres tinham que descascar os vegetais ou lavar a roupa à mão, peça por peça; que escravidão! Sem geladeiras, despensas ruins. Bem como nenhum ou poucos carros, telefones [...] pergunte às

mulheres se suas vidas cotidianas mudaram muito? Você acha que alguns objetos e algumas ferramentas são suficientes para modificar as relações entre os sexos e a divisão do trabalho entre eles? (LEFEBVRE, 1981, p.12, tradução minha).

Hoje, décadas após a publicação do filósofo francês, com ainda mais eletrodomésticos e equipamentos que visam “facilitar” o trabalho doméstico, ele ainda é feito majoritariamente por mulheres, continuamos sobrecarregadas e as tarefas domésticas permanecem intermináveis. Importante mencionar, mais uma vez, que a escravidão não deve ser comparável à execução de tarefas domésticas por mulheres brancas, já que essas mulheres ou seus antepassados jamais foram escravizados.

Para estudar o cotidiano e suas modificações Lefebvre (1981) afirma que podem ser considerados uma publicação periódica ou obras espaçadas no tempo, tentando fazer um balanço. Consequentemente, esses trabalhos podem hoje servir de marcos, e mesmo de referências para uma revisão introdutória a uma nova análise crítica, como acontece nesta pesquisa. Ou seja, o olhar ao cotidiano deve ser contínuo, o cotidiano deve ser acompanhado.

Aqui pretendemos explorar o cotidiano das trabalhadoras domésticas brasileiras que, diferente da descrição de Lefebvre, tem relação muito forte com um passado escravocrata. Coutinho *et al* (2018) buscando investigar as práticas e os sentidos produzidos no cotidiano de trabalhadoras domésticas, atravessadas pelos afetos e emoções, deixam claro o quanto as relações com os empregadores e seus familiares pautam, além de suas atividades laborais, as negociações cotidianas. Para os autores, “o cotidiano é compreendido como palco das vivências humanas, onde a vida de todo dia acontece entrelaçada em sentimentos, pensamentos e relações dos sujeitos com seu meio” (Coutinho *et al.*, 2018, p. 96). Na pesquisa dos autores foi constatado que

A gestão da vida cotidiana pelas entrevistadas requer habilidade e destreza para conciliar um sem-número de tarefas, bem como capacidade de negociação com as suas contratantes. As trabalhadoras realizam atividades variadas, organizadas ao longo da jornada ou da semana, e estas sempre articuladas com demandas urgentes e instantâneas. Foram valorizadas as possibilidades de

estabelecer regras próprias com certa autonomia, bem como descritas astúcias para dar conta da sobrecarga de trabalho físico e emocional. (COUTINHO *et al.*, 2018, p. 96)

E, para a maior parte das entrevistadas, o tempo livre é gasto na realização de tarefas domésticas não remuneradas, em suas casas ou casa de parentes, De acordo com os autores

esse núcleo possibilitou compreender que a gestão do cotidiano no serviço doméstico é bastante heterogênea e vinculada a diversos fatores, como as diferentes modalidades (mensalistas e diaristas); o tamanho e características da residência e da própria família; as necessidades diferenciadas, como cuidado de animais, crianças, idosos, preparo de alimentos e outras atividades. Podemos identificar que, como ponto comum, são cotidianos robustos que exigem decisões a todo momento, pautadas não só nas negociações com os contratantes, mas também no saber tácito e nas astúcias das trabalhadoras. (COUTINHO *et al.*, 2018, p. 98)

Apesar de abarcar uma determinada quantidade de mensalistas e diaristas de duas regiões do Brasil, a amostra permite visualizar o cotidiano de, provavelmente, a maior parte das trabalhadoras domésticas do país: dupla jornada de trabalho realizando a mesma função, no espaço produtivo e reprodutivo; pouco tempo livre; e um cotidiano laboral atravessado por emoções e afetos, quase sempre em desvantagem para essas trabalhadoras.

Outra perspectiva sobre o cotidiano das trabalhadoras domésticas é apresentada por Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), em que demonstram que as empregadas domésticas transitam em diversos espaços economicamente e simbolicamente distintos, que podemos associar com a transitoriedade entre a margem e o centro apontada por hooks (2019). Os autores também fazem uma análise dos espaços público e privado, que se confundem no cotidiano dessas trabalhadoras, porque elas exercem sua função produtiva em ambiente privado. Os autores consideram essas mulheres como gestoras cotidianas no mundo privado e, também, artistas, pois “são mulheres que cotidianamente desenvolvem estratégias e táticas de sobrevivência no trabalho” (Teixeira, Saraiva e Carrieri, 2015, p. 162).

Fazendo um paralelo com Machado (2021), essas mulheres estão há séculos criando espaços de agência e resistência para elas e para os seus, em um ambiente que não lhes é favorável.

2.3 Pensando mulheres negras geograficamente: contribuições do feminismo negro e das geografias negras

Para alcançarmos a ideia de juntar a feminilidade - que não abarca mulheres negras -, a agência das mulheres negras na cozinha e a discussão nas geografias feministas que tenham a mulher negra como sujeita central, precisamos ainda da contribuição essencial dos feminismos negros e das geografias negras. E, antes de adentrarmos a esses dois temas, é imprescindível que discutamos o racismo, pois como disse Maria, *“preto e pobre não tinha vez não”*.

Para isso recorreremos à Kilomba (2020), autora que afirma que o racismo, ao contrário do que parece, é fator determinante nas relações e não parte das estruturas. Em um estudo como o dela, e também como o meu, é importante não colocar o sujeito como indivíduo, mas sim indivíduos que ajam como sujeitos em suas realidades sociais, ou seja, como pessoas negras alcançam o status de sujeito numa sociedade racista. Segundo a autora, no racismo estão presentes simultaneamente três características: a construção de/da diferença (a branquitude é a referência a partir da qual todos os “outros” “diferem”); que essas diferenças estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos (as duas formam o que chamamos de preconceito); e ambos os processos são acompanhados pelo poder, poder histórico, político, social e econômico. A combinação do preconceito com o poder que forma o racismo. “Nesse sentido, o racismo é a supremacia branca. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder” (Kilomba, 2020, p. 76).

Quando fala sobre o racismo cotidiano, Kilomba (2020) se refere a

todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como Outra/o mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca. (KILOMBA, 2020, p. 78)

Sempre que somos colocados como outra/o, estamos experienciando o racismo, pois estamos sendo forçadas/os a nos tornarmos a personificação daquilo com que o sujeito branco não quer ser reconhecido. As experiências que temos com o racismo não são pontuais, elas ocorrem todo dia, por isso o uso do termo racismo cotidiano. Ele acontece sempre pelos lugares usuais que passamos, como o ônibus, o supermercado, a escola. Kilomba (2020) fala sobre o silenciamento e da tentativa de controle sobre o discurso das pessoas negras, a fim de torná-lo inválido ou não-científico. Isso também acontece, e muitas intelectuais nos lembram disso, com o que os homens fazem com o pensamento feminista. Mas, nos lembra Kilomba (2020), é importante saber que mulheres brancas o fazem com mulheres e homens negros. Carneiro (2005) analisa o racismo como um dispositivo de poder, que vai agir sobre a população negra brasileira de diversas formas, na saúde, educação, segurança etc., sempre em seu preterimento.

Como não fomos consideradas/os humanos, somos o outro, o não-ser, podemos afirmar que a feminilidade, que exploramos nesta pesquisa, não foi pensada para mulheres negras. Não somos consideradas frágeis, somos consideradas raivosas, nos negam o direito de sermos mães se assim desejarmos, e se formos, pode ser que nossos filhos negros tenham suas vidas ceifadas pelo próprio Estado. Pode ser, também, que deixemos de cuidar de nossos próprios filhos para cuidarmos de outras pessoas.

Para compreender como se constitui, quanto e quais características da feminilidade chega às mulheres da classe trabalhadora e não brancas e em outros países fora do continente europeu, é preciso perpassar outros feminismos. A construção da sociedade euro-americana foi diferente dos países com histórico de colonização de exploração, como o Brasil. Portanto, compreender a realidade brasileira precisa do olhar do feminismo decolonial e interseccional. Oyěwùmí (2004) pontua a predominância do pensamento intelectual europeu para explicar o mundo, e com o feminismo não poderia ser diferente. Ela questiona o sistema de família nuclear,

sistema especificamente europeu que é fonte de muitos conceitos usados como universais nas pesquisas de gênero. É importante entendermos o processo de consolidação da família nuclear para o capitalismo, assim como é importante sabermos que não é o único modelo de família que existe. Claro que não devemos descartar a contribuição de tais pensadoras, mas sim questionar suas formulações e relacionar com outras realidades. Elas assumem a categoria “mulher” e sua subordinação como universais, e o gênero é uma construção sociocultural (Oyěwùmí, 2004).

Para Oyěwùmí (2004), o feminismo está enraizado na família nuclear, generificada por excelência. A compreensão dos conceitos de mulher, sororidade e gênero perpassam pela família nuclear, logo, de acordo com a autora, não tem como escapar dela, mesmo sendo contrária. Porém, a família nuclear é euro-americana, não é universal. Nesse caso, a feminilidade, que se baseia na esposa, surge também a partir desse feminismo. Até a mãe, de acordo com Oyěwùmí (2004), dentro do conceito de feminilidade e feminismo ocidental, está ligada à relação sexual com um homem. Em outras culturas, a relação é de descendência, não de ligação com o pai.

Vergès (2020), através do trabalho de cuidado e limpeza feito majoritariamente por mulheres racializadas, mostra como ele é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial neoliberal. Deixemos claro que a autora quando usa a expressão “racializadas” se refere não somente às mulheres negras, mas também àquelas vistas e entendidas como não brancas e não ocidentais, que vivem na Europa ou Estados Unidos, como imigrantes ou refugiadas. O esclarecimento é para não causar confusão, pois esta pesquisa trata de mulheres negras brasileiras. No entanto, não podemos deixar passar tantas semelhanças entre o que Françoise Vergès nos mostra e a situação das mulheres negras no Brasil. Semelhança que pode ser lida em duas autoras, uma brasileira – Carolina Maria de Jesus - e uma da Martinica, mas que trabalhou como doméstica na França – Françoise Ega. Françoise Ega (2021) escreveu diversas cartas nunca enviadas à Carolina Maria de Jesus depois de ler trechos de Quarto de Despejo (1960) e que se tornaram o livro Cartas a uma negra (2021, publicado originalmente em 1978). Nele Françoise Ega relata as inúmeras situações por quais passam as mulheres negras imigrantes trabalhando como empregadas domésticas para mulheres brancas francesas, sempre fazendo alusão ao que também passou Carolina. Ela se identifica, mesmo tão longe,

com a situação da brasileira e em outras vezes se compadece de Carolina.

Vergès (2020) defende que milhões de mulheres racializadas se ocupam de limpar o mundo, oferecendo condições para que outros milhões de empregados possam usar refeitórios, banheiras, mesas de restaurante etc., limpos e postos à sua disposição. Já sabemos que esses trabalhos fazem parte do que mulheres devem fazer há séculos sem reclamar, é parte do trabalho feminino, constitui a feminilidade. Por outro lado, segundo Vergès (2020) “o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vidas descartáveis” (p. 25), que fazem um trabalho extenuante e perigoso, e nos quais “repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos” (p. 25). A autora defende que

A vida confortável das mulheres da burguesia só é possível em um mundo onde milhões de mulheres racializadas e exploradas proporcionam esse conforto, fabricando suas roupas, limpando suas casas, e os escritórios onde trabalham, tomando conta de seus filhos [...]. Consequentemente, elas têm como passatempo discutir a legitimidade das coisas, reclamar que não querem ser “incomodadas” no metrô ou aspirar a postos de liderança de grandes empresas (VERGÈS, 2020, p. 26)

O feminismo de política decolonial, para ela, tem como finalidade a destruição do racismo, do capitalismo e do imperialismo, que ultrapasse a categoria mulheres e que envolva mais que gênero.

Os feminismos de política decolonial não têm por objetivo melhorar o sistema vigente, mas combater todas as formas de opressão. Justiça para as mulheres significa justiça para todos. Eles não cultivam esperanças ingênuas, não se alimentam do ressentimento ou da amargura. Nós sabemos que o caminho é longo e cheio de percalços, porém guardamos na memória a coragem e a resistência das mulheres racializadas ao longo da história. [...] são respaldados em teorias e práticas que certas mulheres forjaram ao longo do tempo no seio das lutas antirracistas, anticapitalistas e anticoloniais, contribuindo para a ampliação das teorias da libertação e de emancipação do mundo inteiro. (VERGÈS, 2020, p. 51-52)

Os feminismos de política decolonial se opõem ao que ela denomina feminismo civilizatório, que acaba por contribuir para a perpetuação da dominação de classe, gênero e raça. O feminismo civilizatório

ao transformar os direitos das mulheres em uma ideologia de assimilação e de integração à ordem neoliberal, reduz as aspirações revolucionárias das mulheres à demanda por divisão igualitária dos privilégios concedidos aos homens brancos em razão da supremacia racial branca. Cúmplices ativas da ordem capitalista racial, as feministas civilizatórias não hesitam em apoiar políticas de negrofóbicas. intervenções imperialistas, políticas islamofóbicas ou negrofóbicas (VERGÈS, 2020, p. 37)

Os movimentos feministas de política decolonial precisam se posicionar, de acordo com Vergès (2020), pois no contexto de ascensão de reacionários pelo mundo afora de todo tipo deixa claro que uma feminista que não luta pela igualdade de gênero e contra todo tipo de violência que sofrem as mulheres racializadas, acaba por ser cúmplice de tudo isso. A autora cita como exemplo, inclusive, a eleição do ex-presidente brasileiro em 2018, que pregava claramente contra as mulheres, negros e povos indígenas, entre tantos outros absurdos que já (infelizmente) conhecemos.

No Brasil, Lélia Gonzalez (2018c) nos diz que o movimento feminista “tem suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significa muito maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc.” (p. 104) mas não desmerece as reivindicações e conquistas do movimento. Gonzalez (2018c) afirma que os efeitos da desigualdade racial são mais contundentes do que os da desigualdade sexual, portanto ser mulher e negra carrega um duplo efeito de desigualdade bem articulado e manipulado pelo sistema. Ela afirma, ainda, que a questão racial é “esquecida” pelo feminismo e pelo racismo por missão, cujas raízes “se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (Gonzalez, 2018e, p. 309), mesmo que racismo e feminismo partam de o mesmo princípio das diferenças biológicas terem sido transformadas em desigualdades pelo capitalismo e se estabelecem como ideologias de dominação (Gonzalez, 2018e). Sueli Carneiro (2003) também reforça a ideia de que o feminismo é originariamente branco, e que a construção paternalista da

sociedade não foi direcionada às mulheres negras. Ela conclui que por causa da forma como foi estruturada a sociedade brasileira, é necessária uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas que não seja separada de outros eixos de opressão. De acordo com a autora

é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2003)

Nesta pesquisa enveredamos pelos feminismos negros, de política decolonial e interseccional, por isso disse que entender o percurso histórico de opressão das mulheres como categoria universal ainda não contemplava o que gostaria que fosse central neste trabalho. Quando se fala em trabalho doméstico e cozinha, estamos falando de mulheres negras, e quando falamos de mulheres negras é imprescindível a compreensão de que a raça é um fator determinante e estrutural em nossa sociedade.

Gonzalez (2018e) reforçou que o feminismo latino-americano perde muito de sua força ao deixar de lado o caráter multirracial e pluricultural da região; que não se deve tratar da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, isso seria recair no que Haraway (1995) chamou de “*God trick*”, o “truque de Deus”, que é típico de um discurso masculinizado e branco. Essa autora, portanto, reconhece a importância do feminismo, mas reforça como na América Latina não se pode estudá-lo, lutar por direitos das mulheres, vivenciá-lo sem o atravessamento da raça.

Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas (GONZALEZ, 2018e, p. 310-311).

Carneiro (2003) afirma que a América Latina criou condições históricas que coisificaram o negro, em geral, e a mulher negra, em particular. Gonzalez (2018e) retoma categorias lacanianas do infante e de sujeito-suposto-saber, a última também utilizada por Franz Fanon (2008), para mostrar que nós, mulheres não-brancas, somos “faladas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza” (p. 310) e que não nos libertamos de uma prática eurocêntrica e neocolonialista.

Carneiro (2003) afirma que a luta das mulheres negras enriquece tanto a questão racial quanto a questão de gênero, pois o racismo inferioriza os negros, em geral, e a mulher negra, em particular “...enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, [...], e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro” (p. 03). A autora demonstra de forma concreta as formas pelas quais enegrecer o movimento feminista brasileiro pode de fato contribuir para mudanças estruturais na sociedade brasileira, como pautar questões de violência doméstica contra a mulher e discutir doenças com maior incidência sobre a população negra.

Até aqui busquei relacionar o feminismo civilizatório e a construção da feminilidade, perpassando pela família nuclear, e como essa formação está presente em nós, como a feminilidade também se mundializa com a expansão do sistema capitalista. Como demonstrado, no entanto, essa personalidade frágil e dependente não foi pensada para a mulher negra, que desde a escravidão trabalhou em paridade com o sexo masculino, sem jamais haver dúvidas se ela aguentaria determinado trabalho ou dor. O Brasil - país que mais recebeu africanos escravizados e que ainda hoje possui a maior população negra fora do continente africano – quando aboliu o trabalho escravo não reparou de nenhuma maneira os danos causados à essa população, deixando-nos à margem da sociedade de todas as formas possíveis. Era, e ainda é, claro o projeto de extermínio da população negra e de embranquecimento da população brasileira. Aqui surgiu o mito da democracia racial, aqui se construiu – e ainda persiste - a ideia de que não existe racismo, que somos todos e todas iguais. E no caso das mulheres negras, houve uma continuidade no tratamento do serviço doméstico realizado antes pelas mucamas, escravizadas, e a trabalhadora doméstica da atualidade. O racismo arraigado - escondido para quem o pratica e escancarado para quem o sofre - da nossa sociedade faz com que seja corriqueiro casos de

trabalho análogo à escravidão em serviços domésticos que aprisionam, na maior parte das vezes, mulheres negras empobrecidas. E muitas vezes essas mulheres não sabem que estão em situação de exploração do seu trabalho e têm afeto por aquela família.

A pretensão foi expressar, por meio de métodos e metodologias de pesquisas feministas e negras que trouxe aqui, ou seja, reflexiva e posicionada, que me afeta, parcial, corporificada e consciente dos meus limites, desde dentro, é como a geografia enxerga corpos dissidentes, nesse caso mulheres negras, no trabalho do espaço privado. Mulheres que exercem papel fundamental para a sociedade brasileira e que são ainda mais invisibilizadas do que mulheres brancas. Vimos as diversas formas pelas quais um formato de personalidade feminina é moldado, e isso vai refletir em o que a sociedade espera de nós. No entanto, mesmo que o gênero nos unifique, alguns elementos nos diferenciam, e raça é um deles. As mulheres negras têm outra trajetória que torna a vida dessas mulheres – e o que se espera delas (nós) – muito diferente das mulheres brancas. No espaço privado, são elas que cuidam, limpam e cozinham para outras.

Cabe nesse momento discutir a presença das geografias negras dentro das análises geográficas. Aqui recorreremos à uma publicação da Associação Nacional de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) do ano de 2020 dedicada às Geografias Negras e que contém em alguns artigos aspectos relevantes do trajeto da temática na geografia brasileira. Nela vimos que a temática étnico-racial está presente na Geografia há algum tempo – nem sempre de forma positiva - mas certamente se fortaleceu e se expandiu após os anos 2000, conforme relatam as/os autoras/es.

No caderno temático Geografias Negras, o objetivo foi reunir pesquisadores e pesquisadoras negros e negras a fim de apresentar estudos que envolvem as relações étnico-raciais, antirracismo, racismo e populações negras dentro da geografia e das teorias espaciais. Nele aparece o protagonismo de geógrafas/os negras/os que forçam o cânone geográfico “a debater e a rever – a partir de relações étnico-raciais – temas tradicionais da geografia” (Cirqueira; Guimarães; Souza, 2020, p. 3-4). As/os autoras/es afirmam que não houve reflexão teórica na ciência geográfica sobre raça, a não ser como objetos de pesquisa. Então, ao contrário do que pode parecer, não é que a raça não aparecia na geografia; ela aparecia, porém, com interpretações conservadoras e racistas em sua maioria apontados por geógrafos brancos. Mas nos

últimos vinte anos ocorre uma mudança neste aspecto, com uma “considerável produção que busca articular a dimensão geográfica/espacial às relações raciais com um viés crítico” (Cirqueira; Guimarães; Souza, 2020, p. 6). Deve-se mencionar que nessas últimas duas décadas as políticas afirmativas ampliaram a entrada de estudantes negras/os nas universidades brasileiras, o que impactou a produção do conhecimento acerca das questões étnico-raciais.

A geógrafa Geny Guimarães (2020) traça uma linha do tempo da ciência geográfica na Europa e no Brasil, destacando que por aqui houve uma influência muito grande da geografia francesa, que como outras ciências, também buscava por neutralidade e objetividade. Somente a partir da formação da república houve interesse em pesquisar outros aspectos da sociedade brasileira, em que a geografia não voltou o olhar de primeira, ainda presa às conformações científicas cartesianas e preocupada com estudos da natureza. Ela conta que muitos grupos indígenas e africanos não têm suas histórias registradas por causa da oralidade e do racismo, que inferiorizava esses povos e não considerava suas espacialidades. A autora propõe novos métodos e metodologias que sejam afirmativas, ou seja, antirracistas e decoloniais, levando em consideração que a geografia já se não se considera uma ciência direcionada por estudos coloniais.

Guimarães (2020) diferencia as geo-grafias negras, que segundo ela podem ser entendidas como as variadas possibilidades de leituras de mundo proporcionadas pela interdisciplinaridade da geografia com outras áreas do conhecimento e utilizando as mais diversas linguagens, das Geografias Negras, sem o hífen, que “envolve também repensarmos a maneira pela qual produzimos conhecimento geográfico sistematizado” (p. 304) e “permite construir trajetórias metodológicas e formas metódicas de trabalho utilizando epistemologias apropriadas” (p. 304), que no caso, de acordo com a autora, “pressupõe descobrirmos caminhos próprios” (p. 304). Guimarães (2020) chama a atenção para pesquisas e práticas que envolvem relações raciais vem sendo chamadas de novas ou outras, o que ela não concorda, dando como exemplo obras de Milton Santos que já possuíam críticas sociais envolvendo questões raciais. No entanto, ela faz ressalva que propostas antirracistas apresentadas de forma aberta são, essas sim, mais recentes, porém não se apresenta mais como nenhuma novidade enquanto campo de estudo geográfico. Ela alerta que a proposta não é desconstruir o que já foi feito nem propor um modelo, “mas possibilidades de construções significativas dentro do campo das relações raciais

afirmativas e antirracistas na Geografia, logo, pensar o espaço por meio de um conjunto epistemológico que nos sirva” (Guimarães, 2020, p. 305).

De acordo com Guimarães (2020) as pesquisas de cunho antirracistas ainda são muito invisibilizadas; propor, portanto, repensar a história do pensamento geográfico é no “sentido de descortinar os racismos propostos até então para pesquisas e eliminá-los de novas pesquisas daqui pra frente” (Guimarães, 2020, p. 307-308). Ela, então, afirma que as Geografias Negras não são novas ou outras formas de se fazer pesquisa, são formas próprias de entender o espaço geográfico.

Um texto negro possui uma forma específica de encadeamento das ideias, junção de palavras e até mesmo estética. O que deve ser considerado nas pesquisas de Geografias Negras. O uso do gerúndio, a hifenização, a propriedade, a pertença de identidade com o assunto, a subjetividade, o individual e coletivo são exemplos de formas enegrecidas na escrita. (GUIMARÃES, 2020, p. 308)

O texto de Jonathan Marcelino (2020) tem como objetivo situar as categorias raça, racismo e relações raciais dentro da matriz teórica da geografia, seguros de que a problemática étnico-racial é possível de ser contemplada pela análise geográfica. O autor lembra que relações étnico-raciais são estudadas no Brasil há muito tempo (século XIX), porém com um viés racista, como provar que o negro é inferior ou que a miscigenação é prejudicial à população. Ele alerta que “enquanto dimensões do social, os padrões das relações raciais se dão no espaço, com o espaço e a partir do espaço - ou seja, o espaço também é uma dimensão constitutiva delas” (Marcelino, 2020, p. 437). Ressaltando a importância da Lei 10.639/03, que regulamenta o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino básico do país, o autor aponta que o aumento da visibilidade dos estudos acerca das questões étnico-raciais está efetivamente interferindo de forma concreta nas ações governamentais, nos movimentos sociais e na produção de novas teorias no campo das ciências humanas.

Destaco, ainda, o texto de Denilson Araújo de Oliveira (2020), que nesse volume discorre acerca do genocídio negro no Brasil, questão essencial para a compreensão de como o racismo opera no país e como reverbera nas pesquisas. O autor afirma que “desde o início da formação do capitalismo a hierarquia do humano tem a raça como um dos definidores de quem vive e morre” (Oliveira, 2020, p.313).

Podemos pensar, portanto, que além da família monogâmica burguesa, a feminilidade, a divisão público x privado, temos ainda a divisão da humanidade por raças, em que a branca se considera superior a todas as outras.

O Brasil é um país no qual a escravidão foi definidora de outras instituições e dela descende o racismo, que “estruturou um padrão de normalidade que naturaliza relações racialmente desiguais instituídas na produção social do espaço” (Oliveira, 2020, p. 314). Faz parte da produção social do espaço portanto, o racismo estrutural. O autor discorre acerca da produção do espaço brasileiro a partir do racismo estrutural e estruturante na nossa sociedade, que permite que alguns corpos, os corpos negros, possam ser descartados sem causar grandes comoções. Para chegar ao objetivo ele destrincha o que é racismo e como ele privilegia a branquitude, além de subjugar o negro em relação ao outro e na sua relação com ele mesmo. De acordo com Oliveira (2020) “o racismo brasileiro inventou o negro como um problema espacial” (p. 320) e que aqui as cidades nasceram para exterminar os negros enquanto sujeito de direitos, além de suas tradições. O autor cita Franz Fanon e Audre Lorde, entre outras/os autoras/es, para explicar sobre a raiva como motor de existência, às vezes, e como ela se constitui não contra um outro, mas contra a estrutura escravocrata que forma nosso país. Ele também fala que esse sistema escravocrata reduziu uma extensa população negra, de vários povos, a uma unidade objetificada e, novamente citando Fanon (2008) - e eu acrescento Sueli Carneiro (2005), vista e percebida e tratada como não-ser. É necessário afirmar que o corpo negro trouxe consigo

seus princípios epistemológicos e ontológicos cosmogônicos, as metafísicas de divindades e religiosidades, saberes ancestrais étnico-botânicos, de mineração, de agricultura em ambiente tropical/equatorial, técnicas de metalurgia que se territorializará na diáspora. (OLIVEIRA, 2020, p. 324)

O autor pontua ainda uma informação importante no processo de espacialização brasileiro que foi a vinda de pessoas de diferentes partes do continente africano (desterritorialização), mas que aqui fizeram parte de um processo comum de luta contra a escravidão e a dominação racial.

Mariza Fernandes Santos (2020) apresenta um levantamento de teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação em geografia no Brasil no período de 1987 a 2018 que tratam sobre questões raciais, com foco na população negra. Ela também reafirma que a discussão não pode ser considerada recente na geografia, uma vez que Milton Santos já falava sobre isso nos anos 1990. A autora também concorda que o ingresso de pessoas negras aumentou no Brasil após a implementação das cotas raciais nas universidades brasileiras e que as pesquisas sobre relações étnico-raciais aumentaram após a implementação de ações afirmativas. Entre 1987 e 2000, segundo a autora, foram recuperadas três dissertações e nenhuma tese. Ela incluiu “Ensino de Geografia da África e Afro-brasileira” no escopo e encontrou onze dissertações e uma tese sobre o tema.

Em publicação anterior, Cirqueira e Correa (2014) fizeram um trabalho com o mesmo viés abarcando pesquisas até 2012 nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil. De acordo com os autores, na geografia brasileira foram encontradas abordagens, mesmo com conteúdo colonialista e racista, acerca da questão étnico-racial produzido principalmente entre o fim do século XIX e início do século XX. No entanto o tema se torna escasso ao mesmo tempo em que a Geografia se institucionaliza nas universidades brasileiras. O tema vem sendo retomado nas últimas décadas por uma perspectiva geográfica pelo esforço de um grupo de autores. Nos programas de pós-graduação em geografia, o tema aumenta exponencialmente de 2002 a 2011, acompanhando o período que se intensificam os debates políticos sobre o tema e a entrada de estudantes negras/os nas universidades por meio das políticas de ação afirmativa. No levantamento realizado pelos autores, eles encontraram 54 produções entre teses (13) e dissertações (41) no período proposto, divididos em quatro eixos temáticos. A maior parte (60%) está concentrada na Região Sudeste, que detém os programas de pós-graduação mais antigos do país. Na região Centro-Oeste, destaca-se a Universidade Federal de Goiás (UFG) como a universidade que contém a maior parte dos trabalhos direcionados ao tema, o que se deve à dedicação de um grupo (LaGENTE) que se dedica a pesquisar relações étnico-raciais. No que se refere à cronologia, os autores concluem que há poucos trabalhos anteriores a 2000, mas ressaltam o aumento do número de programas de pós-graduação no Brasil na virada do século, o que colabora para o aumento da quantidade de teses e dissertações. Os autores alertam para não imaginarmos que a geografia passou a tratar sobre o tema somente nos últimos anos. Segundo eles, há

produção sobre a temática racial, como a do Milton Santos, que é bastante lembrado no que tange ao espaço, mas pouco nos referimos às questões étnico-raciais trazidas por ele desde a década de 1950, mas que parecem ter sido invisibilizadas e desconsideradas pela geografia.

Também realizei uma busca sobre mulheres negras nas geografias feministas produzidas no Brasil, através de pesquisa no Portal de Periódicos da Capes. Em diferentes combinações com os descritores “geografia feminista” e “negra” foram encontrados alguns artigos. Muitos deles não tem a mulher negra ou o feminismo negro como tema central, sendo, portanto, um assunto secundário, pontuado, porém não aprofundado. Há alguns artigos que abordam o tema de forma central, como dos pesquisadores e professores Alecsandro Ratts e Lorena Francisco de Souza. Eles produzem materiais que discutem de forma interseccional raça, classe e gênero. Ainda assim, não encontrei em nenhum dos materiais que tratasse da mulher negra no espaço privado, de forma direta ou indireta.

Na Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero buscamos por “mulheres negras” e encontramos treze artigos nos quais a vivência de mulheres negras aparece como temática relevante para a pesquisa. Em sete deles o assunto principal é relacionado ao trabalho. O estudo de Mendes e Milani (2016) analisa as desigualdades raciais no acesso de mulheres negras ao mercado de trabalho no período de 1980 a 2010, e constata que existe uma diferenciação permanente entre mulheres brancas e negras com o mesmo nível de escolaridade no mercado de trabalho. Já Silva e Tédde (2019) demonstram através de uma pesquisa empírica e dados coletados no IBGE que as mulheres negras no Brasil continuam a ocupar cargos com baixos salários e prestígio, resultado do longo período escravocrata brasileiro. Os pesquisadores Ziliotto e Santos (2015) investigam as vivências das mulheres negras no mercado de trabalho, mesmo com ensino superior, que ainda enfrentam discriminação. De Paula (2012) versa sobre a invisibilidade da mulher negra que, além de social e intelectual, também espacial e étnica. Sandes (2012) conta como prostitutas, majoritariamente negras, tiveram protagonismo na construção de territórios, como nome de ruas e até do próprio povoado. O estudo de Sousa (2022) analisou como campanhas publicitárias de lojas de produtos femininos no Instagram representam a figura feminina em perfis comerciais, e uma das conclusões foi o aumento de participação de mulheres negras. O objetivo de Amaral e Costa (2019) foi identificar os sentidos de emancipação feminina por meio da participação em grupos

de economia solidária através de narrativas de mulheres negras que participam de dois grupos em Ponte Nova (MG). Eles identificaram que a participação dessas mulheres nesses empreendimentos permite a ressignificação das suas relações sociais e seu empoderamento. Dois estudos trataram sobre violência no contexto da pandemia de Covid-19. Ferreira e Pinto (2021) se propõem a discutir como a violência de gênero se tornou mais aguda na pandemia de Covid-19 e atinge de forma mais direta mulheres negras empobrecidas; e O artigo (Rodrigues *et al*, 2021) analisa a situação de violência sofrida por travestis negras, frente ao machismo e à transfobia no contexto da pandemia de Covid-19. Outros temas aparecem nos artigos encontrados, como estudo a análise da participação de pessoas negras no BBB21 e a cultura do cancelamento, que recai muito mais sobre mulheres negras. (Guimarães *et al*, 2021); Cavas e Neto (2015) analisaram o percurso das mães-de-santo, que ocupam o cargo mais alto da hierarquia religiosa, através de entrevistas com as mais idosas do Rio de Janeiro. Senna (2018) apresenta um relato de experiência da trajetória acadêmica de uma mulher trans e negra, examinando os desafios da inclusão e permanência vivenciados no espaço acadêmico. Por fim, Marques (2021) busca analisar a participação de jovens mulheres negras no movimento hip hop de Londrina (PR) por meio de *relief maps*, concluindo que essas jovens estão constantemente negociando suas identidades e permanências no espaço urbano dessa cidade.

O trabalho de Silva e Souza (2022) explora através de um levantamento no Observatório da Geografia Brasileira (OGB) a compreensão de gênero na produção científica sobre racialidade na geografia brasileira no período de 1939 a 2019. O trabalho propõe analisar o gênero de quem tem produzido a discussão no campo das racialidades na geografia brasileira. No período pesquisado, apenas 1,8% dos artigos encontrados tinham a temática em destaque.

De acordo com as autoras, existem trabalhos preocupados com a questão epistemológica na discussão sobre racialidades na geografia, mas que se limitam a indicar a quantidade de autoras mulheres e autores homens, e não se atentam à dimensão crítica de gênero dessa produção epistemológica. Da mesma forma, os estudos das geografias feministas brasileira não abarcam discussões profundas sobre racialidade. As duas proposições vão ao encontro do que afirmo nesta pesquisa, no meu caso aprofundando ainda mais sobre a atuação de mulheres negras no espaço privado. Os resultados da pesquisa mostram que há uma produção científica sobre

racialidade na geografia é masculinizada e se concentra nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país. (Silva, Souza, 2022)

Penso que sendo o espaço privado um enfoque da geografia feminista, e termos material que trata do assunto de forma interseccional, é interessante que se fale mais sobre a espacialidade das mulheres negras no espaço privado, ainda mais no Brasil, onde os resquícios de uma escravidão que acabou à força deixou uma classe trabalhadora subjugada e serviços de cuidado nas costas de mulheres negras em todo o país. Mulheres negras estão presentes nos trabalhos elaborados por geógrafas feministas, mas é necessário adentrar mais o espaço privado. Quando estamos falando sobre o espaço privado na geografia feminista de forma geral, o trabalho doméstico aparece diversas vezes como um problema relevante na discussão do espaço.

Mulheres fazem a maior parte do trabalho doméstico, todos sabemos. No entanto, ao se discutir o espaço privado e o trabalho doméstico no Brasil, é necessário que não só se destaque que quem faz a maior parte desse trabalho são mulheres negras, mas sim que se aprofunde o assunto. Lelia Gonzalez já nos alertava que a empregada doméstica no país representa a figura da mucama, da mãe de leite, da escravizada doméstica. E se a geografia feminista brasileira reafirma sempre a interdependência entre o espaço público e privado, e como o trabalho nesse último reverbera no funcionamento do espaço público, faz-se necessário apontar que não só mulheres, de forma generalizada, realizam esse trabalho, mas sim mulheres negras. A geografia precisa se comprometer em colocar em pauta questões que afetam diretamente as mulheres negras que realizam trabalho doméstico e/ou de cuidado.

3 A COZINHA COMO ESPAÇO PARADOXAL

A preparação do alimento, transformá-lo em refeição, é parte das tarefas domésticas realizadas no cotidiano e como tal, na maioria das vezes, é assumido por uma mulher. A relação das mulheres com o alimento comparece desde a infância, seja com os brinquedos “para meninas”, seja auxiliando a mãe nas funções da casa. Mas sabemos que nem todas as meninas recebem esse tipo de conhecimento da mesma forma. Débora Oliveira (2010), a respeito da transmissão do conhecimento culinário no Brasil, nos conta que nas classes mais altas as mulheres aprendiam a cuidar da casa, oferecer um jantar, receber as visitas, mas não a fazer as tarefas domésticas, pois outra mulher faria: a empregada doméstica. Siliprandi (2012) divide as famílias em alguns tipos e as relações existentes dentro delas: as abastadas, contratam outras mulheres para fazer o serviço doméstico; as de classe média cujas mulheres trabalham também tendem a contratar uma outra mulher; as da classe trabalhadora, que sempre trabalharam fora de casa, acumulam as funções com o trabalho doméstico. Nesse último grupo encontramos arranjos com familiares, vizinhança etc., para deixar as crianças enquanto as mães trabalham fora. De acordo com essa autora, as classes mais abastadas têm mais acesso tanto a equipamentos (eletrodomésticos), à alimentação fora de casa e podem pagar outras mulheres para que realizem essas tarefas. A figura da cozinheira ou da empregada torna-se, inclusive, fundamental e confere status à patroa.

Assunção (2008) ao tratar da alimentação das famílias, nos diz que a alimentação não é somente um ato biológico, por ela perpassam relações sociais, dentre elas as de gênero. Dessa forma, “as refeições podem reproduzir simbolicamente as relações de poder e posições hierárquicas entre os indivíduos de um mesmo grupo social” (Assunção, 2008, p. 235). Então, podemos considerar que o papel da mulher é central no espaço privado, especialmente na cozinha, e periférico no espaço público - não nas suas ações, mas na sua visibilidade - de maneira que esses espaços não se opõem, eles são integrados e transformados o tempo todo. Assunção (2008) mostra que mesmo havendo mudanças desde a era moderna, o lar ainda é o espaço da família, sendo a cozinha o espaço privilegiado da mulher. “É na cozinha em que pode ser verificado o protagonismo da mãe, especialmente no preparo da comida e na produção e manutenção de certo saber culinário” (Assunção,

2008, p. 239). De acordo com a autora, as mulheres têm papel fundamental na preparação do alimento, pois é ela quem decide o que vai ser consumido, sabe e respeita o gosto individual de cada pessoa da família, e necessita da aprovação dos filhos e do marido; além disso, raramente ela prepara algo somente para o seu próprio consumo. Algumas mulheres, inclusive, não gostam de cozinhar, mas o fazem como obrigação para alimentar o marido e/ou os filhos; quando é destinado aos últimos, o ato de cozinhar é relacionado ao cuidado com eles.

Nas memórias de Maria, é possível identificar que ela sabia a preferência culinária e os hábitos de cada um, como quando ela conta que

Seu Fernando não gostava de pirão, ele gostava de polenta, ninguém lembrava, nem Isabel não lembrava, mas em dia de moqueca eu fazia polenta para seu Fernando.

Em outro trecho, ela fala sobre os hábitos de um outro morador da casa que ela fazia o prato e deixava no forno

Tinha que ser feijão inteiro ovo cozido, que ele gostava, e se tivesse batatinha frita, botava e feijão. Feijão inteiro, num gostava de feijão cortado, aí botava a batatinha frita, botava o ovo e arroz e queijo.

Giard (2013) destaca a invisibilidade social do trabalho doméstico, feito por mulheres na maioria das vezes, como cozinhar, que só são lembrados a partir da falta e da reprovação; trabalhos que não têm fim e que não são reconhecidos, ainda que tenham que ser realizados. Sobre a alimentação cotidiana e o desprezo pelo trabalho doméstico, a autora complementa que “as práticas culinárias se situam no mais elementar da vida cotidiana, no nível mais necessário e mais desprezado” (Giard, 2013, p. 218).

Refeições precisam de planejamento e através dele podemos pensar em como a alimentação está conectada aos espaços público e privado. Para adquirir o alimento, o espaço público é utilizado (feiras, supermercados) e para adquirir equipamentos

necessários à sua preparação também (comércio). Já o espaço privado, o lar, é onde são preparadas e onde se realizam essas refeições. E a preparação do alimento envolve um planejamento do cotidiano, ou seja, pensar em quantidades e combinações que não se repitam no dia a dia, quando é possível; além de ter ciência do que cada um gosta e a partir daí adquirir os produtos necessários. Mesmo que o alimento seja preparado e consumido em casa, a função doméstica de prepará-lo é de igual importância para o esperado funcionamento do espaço público, fora o fato de quando se vai adquirir os ingredientes, panelas e demais utensílios, incluindo os eletrodomésticos, estamos tratando desse espaço.

Nem a parte destinada à preparação dos alimentos, a cozinha, resistiu aos impactos da globalização. Este cômodo, atualmente, ocupa uma posição meramente funcional, tornou-se pequena, e por vezes até integrada a outro. Gilles Fumey (2007) também descreve a importância da cozinha, do sabor, dos contextos individuais e coletivos de alimentação, dos gostos, entre outros. Inicialmente este autor reforça que a cozinha representa mais do que tecnologias; ela determina a escolha dos alimentos, a divisão e as maneiras dos trabalhos no grupo familiar. O autor percebe que quanto mais alto o nível de vida, mais a cozinha se destaca da esfera doméstica; nos grupos mais abastados, a alimentação passa a ser exercida fora de casa, em restaurantes, ou, se preparada em casa, são alimentos pré-prontos. A cozinha aparece como um elemento nas mudanças na maneira de nos alimentarmos, o único no âmbito privado, por causa das mudanças que ocorrem no cômodo com o passar do tempo. Ela se destaca da residência quando surgem os restaurantes, primeiros estabelecimentos de consumo fora de casa, que se expandem, inclusive, acompanhando a urbanização (Pitte, 1998). No âmbito privado, encontramos análises sobre o tamanho e configuração da cozinha durante as décadas de 1950 a 1990 (Scarim; Schunig, 2017; Schunig; Scarim, 2018) nas propagandas imobiliárias da cidade de Vitória (ES).

3.1 Quem é que faz? Ausências das mulheres negras na geografia dos alimentos

A geografia se faz presente nos estudos do alimento e da alimentação de diversas formas, desde a produção, passando pelo transporte, comercialização e consumo; também discute com bastante profundidade a questão fundiária no Brasil; os movimentos sociais do campo estão contemplados; e ainda se faz presente a crítica contundente ao agronegócio que é autor de inúmeras violências no campo e impacta a alimentação de todos, seja no campo ou na cidade. O alimento, portanto, seja na sua circulação pelo espaço ou o que ele representa nas relações sociais, é um objeto analítico presente nas discussões da geografia brasileira e que carrega consigo uma riqueza e possibilidades de análise igualmente grandiosas. Neste trabalho, no entanto, o alimento e a alimentação são coadjuvantes de um outro personagem que aqui se faz central, que é quem prepara os alimentos e os transforma em refeição. Penso que há uma lacuna entre a produção, comercialização e consumo dos alimentos que está aqui. Este processo acontece quando em uma casa, que é nosso espaço de análise, em um cômodo destinado às preparações culinárias, que é a cozinha, uma mulher negra prepara essas refeições e/ou quando lembramos/pensamos em receitas e preparos típicos de uma região ou família e essa receita tem em sua origem o preparo de mulheres negras.

De acordo com Machado (2021), durante o período escravocrata mulheres africanas escravizadas e suas descendentes foram forçadas a trabalhar em serviços domésticos e, entre eles, estava a responsabilidade pela cozinha. Portanto, durante esse período, que durou mais de três séculos, “a maior parte da mão de obra que produziu a alimentação brasileira era feminina, negra e escravizada” (Machado, 2021, p. 55). A cozinha torna-se desde essa época um espaço de trabalho para mulheres negras, e se mantém assim, visto que os dados nos mostram que a maior parte das trabalhadoras domésticas ainda são mulheres negras.

Para pensarmos o espaço da cozinha, trago a arquiteta Luna Lyra (2021), que investiga espaços de cozinhar coletivos, compartilhados, comunitários, reconstituindo suas origens e mostrando a potência dessas cozinhas, importantes locais de garantia de segurança alimentar e nutricional para movimentos sociais e pessoas em situação de vulnerabilidade, e onde mulheres trocam conhecimento e se sentem à vontade

para se manifestar sem constrangimento. Sua intenção é mover-se em direção a imaginar outros modos de compartilhar e de manutenção da vida.

De acordo com Lyra (2021), a cozinha e outros espaços de cozinhar sofreram um ocultamento simbólico e espacial, desvalorizando-se socialmente bem como outros espaços ligados ao trabalho doméstico, que foram desvalorizados e invisibilizados, e quem os realiza entram também nessa desvalorização e invisibilização. A cozinha sofre uma desvalorização mesmo dentro do ambiente doméstico; por vezes foi/é o espaço onde a mulher negra de pele retinta trabalha e não pode circular por outros espaços da casa, como a sala.

Lyra *apud* Villar (2021) fala que os espaços de cozinhar dos povos originários brasileiros, descritos por viajantes do século XIV ao XIX, eram internos e externos à casa, faziam parte da vida coletiva dos povos indígenas e não eram delimitados por paredes em um cômodo, era um espaço circular e compartilhado. Os espaços de cozinhar externos serviam a preparações mais complexas e elaboradas, como bebidas fermentadas, e às festividades. Eram as mulheres as responsáveis por esses espaços, internos e externos, e todas as atividades relacionadas a ele. Esses modos de cozinhar e de se alimentar influenciaram as populações não indígenas e a configuração das casas. Nas lembranças de D. Risoleta, ela descreve um forno externo à casa: “o forno era de tijolos, redondo, cabia vinte, 24 pás dentro do forno [...] O forno era fora com a boca dentro da cozinha” (Bosi, 1994, p. 368).

Após o início da colonização, a autora diz que a cozinha brasileira era dependente do acesso à água e pelas particularidades do preparo da farinha de mandioca, incorporada pelos portugueses colonizadores e africanos escravizados. A proximidade com a água foi determinante para uma cozinha conectada ao quintal ou mesmo totalmente externa para preparos considerados sujos; a cozinha interna era utilizada somente para o preparo de doces finos portugueses. Desde o início da colonização houve a mescla de modos de construir casas, além da apropriação e mistura dos hábitos alimentares.

No período da urbanização do país, as cozinhas dos sobrados das famílias mais abastadas diminuíram de tamanho, entre outros fatores, porque a escravizada doméstica já não era mais tão disponível.

um dos maiores testemunhos da aberração do serviço doméstico nesse período é a construção de sobrados de até seis pavimentos, comuns entre as classes mais abastadas em várias capitais. A cozinha era mantida no último andar, onde a fumaça poderia se dissipar sem incômodo para os donos e suas visitas. Havia principalmente o inconveniente da falta de encanamento de água, que demandava um vai-e-vem de trabalhadoras e trabalhadores domésticos (livres ou escravizados) pelas escadarias com pesados potes para abastecer a cozinha; isso, além do transporte de todos os mantimentos e utensílios necessários para servir as refeições. De cozinha discreta nos fundos da casa, agora ela se torna invisível, quase sublimada da vista de seus donos e da própria forma da construção (LYRA, 2021, p. 100-101)

A popularização dos utensílios domésticos industrializados é um fator que também transforma a cozinha doméstica como a entendemos hoje. Um deles, o principal segundo Lyra (2021), foi o fogão a gás. Como ele ocupava menos espaço e fazia menos “sujeira” foi incorporado ao interior da casa; a partir de então a cozinha era o cômodo em torno do fogão. É claro que demorou para que o fogão realmente ocupasse as casas de todas as classes, já que a lenha era mais barata que o gás e a eletricidade. Em tempos recentes no Brasil o número de acidentes por causa dos preços elevados do gás de cozinha e do empobrecimento da população aumentou consideravelmente. Em um hospital do Rio de Janeiro (RJ), houve um aumento de 43% no número de internações para tratamento de queimaduras em 2022 em relação ao ano anterior. Sem dinheiro para comprar gás, as pessoas utilizam outros meios para cozinhar, como álcool ou lenha (JORNAL DA GLOBO, 2022). Ou seja, o fogão a gás ainda não está presente em todos os lares brasileiros.

Nesse espaço onde os alimentos se transformam em pratos e refeições, mulheres, em sua maioria, dispensam algumas horas de trabalho. Vamos nos ater às mulheres negras, sujeitas desta pesquisa e maioria das mulheres que exercem trabalho doméstico em suas casas ou em casas de outras famílias no Brasil. Para buscarmos compreender o papel dessas mulheres no preparo dos alimentos e, conseqüentemente, na nossa alimentação, proponho um diálogo entre a antropologia, o feminismo negro e a geografia. Thaís Machado (2021) nos apresenta um estudo sobre a importância das mulheres negras na cozinha brasileira, atuando com agência e resistência nesse espaço e construindo laços que possibilitam a sobrevivência delas e de suas famílias, e a perpetuação das receitas através da memória. A geografia feminista nos dá as ferramentas metodológicas para que esse cômodo da casa passe

a ser o espaço central da nossa análise, colocando-o como espaço paradoxal (Rose, 1992; McKittrick, 2006). Espaço paradoxal este em que é possível o deslocamento entre a margem e o centro (hooks, 2019) tanto dentro da casa (espaço privado), quando há essa possibilidade, quanto na sociedade (espaço público).

D. Risoleta em uma passagem que ela fala sobre a morte da mãe, durante uma “guerra que durou bastante anos” (Bosi, 1994, p. 377) diz que a mãe trabalhava em uma fazenda em que os patrões, que apareciam toda semana, conversavam sobre a guerra, traziam notícias, e ela, por sua vez, repassava essas informações que ouvia na fazenda quando chegava em casa. Sua mãe fazia doces nessa fazenda. Essa passagem do cotidiano de uma mulher negra trabalhadora doméstica corresponde ao que bell hooks (2019) classifica como o acesso das pessoas que vivem à margem, tanto na escala da casa como da cidade, em saber o que acontece no centro, da casa e da cidade. Como cozinheira da fazenda, ela não participava da conversa dos patrões, mas estava atenta a tudo o que era dito por eles. Dessa forma, levava até sua casa as informações, nesse caso, sobre a guerra.

Machado (2021) faz uma análise social e crítica sobre a história de longa duração do trabalho culinário de mulheres negras no Brasil através de entrevistas com mulheres negras *chefs* de cozinha ou cozinheiras profissionais. A autora nos lembra que a mulher negra é identificada com a imagem da cozinheira nacional ao mesmo tempo que é invisibilizada na cozinha; o fato de Tia Nastácia não ser a personagem-autora do livro de culinária mais famoso do Brasil, e sim Dona Benta, tem a ver com isso. Mesmo as mulheres negras que estudaram e atingiram outro status na sociedade e aumentaram sua renda não escapam da condição de ser mulher negra na sociedade brasileira, já que muitas delas, embora sejam *chefs* de cozinha e tenham estudado em colégios de prestígio, são tratadas e vistas como empregadas domésticas. Para Machado (2021)

a ideia é pensar na cozinha como um espaço de ação social de mulheres negras e que nos ajuda a entender como mulheres negras sempre buscaram agir com o pouco que tinham ao seu alcance, como ousaram se autodefinir diante de imagens estereotipadas e violentas de si mesmas, construídas por seus algozes, criando espaços negros de cuidado, de sociabilidade e de ação social e política. (p. 20)

Em sua pesquisa, pesquisa Machado (2021) busca mostrar que “as ações e a percepção crítica de mulheres negras são fundamentais para entender a sociedade” (p. 24), pois elas estão sempre a refletir sobre as suas condições de vida e o contexto no qual se inserem, buscando brechas para garantir sua sobrevivência e a de seus descendentes em meio a uma hierarquia social projetada para o seu prejuízo. A cozinha, para a autora, é pensada como um lugar capaz de encapsular várias camadas de sentido sobre a sociedade e, acrescento, a produção do espaço brasileiro. O trabalho na cozinha, de acordo com a autora, tem relação com o passado de trabalho escravizado e o confinamento de mulheres negras ao trabalho doméstico. Ela pensa a cozinha como um lugar de territorialidade feminina e negra, como um espaço geográfico onde é possível construir redes de apoio, de sociabilidade e projetos de disrupção das condições de vida. Mesmo forçadas a ocupá-lo, a cozinha pode ser considerada território de mulheres negras, em uma hierarquia espacial racializada, onde se realizam composição de conhecimento culinário, redes de sociabilidade, de apoio e de afeto. Pegando o fio da meada proposto por Machado (2021), mas diferente dela que pensa a cozinha como espaço geográfico, a cozinha nesta pesquisa é espaço paradoxal, porque é central para nossa análise mesmo que pareça periférico aos olhos da ciência, no geral, e da Geografia, em particular. Em um contraponto à conhecida expressão “a conversa ainda não chegou na cozinha”, Machado (2021) aponta que nunca chegou porque nunca precisou sair de lá

em conversas e segredos compartilhados, na construção de relações de afeto e redes de apoio e de solidariedade e também na troca de olhares ou de outras expressões para comunicar aquilo que não pode ser dito – não na intimidade monstruosa do trabalho doméstico ou na precariedade do trabalho comercial. (MACHADO, 2021, p. 222)

A sabedoria culinária de mulheres negras pode ser invisibilizada ou subestimada, mas entre elas é valorizada e respeitada, é um conhecimento transmitido entre as gerações. Cavnac e Silva (2019) também apontam a memória alimentar de mulheres negras como elemento de pertencimento no território e perpetuação de saberes culinários que remontam ao passado colonial e ao continente

africano. Machado (2021) argumenta que trabalhadoras negras sempre se articularam para sobreviver em uma estrutura que tentava impedir a sua sobrevivência.

A cozinha, como um espaço menosprezado e invisibilizado de trabalho e como o lugar que mulheres negras foram confinadas, é um dos espaços mais preciosos para essa partilha e sua articulação (MACHADO, 2021, p. 241).

Sem romantizar essas estratégias de sobrevivência, a intenção da autora foi demonstrar que a brutalidade nas relações de trabalho as forçou a desenvolver estratégias silenciosas de agência e resistência. Lyra (2021) também fala sobre a cozinha como um espaço onde mulheres se sentem à vontade para se manifestar sem constrangimento e trocam conhecimento. Ela analisa a cozinha, ou espaços de cozinhar, como “uma *invenção* de espaços *informais* de participação política por mulheres” (Lyra, 2021, p.16); são inventados porque não são dados, são abertos à força, não são autorizados.

Podemos, então, a partir das reflexões de Machado (2021) e Lyra (2021) considerar a cozinha como um espaço paradoxal e a agência e resistência de mulheres negras nesse espaço de maneira que torne geográfica essas vidas e esse espaço que, geralmente, não são considerados geográficos. McKittrick (2006) nos diz que relacionar a geografia e as populações negras com uma narrativa que localiza e se baseia em histórias negras e sujeitos negros pode tornar visíveis as vidas frequentemente descoladas, consideradas não geográficas. De acordo com a autora, as geografias das mulheres negras abrem um caminho para outras possibilidades de investigação e “uma arena conceitual através da qual geografias mais humanamente viáveis podem ser e são imaginadas” (McKittrick, 2006, p. xii, tradução minha). Para essa autora

as vidas e as experiências de mulheres negras tornam-se espacialmente visíveis por meio desses conceitos e momentos porque esclarecem que a negritude é parte integrante da produção do espaço. Em outras palavras, as práticas sociais criam paisagens e contribuem para a forma como organizamos, construímos e imaginamos nosso entorno. Os sujeitos negros não são indiferentes a essas práticas e

paisagens; em vez disso, eles estão conectados a eles devido a hierarquias raciais-sexuais cruas e devido ao seu status (muitas vezes não reconhecido) como seres geográficos que têm interesse na produção do espaço. As histórias, vidas e espaços das mulheres negras devem ser entendidos como imbricados nos arranjos geográficos tradicionais, a fim de identificar uma maneira diferente de conhecer e escrever o mundo social e expandir como a produção do espaço é realizada em terrenos de dominação (MCKITTRICK, 2006, p. xiv, tradução minha)

Geografias tradicionais, para McKittrick (2006), apontam para formulações que se pode ver, avaliar e organizar o mundo de um ponto de vista estável, ou seja, branco, patriarcal, eurocêntrico, heterossexual, classista. As geografias negras e geografias das mulheres negras, nesse sentido, sinalizam padrões alternativos que funcionam ao lado e através das geografias tradicionais. Ela propõe que uma forma de lidar com categorizações injustas e desiguais é pensar sobre – e empregar – formulações geográficas alternativas que as comunidades subalternas sugerem, como é o caso do conceito de espaço paradoxal proposto pelas geografias feministas e categorias analíticas trazidas pelas epistemologias feministas.

McKittrick (2006) faz alusão ao feminismo que bell hooks (2019) chama de marginal e central, que é o feminismo negro. hooks (2019), em uma analogia com o bairro em que cresceu, fala que mulheres negras acessam tanto a margem quanto o centro dos lugares, e que, portanto, “estar na margem é fazer parte de um todo, mas fora do corpo principal” (hooks, 2019, p. 23). Pessoas negras empobrecidas podem não morar no centro, mas estão lá trabalhando. Já as pessoas que habitam o centro quase sempre não conhecem o que e/ou quem está à margem. Trazendo o feminismo da margem ao centro, como o próprio título do livro sugere, a autora esp. O que temos neste trabalho é a problematização de uma ausência teórica de fatos com grande presença na realidade e no cotidiano. cializa a corporeidade de mulheres negras, que neste trabalho aparece como a ação delas na cozinha. As vivências de Maria, D. Risoleta e Françoise Ega demonstram muito bem essa transitoriedade e conhecimento das mulheres negras sobre as pessoas que habitam o centro.

Em uma crítica ao que Vergès (2020) denomina feminismo civilizatório, hooks (2019) diz que muitas teorias feministas foram elaboradas por mulheres que vivem no centro, e que não contempla a vivência de homens e mulheres que habitam a margem. Falta, portanto, inteireza à teoria feminista, “falta aquela amplitude analítica capaz de

abarcam uma variedade de experiências humanas” (hooks, 2019, p. 24). Essas teorias irão emergir, segundo a autora, de indivíduos que possuem conhecimento tanto da margem quanto do centro. Ela denuncia que o racismo é muito presente nos escritos de feministas brancas, que ignora a supremacia branca como política racial.

É essencial à continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam as vantagens advindas de nossa marginalidade e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia do racismo, do sexismo e do classismo, de modo a vislumbrar e criar uma contra-hegemonia. O que estou sugerindo é que temos um papel central a desempenhar na constituição de uma teoria feminista e, junto com isso, uma contribuição a oferecer que é única e valiosa. (hooks, 2019, p. 46)

É nesse diálogo entre a agência e resistência de mulheres negras a partir da cozinha como lugar de resistência, de criação e de memória; uma análise espacial feita por, para e sobre mulheres negras, em uma tentativa de se imaginar e fazer uma geografia mais humana a partir de sujeitas que eram e ainda são consideradas não geográficas em lugares que eram também considerados não geográficos; e considerando vivências marginais e centrais de mulheres negras que reafirmo a necessidade e urgência de pensar a cozinha e as mulheres negras que atuam nela geograficamente. O que temos nessa pesquisa é a problematização de uma ausência teórica de fatos com grande presença na realidade e no cotidiano.

Afirmo essa ausência baseada em mais uma revisão de literatura, dessa vez buscando por mulheres negras em artigos da geografia no Portal de Periódicos da Capes e na plataforma OGB. A procura foi feita em 98 revistas da geografia entre 1939 e 2023, em 08 de maio de 2023. Os descritores buscados foram: cozinha, comida, culinária, aliment*, refeição, gastronomia e mulheres negras. O resultado foi de 701 artigos, dos quais somente dois tinham em seu título, resumo ou palavras-chave o termo “negr*” que designa mulher negra ou cozinheiras negras, e pelo menos algum dos descritores relativos à alimentação. A busca também na OGB se deu para confirmar o que já havia sido realizado no Portal de Periódicos da Capes. Na busca que fiz a fim de encontrar artigos que tenham a mulher negra como sujeita central nos debates da geografia dos alimentos/da alimentação, somente um deles trazia a temática.

Resultado dessa busca, o texto de Cavignac e Silva (2019), relata a importância dos afrodescendentes do Seridó (RN) para o desenvolvimento econômico, cultural e social da região. As autoras trabalham a questão da memória e pertencimento através das receitas, passadas pelas mulheres negras através das gerações e que tem forte conexão com o Brasil colonial e, conseqüentemente, com o continente africano. Buscando recuperar processos memoriais e patrimoniais, a fim de assegurar o estabelecimento dos grupos nos seus territórios ou para fortalecer a reivindicação de direitos coletivos, as autoras neste artigo se utilizam da via da memória alimentar. Através dessa memória, chega-se ao tempo da escravidão, quando as mulheres contam suas trajetórias e como aprenderam a trabalhar. Dessa forma, a comida e as cozinheiras ocupam um lugar central. Além dos hábitos alimentares, outros temas aparecem: “o trabalho, a família, a morada e as desigualdades sociais” (Cavignac; Silva, 2019, p. 22). De acordo com as autoras

as memórias das cozinheiras e as descrições da vida nas fazendas de criar revelam o papel central das mulheres negras na organização da vida doméstica no sertão. As mulheres negras têm um papel importante na organização das grandes festas da cidade e nas festas das fazendas. Deixam sua marca através da maneira singular com que preparam os alimentos. O fazer culinário mostra práticas e técnicas antigas que sobreviveram à escravidão; foi modificado com os anos, mas carrega uma identidade diferenciada que começa a ser reivindicada nos pratos que são preparados pelas cozinheiras. Explica o protagonismo das mulheres que encontramos hoje na vida política das comunidades quilombolas e mais discretamente na vida doméstica. (CAVIGNAC; SILVA, 2019, p. 33-34)

Outro fato que chama atenção é a inserção de elementos da culinária afro-brasileira na dieta dos seus patrões, o que me remete ao que Lélia Gonzalez fala sobre o Pretuguês e assim como a presença africana no Brasil influenciou nossa língua, os hábitos alimentares também foram marcados por atuação de cozinheiras negras. O artigo, no entanto, não problematiza em nenhum momento a presença de mulheres negras até hoje como cozinheiras.

Um outro artigo me chamou atenção, mesmo não correspondendo exatamente aos critérios da busca; é um estudo sobre soberania alimentar em uma comunidade negra na Colômbia (Silva, 2016). No resumo aparece que a autonomia feminina no

território seria investigada, mas no decorrer do texto somente em um pequeno trecho ele pontua a participação das mulheres na produção de alimentos e frutas no território e tem um projeto desde 2012 que tem o objetivo de adquirir sementes nativas para diversificar a produção agrícola e fortalecer a produção de doces típicos feitos por essas mulheres.

Reitero, portanto, a ausência da fundamental centralidade das mulheres negras para se pensar na Geografia a alimentação no Brasil, já que, como foi visto, foram elas que formaram nossos hábitos alimentares e são protagonistas na elaboração de diversos pratos tradicionais brasileiros. Além disso, é necessário dar a devida atenção à cozinha, esse cômodo necessário e presente nos lares e fora delas, como as cozinhas coletivas descritas por Lyra (2021). Apesar da constatação da pouca literatura, através do diálogo entre diferentes áreas vimos que não só é possível, como se mostra um farto campo de pesquisa.

3.2 A fome tem cor e gênero: insegurança alimentar e mulheres negras

Nesta pesquisa essa intersecção se dá pela presença constante de mulheres negras nas cozinhas, na formação dos nossos hábitos alimentares e no preparo dessas refeições. A cozinha foi vista aqui como espaço de potência, de agência e resistência de mulheres negras em um cenário de sobrevivência desfavorável. Mas não podemos deixar de lembrar que essas opressões também resultam em insegurança alimentar, moderada ou grave, e que mulheres negras empobrecidas são as mais afetadas por ela no Brasil (Silva *et al*, 2022).

O trabalho doméstico culinário é analisado aqui pelas lentes da interseccionalidade, dessa forma podemos tornar visível a presença e a importância de mulheres negras em um trabalho fundamental para a reprodução da sociedade e seu funcionamento. Porém, outras perspectivas de pesquisa podem se realizar a partir de mulheres e negras e alimento na geografia dos alimentos e da alimentação. Uma delas, que não podemos ignorar, é a insegurança alimentar, que atinge em maior número, no Brasil, mulheres negras empobrecidas.

Segurança alimentar e nutricional no Brasil

consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

Ou seja, para que seja realizada em sua plenitude, a população precisa ter acesso aos alimentos em quantidade e qualidade, respeitando seus hábitos alimentares. No entanto, fatores como gênero, classe e raça podem determinar se aquela população está mais suscetível à insegurança alimentar, dividida em leve, moderada ou grave. E, como mostrou a pesquisa recentemente divulgada pela Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), a associação entre esses três fatores leva a constatação que a fome é mais presente em lares chefiados por mulheres pretas; e o contrário é verdadeiro: em lares chefiados por homens brancos a segurança alimentar se faz mais presente, o que confirma uma certa hierarquia de poder já anunciada pelas feministas negras há muito tempo: mulheres negras, especialmente as de cor preta, estão na base da pirâmide.

Mulheres negras são o grupo mais afetado pela insegurança alimentar no Brasil, ao mesmo tempo que são as trabalhadoras mais presentes nas cozinhas brasileiras. Machado (2021) traz relatos de filhos de cozinheiras negras que dormiam com fome, mesmo vivendo em uma casa com fartura de alimentos, onde sua mãe preparava as refeições. Isso acontecia porque a cozinheira e seus filhos não poderiam comer antes dos patrões, que jantavam muito tarde, o que fazia com que essas crianças dormissem com fome.

É direito constitucional no país o acesso a alimentos em quantidade e qualidade por toda a população; o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está previsto em lei, no artigo 6º da Constituição Federal, desde o ano de 2010. O Brasil tem programas governamentais de combate à fome muito prestigiados mundo afora. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído em 2003, mas sofreu grandes perdas no último governo. É um programa cujo objetivo é promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. A partir dele surgiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a política pública de combate à fome mais antiga do

Brasil. O PAA foi relançado em março de 2023 (Figura 1) e o PNAE teve reajuste nos seus valores no mesmo mês (ASSESSORIA...2023; VASCONCELOS, 2023)

Figura 1 - Relançamento do PAA em Pernambuco



Foto: Ricardo Stuckert (VASCONCELOS, 2023)

Carolina Maria de Jesus, importante escritora brasileira, autora do conhecido Quarto de Despejo, expôs em seus escritos muitas passagens sobre a fome que passava junto a seus filhos e denunciou as desigualdades existentes no país (Figuras 2 e 3).

Figura 2 - Exposição Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros

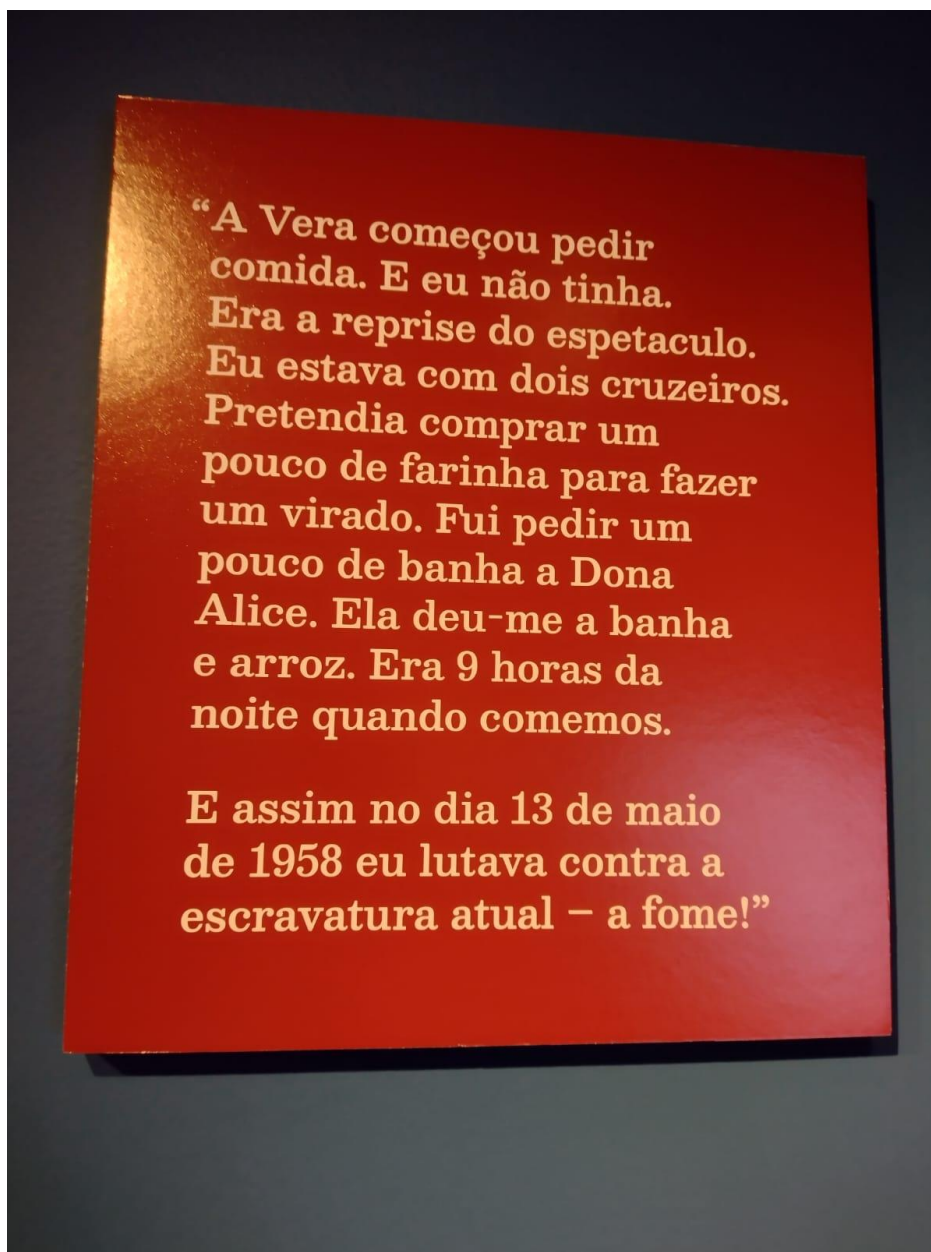


Foto da autora (IMS, 2021)

Figura 3 - Exposição Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros



Foto da autora (IMS, 2021)

4 MEMÓRIAS DE MARIA

Aqui quero trazer com mais consistência relatos e memórias minhas e de Maria, relacionando-as com a construção da tese. Maria nasceu na zona rural de um município no interior do Espírito Santo, onde viveu até os 28 anos. Ela chegou na casa de D. Helena na década de 1950, e desse dia ela se lembra bem: da escada onde estavam sentados alguns dos filhos de D. Helena, do mais novo, que ainda era um bebê de alguns meses, da quantidade de pessoas na casa. D. Helena e seu esposo tiveram mais de dez filhos; viviam na casa o casal, os filhos e duas irmãs de D. Helena; fora os habitantes fixos, circulavam pela casa várias pessoas, como amigos dos filhos, o padre, outras pessoas adultas etc. Era uma casa em que se fazia comida para, aproximadamente, vinte pessoas por dia, todos os dias. Com os casamentos dos filhos e a morte do esposo de D. Helena na década de 1980, elas se mudaram da cidade. Sim, elas, porque Maria seguiu acompanhando D. Helena até sua morte, na primeira década do século XXI.

Minhas lembranças e memórias são mais recentes do que a chegada dela na casa de D. Helena. Na casa que moravam ela estava sempre na cozinha preparando algo, já que sempre havia gente para comer. Por mais que os habitantes fixos da casa fossem diminuindo ao longo do tempo, era uma casa com uma circulação de pessoas muito grande, que nem sempre avisavam que iam aparecer e quase sempre comiam alguma coisa. Quando ela ficou mais velha e com diversos problemas de saúde, havia uma empregada doméstica na casa; ainda assim, ela trabalhava nos afazeres domésticos.

Da cozinha, Maria sabia, além dos gostos culinários das pessoas que viviam ali, de tudo o que acontecia. A cozinha aqui é considerada o espaço paradoxal, que ninguém vê e as pessoas que exercem suas atividades nele não são vistas, torna-se central em uma análise que a prioriza e quem trabalha nela. Não é/era só o que gostava ou não gostava de comer; era a personalidade das pessoas e o que acontecia na família.

As memórias de Maria partem de um lugar no campo, com a família composta por mãe, pai e irmãos. Lá, de acordo com ela, eles eram pobres, mas não faltava o que comer, pois trabalhavam muito na terra. Um dos irmãos, o mais velho, vendeu a terra sem consultar ninguém, e nessa ocasião ela, com pouco mais de vinte anos, foi

trabalhar na casa de D. Helena. A mãe indígena e o pai que havia sido escravizado rendem também fortes e fartas histórias culinárias. Ela conta que, por exemplo, não gostava da moqueca porque era ensopada, em sua família comia-se mais alimentos assados, o peixe no caso, embalado na folha de bananeira.

Sempre tinha. E tinha, quando tinha peixe fazia uma moqueca de peixe, uma panelona de barro. Fazia aquela muquecona! Aí o pessoal comia. Aí também tinha polenta, porque Seu Fernando - as menina nenhuma lembrava, nem Isabel num lembrava - Seu Fernando num gostava de pirão, ele gostava de polenta, ele gostava de polenta. Aí fazia os dois, fazia polenta e fazia pirão. E, se fosse igual lá em casa assim, a diferença que tinha que era difícil mamãe fazer peixe moqueca, era assado na brasa o peixe. Ela gostava mais dele assado de que, passava, botava, temperava ele assim, botava sal, limão, alho, enfiava no espeto, tinha peixe que enfiava em dois espeto e botava assim de longe na...ela fez um fogão de pedra, era uma laje de pedra assim, uma assim, outro de lá e duas meia banda, uma de cá outra de cá, ficava aquele vão assim igual fosse um fogão mesmo né. Aí cê enfiava as madeira tudo ali dentro, acendia, ficava o carvão. Aí botava na chapa, fechava aquela chapa laje de pedra assim, fechava e quando ela num queria botar os espeto assim de longe nas brasa ela botava na lava de pedra. Botava, ficava sequinho, peixe assadinho.

Lá em casa era difícil, quando eu cheguei em D. Helena eu estranhei, eu estranhava porque tudo deles era mais assim cozido de que assado, né. Na brasa num assava nada não, eu que de vez em quando pegava um pedaço de peixe botava em cima da chapa do fogão pra assar, que aquele tempo eu gostava de peixe. Aí era mais, assim, moqueca, galinha também era difícil, mas lá em casa a gente não comia galinha ensopada não, lá uma vez ou outra, era assada...porque mamãe era negócio de descendência de índio, num gostava de nada assim, ela gostava mais de assado na brasa. Até bife de fígado ela gostava de passar no sal e um limão, espremia um limão e botava pra assar pra ela comer. A gente acostumou esses negócio assim, era banana assada, banana da terra assada, era aipim, raiz de aipim, assava.

D. Risoleta (Bosi, 1994) também traz muitas lembranças de onde viviam em família, no Arraial, antes do falecimento da mãe. Nesse lugar, apesar de pobres, não lhes faltava alimento.

Minha mãe fazia farinha de mandioca, de milho, tudo pra vender e ajudar meu pai [...] Cozinhava muito bem doce de laranja, tachadas de goiabada que vendia em caixinhas. Com muito trabalho, com muita luta, mas tinha tudo em casa (BOSI, 1994, p. 363 - 364)

Quase tudo se fazia em casa: a gente matava porco, fazia linguiça, abria panos de carne, salgava e guardava pro mês inteiro [...] O pão a gente fazia em casa (BOSI, 1994, p. 367)

O jeito que D. Risoleta conta sua vida tem muita semelhança com as vivências da Maria e até com o jeito de falar, mesmo que eu não esteja vendo ou ouvindo; a forma de colocar algumas palavras no diminutivo, como prestavam atenção ao que era para ser feito de forma que as patroas não precisavam repetir, o gosto com que diziam gostar de servir aos outros, a maneira de descrever detalhadamente as receitas, a forma de descrever onde viviam e onde trabalhavam.

Voltando a Maria, na roça ela trabalhava em casas de outras famílias, para, segundo ela, aprender a fazer as coisas de casa; ela e as irmãs trabalhavam em troca de mantimentos que não tinham em casa, a mãe não gostava e não deixava que recebessem dinheiro, que também tem semelhanças com o que relata D. Risoleta quando começou a trabalhar, ainda criança, em casa de família (BOSI, 1994). Mas ela e todos os demais trabalhavam nos serviços da agricultura também, plantando, colhendo, cuidando dos animais. Na roça, segundo ela, tinha muito tomate e também

Tinha assim, tomatinho, tinha alho plantado em casa, tinha cebola de cabeça, tinha cebolinha verde, cebola de comé que chama... tinha cebola que era cebolete, que eles chamam hoje em dia, aquela cebola do talo finiiinho assim.

E tinha coentro, coentro tinha três tipo, mamãe tinha três tipo de coentro. Tinha os da folha assim, larga, repicadinha assim as folha, que aquele mamãe só gostava de botar ele no peixe

Uma conhecida que fazia serviços domésticos esporádicos na casa de D. Helena, como lavar roupas, disse que ela estava à procura de uma pessoa para

trabalhar lá permanentemente. E assim Maria soube da vaga de emprego onde foi e permaneceu por tantos anos. A trabalhadora que estava saindo, após quase dez anos de serviço, disse a ela sobre os hábitos e costumes daquela família.

Laura era colega da gente lá da roça, mas só que ela morava em Barbados, fim de semana ela ia lá pra casa na roça passar fim de semana com a gente lá; ela que me arrumou pra...que D. Helena tava procurando uma pessoa pra ajudar, então ela arrumou, aí fui pra lá. Ela lavava roupa. E Dona Roberta...foi bom que topei gente assim, parecia que eu já conhecia né, não foi tão difícil por causa disso. Mas eu acho que se fosse só pra eu encontrar com eles, da casa, eu não tinha ficado não. Estranho, assim, tudo...né dizer que era gente ruim não, mas assim, ocê se acha, sei lá, eu me achei, assim, pra mim era difícil aquilo ali eu enfrentar, mas enfrentei.

aí tinha a Susana que trabalhou lá oi...nove anos a Susana trabalhou na casa dela. Quando eu cheguei Susana saiu. Aí, me chamou, me falou lá umas coisa, os costume deles.

D. Helena também conversou com ela sobre sua família

Depois D. Helena também explicou, me falou “só quero respeito com a minha família”. Família que ela quis dizer era os homem... “eu tenho nove homem”,

Situação que Maria conta que

Aí deixei ela falar. Falou, falou. Aí virei pra ela falei assim: “tudo bem, vai ter respeito, tanto dum lado como do outro né. Eu também quero respeito na cozinha, num quero que ninguém me amola na cozinha, que eu não gosto quando tô trabalhando. Quero ninguém me perturbando”, eu falei. Ela disse “não, pode deixar que isso eles não vão não”. Mas sei que de vez em quando juntava aquele monte de menino, seu Fernando chegava espalhava tudinho.

Além do trabalho na cozinha, também ficou como responsabilidade de Maria os cuidados com os filhos mais novos de D. Helena, sendo que o mais novo tinha apenas poucos meses de vida.

quando eu cheguei ela me falou assim, ela disse assim “olha aqui, ainda tem esse aqui pequeninho e ocê vai tomar conta. Se importa de tomar conta dele?” Eu disse “não”, lá em casa também cuidava dos meus sobrinho, né. [continua] “Ah, filho, senhora que é mãe dele?” “sou, eu que sou a mãe. Mas só que eu num topo criança não, não gosto de carregar criança em colo, num gosto nada. E fico em casa”. Bem assim [rindo]. Eu disse [pensando] novidade...Aí ela perguntou se eu tomava conta eu disse “tomo conta, sim”. Aí eu virei pra ela perguntei assim quantas pessoa que era, né, e o que que eu ia tomar conta. Ela disse assim “ô, cê só num vai lavar, nem passar, mas as criança, tem cinco criança, isso aí queria que cê tomasse conta. E tirando disso ocê vai cozinhar, tomar conta deles, cozinhar, arrumar a casa.

Foi nesse momento que D. Helena achou que Maria não daria conta por ser muito magra e Maria, por sua vez, pensou que sua nova empregadora não sabia do que ela era capaz. Retornando aos cuidados com as crianças, Maria passou a cuidar integralmente do bebê, inclusive modificando o modo de fazer e a frequência que se fazia a mamadeira dele. Um outro filho de D. Helena, já adolescente, gostava de comer ‘fora de hora’, e seu prato ficava pronto no forno, um pouco escondido até para que outro irmão não comesse. Ela sabia, ainda, do que ele gostava: arroz, feijão inteiro, batata frita, ovo e queijo.

Outro fato sobre trabalhar nessa casa era que D. Helena não gostava que Maria saísse de casa ou dormisse fora de casa, o que ela fazia de vez em quando, quando dormia na casa de uma das irmãs.

D. Helena num gostava não, D. Helena era uma pessoa que se fosse por ela, olhava, que ela dizia que ocê num saía. Ficava a vida inteira lá com ela em casa mas num saía não. Podia sair não. Mas eu sei, ela fazia isso por causa das criança né. Era pra ficar tomando conta das criança pra ela sair, que tinha missa, ela gostava da missa das 9 hora, assim da manhã, e ...sair por ali, ela gostava, bater papo com as vizinha dela, conversar. Ela tinha um negócio de entrega de remédio também com os pessoal dos vicentino, os pobre.

Nessa passagem podemos ver que D. Helena saía, inclusive auxiliando pessoas mais pobres através da missão dos Vicentinos, mas não gostava que Maria se ausentasse da casa, para ter com quem deixar as crianças. Em dias muito cheios de serviço, ela inclusive pedia que a mãe de Maria fosse até a casa para ajudá-la no trabalho de cuidar das crianças de Dona D. Helena.

Mas tinha vez que mamãe ia lá, quando tava muito apertada, feio assim... e às vezes ela ia sair também ela dizia assim...mamãe ia lá ela dizia assim “mãe-véia eu queria que cê ficasse aqui com sua filha, ajudando a tomar conta de meus filho aí, na minha casa”. Ela sempre saía mais Seu Fernando, às vezes tinha um casamento, uma festa...

Depois de um tempo, um dos filhos de D. Helena e sua esposa deixavam as filhas pequenas lá também; era tarefa de uma outra filha olhar as meninas, mas ela saía e acabava se tornando mais um trabalho para Maria

Aí vinha as menina da Sônia também, as filha do Fernando vinha ficar lá, que Diná ia lá, pegava e lá num tinha empregada aí ia pra lá. Aí Diná saía, caía fora e eu que ficava por conta.. [A] semana inteira, é. Diná cortava fora, quem tomava conta era eu. Às vezes na hora do pesado mesmo que eu tava, sabe, botar almoço na mesa, tirar mesa, fazer outra mesa pra botar os pessoal que vinha pra almoçar, é pesado né, já é um corre-corre danado.

Também havia uma mulher que ia até a cidade receber o salário e passava a semana lá com cinco filhos, o que demandava ainda mais trabalho de Maria, que em um momento, não aguentou e foi embora. Segundo ela, “*tinha dia que não dava nem vontade de comer*” de tanto trabalho. Nesse episódio em que ela foi embora, D. Helena foi atrás dela pedir para que voltasse entre outros motivos porque o filho mais novo ficou doente devido a sua ausência.

Sobre a rotina de trabalho, ela conta que acordava às 4 horas da manhã, como D. Risoleta, tomava banho, trocava de roupa e colocava um lenço no cabelo, que era comprido naquela época. Pronta, ela ia preparar o café das crianças primeiro, porque

iam para a escola. Às 10:30 o almoço precisava estar pronto para os que trabalhavam no banco e, quando eles saíam, ela entrava no quarto para limpar e arrumar.

Mas a vida era assim. Quando dava 14h eu tava terminando tinha vez que chegava ainda um pra almoçar, aí voltava pra trás. Aí, fui ficando essa vida assim. Essa vida assim num foi pequeno não, foi muito tempo mesmo assim, essa luta: bota almoço, tira almoço...e só num lavava as roupa. Minhas roupinha tinha tempo de lavar de noite, esfregava, botava na bacia que ela me deu pra botar, deixava esfregadinho, de manhã cedo depois que eu tomava banho aí enxaguava e botava no varal. Meu tempo era esse aí. Eu num tinha muito tempo de sair não, também não. Aí assim, saía pra ir numa missa dia de domingo. E gente, gente, gente! (grifo meu)

Depois do almoço, lavava toda a louça e guardava em um armário com chave que só ela tinha, ideia da própria D. Helena. Assim, ela deixava fora do armário somente alguns copos e xícaras, porque se o acesso fosse liberado, iam sujar quantos copos e xícaras estivessem disponíveis. Falando em café, eram

Três garrafa. Era nove garrafa de café que dava. Aí era três de manhã, na hora do café da manhã, olhe lá se num repetia, fazer mais né. E era três, não, fazia duas na hora do almoço, e quando dava 15h fazia pra dar lanche as criança, e pro pessoal também tomar café. E quando dava de tarde na hora da janta saía mais duas garrafa, pra beber depois do jantar.

Maria descansava, quando dava, somente depois do almoço, por volta das 14h

E eu só tinha um descansinho assim, né. Depois das 14h que eu dava uma...sentava lá em meu quarto ou senão espichava um pouquinho. Aí quando levantava de lá era fazer a janta, completar a janta, né.

Completar a janta era porque ela deixava quase tudo preparado

Porque eu bancava a esperta, eu deixava quase tudo pronto, os negócios da janta. Na hora era só esquentar, fazia um mexidão, panela de sopa, deixava tudo guardadinho. Aí na hora, 18h, era só esquentar. Porque se fosse fazer almoço e janta, Nossa Senhora! Aí isso aí foi muito tempo, muito, muito mesmo.

Após a janta, todos se reuniam para rezar o terço e dormir em seguida. O cotidiano era esse.

As memórias de Maria se entrelaçam às minhas porque eu vi e vivi junto muitos desses momentos, porém não com todos morando na mesma casa no interior do Espírito Santo, que foi o enfoque que procurei trazer, porque foi o período de mais trabalho. Das lembranças que tenho, já não eram mais vinte pessoas, mas a circulação de pessoas ainda era muito grande, e todo mundo queria comer algo que ela fazia. Quando penso nas minhas próprias lembranças e ouço as histórias mais antigas que a minha existência, percebo como a vida de Maria se assemelha a de muitas outras mulheres negras brasileiras e se encaixa nos aportes teóricos que trouxe ao longo desta tese.

Gostaria de esclarecer, ainda, sobre o processo de trazer a história dela em uma pesquisa que se constituiu ao longo de sua trajetória. Bem no início do projeto havia a intenção de entrevistar mulheres que eram reconhecidas por seus pratos. Como eu ainda estava apegada à geografia tradicional, tinha a ideia de que não poderia ter contato com pessoas muito próximas, então até conversei com uma das professoras que trabalhavam comigo na época e que cozinhava muito bem, inclusive profissionalmente. Depois de ter contato com metodologias de pesquisas feministas e perceber que poderia ser sim uma pessoa próxima e que isso não invalidaria a minha pesquisa, a ideia de falar sobre Maria e suas vivências me pareceu perfeita, afinal ela era uma mulher que esteve à frente da cozinha de uma família numerosa por décadas, e posso afirmar que moldou hábitos alimentares dos moradores mais jovens da casa de D. Helena. Mas, quando essa ideia surgiu a perspectiva era outra, era a de colocar suas receitas, modos de fazer, sua memória culinária mesmo. Porém, no percurso da construção da tese, uma outra perspectiva do trabalho doméstico culinário se mostrou mais pertinente e, além disso, apresentar somente as receitas poderia recair em um tipo de pesquisa que acaba romantizando o trabalho culinário de mulheres negras. Mesmo com essa alteração da visão sobre o trabalho de Maria a história dela

continuou fazendo muito sentido para esta tese e sempre foi muito latente em mim a vontade e possibilidade de contá-la.

A vida não só dela como de muitas mulheres negras no Brasil que trabalham como domésticas é carregada de complexidade na forma que elas vivem e na forma que elas contam o que acontece. Mesmo sendo um trabalho árduo, repetitivo e interminável, e ela tendo consciência de que trabalhava muito, não há raiva ou arrependimento em sua fala.

É possível perceber, também, como a vida dos filhos de D. Helena foi se constituindo a base dos estudos e profissões bem remuneradas, enquanto Maria permaneceu fazendo a mesma coisa durante todos esses anos.

Outro detalhe que chama a atenção é que a família para quem Maria trabalhou toda a vida não era uma família rica ou com posses, era uma família simples e, inclusive, com muitos filhos. O que me leva a pensar na facilidade que era, e ainda é, para pessoas brancas ascenderem profissionalmente e/ou financeiramente, e de terem a disposição uma mulher negra para cumprir os afazeres domésticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é fruto de perguntas que foram surgindo ao longo de sua tessitura. Nessa jornada, meu modo de pesquisar se tornou outro junto ao fazer da pesquisa. Fico com a sensação que é o início de uma trajetória, não o fim, porque muitas possibilidades de investigação se abriram durante a escrita. Porém, esta pesquisa deixa claros alguns pontos que precisam ter mais visibilidade na geografia dos alimentos e da alimentação, por isso penso que ela pode servir de base teórica para ramificações nessa área da geografia brasileira.

O alimento e a alimentação, relevantes na minha formação como geógrafa, aparecem dessa vez no espaço privado, mas não só. O alimento é um objeto de análise que transita entre os espaços público e privado, e que na geografia brasileira encontra-se em investigações da produção, circulação, comercialização e consumo, porém, sempre no espaço público. Aqui escolhemos voltar nosso olhar ao espaço onde ele é preparado e às pessoas que deixam prontas as refeições. Quem escolhe, quem adquire, quem prepara, quem sabe as preferências culinárias de cada morador/a de uma casa? Geralmente uma mulher; na maior parte das vezes uma mulher negra. Mulheres negras cozinharam quase exclusivamente nesse país por pelo menos três séculos e a abolição não as excluiu das cozinhas.

A fome também é tema recorrentemente trabalhado na geografia brasileira e aqui, sob olhar interseccional, vimos que mulheres negras empobrecidas e as famílias chefiadas por elas são mais suscetíveis a sofrer com a insegurança alimentar, moderada ou grave.

Métodos e metodologias feministas da ciência foram de grande contribuição para este trabalho, na medida em que nos dizem que a ciência deve ser reflexiva e posicionada, que posso afetar e ser afetada pela pesquisa sem medo de invalidá-la por isso. As geografias feministas, que seguem essa tendência, ampararam um trabalho sobre o espaço privado e as relações que acontecem nele. Analisando o espaço privado na geografia brasileira, constatamos que essa porção espacial deixada de lado pela geografia tradicional, porém fundamental para o funcionamento do espaço público, é tratado com exclusividade pelas geografias feministas, que dão visibilidade ao espaço privado. A manutenção e reprodução desse espaço, tarefa construída como exclusivamente feminina no ocidente a partir do século XVIII, se

torna desvalorizada e invisível na realidade concreta, no cotidiano e na ciência. A geografia tradicional, que não foge a esse padrão, se esforça na investigação do espaço público, o que é denunciado por diversas geógrafas feministas. Além disso, utilizando o conceito de espaço paradoxal, pude considerar a cozinha como um espaço central de análise, e a partir dela refletir sobre o papel das mulheres negras no trabalho doméstico no Brasil, transitando entre a margem e o centro e entre os espaços público e privado.

Sobre o trabalho reprodutivo realizado por mulheres, foi preciso entender alguns pontos: a feminilidade, que nos coloca nesse lugar de obrigação de realizar as tarefas domésticas e cuidar dos filhos e marido; a conformação da família monogâmica como modelo ideal de família; e a construção do amor materno. Esses três fenômenos sociais surgiram no período de consolidação do sistema capitalista urbano-industrial europeu e os artifícios para que eles se efetivassem eram – ainda são - a punição, pelo Estado (como a caça às bruxas ou se você realiza um aborto no Brasil, por exemplo); a Igreja com sentimento de culpa e direcionamento da vida das pessoas; e, ainda, contribuições da ciência e literatura na diferenciação de homens e mulheres, nas quais os homens eram considerados seres racionais e as mulheres emocionais, e que acabou também por decidir os espaços que cada grupo ocuparia: o público, político, para os homens; e o privado para as mulheres. No entanto, as prerrogativas da feminilidade e o mito do amor materno foram pensadas para mulheres brancas, burguesas e europeias; não para mulheres pobres, tampouco para mulheres não brancas. Ainda assim, somos atravessadas pelas opressões de gênero surgidas nesse momento.

Utilizando as lentes da interseccionalidade e relacionando diversos fatores apresentados ao longo do texto, podemos verificar as maneiras pelas quais o Brasil, mas não só ele, relegou às mulheres negras lugares subalternos permanentemente. Analisando o trabalho doméstico de forma interseccional, vimos que no Brasil quem mais realiza tarefas domésticas e de cuidado são as mulheres negras. No trabalho doméstico remunerado, mensal ou diário, elas também são maioria; e no caso das diaristas são as mais empobrecidas. A herança escravocrata do país contribui para que exista uma quantidade significativa dessa força de trabalho desvalorizada e mal remunerada, além dos abusos e violências cotidianas nesse ambiente de trabalho. Essa herança escravagista está presente, inclusive, na morfologia dos imóveis brasileiros, no “quartinho de empregada” e já esteve, no passado, nas cozinhas longe

das áreas de circulação dos residentes e das visitas. A circulação das empregadas domésticas pela casa dos seus empregadores também é restrita; o lugar de algumas é somente a cozinha, as mais claras acessam, ao servir, os outros cômodos.

Observamos, ainda, que o cotidiano das trabalhadoras domésticas no Brasil se faz no trabalho produtivo e reprodutivo duplamente: na casa dos seus empregadores e em suas próprias casas. O tempo livre dessas mulheres é, geralmente, dedicado à organização da própria casa e/ou ao cuidados de outras pessoas. Nesse cotidiano, essas mulheres atravessam espaços marginais e centrais, economicamente distintos, onde tem um olhar e uma vivência em cada um deles, e pode falar dos dois e a partir dos dois, o que bell hooks defende como essencial para a construção de um pensamento feminista.

Quando pensamos em mulheres que exercem o trabalho doméstico no Brasil, em suas casas ou como trabalhadoras nas casas de outras pessoas, estamos falando sobre mulheres negras. Não somos femininas e delicadas o suficiente para não realizarmos trabalhos árduos; a vida dos nossos filhos não importa, a morte deles não causa comoção. Encontramos as respostas voltando o olhar para a formação social brasileira, baseada em trabalho escravizado por séculos, e as consequências disso na nossa vida hoje.

Dessa forma, percebemos que mulheres negras estão realizando as tarefas domésticas no Brasil há séculos, porém pouco ou não aparecem nas discussões iniciais sobre feminilidade, mito do amor materno, família nuclear, espaço privado e geografia dos alimentos e da alimentação no Brasil. Foi durante a construção da pesquisa, e a partir das perguntas que surgiram nesse caminho, que concluímos que mulheres negras estão ausentes de debates do campo da geografia dos alimentos e da alimentação. Através de revisão de literatura, depoimentos e memórias, constatamos a ausência de mulheres negras enquanto sujeitas essenciais para pensarmos a alimentação brasileira no campo da geografia que pesquisa esse viés.

As lembranças de D. Risoleta (Bosi, 1994) e de Maria nos mostram como o cotidiano de mulheres que trabalhavam e moravam na casa dos empregadores era voltado exclusivamente às necessidades dos moradores daquelas casas, ficando as suas necessidades em segundo plano. Quase não havia tempo livre fora da casa, por vezes ficando meses sem ir à rua, como conta D. Risoleta. Esses depoimentos são importantes para vermos - na prática, no dia a dia - o que nos apresenta a teoria e os dados.

Mulheres negras são a maioria das trabalhadoras domésticas no país por causa do passado escravista, que findou oficialmente em 1888, mas permanece nas relações e na estrutura racista. O mito da democracia racial faz com que o racismo imbricado na nossa sociedade permaneça sempre ali, presente, mas enquanto país nós negamos que ele exista. Reflexo disso é a permanência de mulheres negras, antes as escravizadas domésticas, como trabalhadoras domésticas e a manutenção também desse trabalho como desvalorizado e pessimamente remunerado. Assim, formam-se gerações de mulheres negras que exercem as mesmas funções há séculos. Nesse ambiente inóspito que é o Brasil para as pessoas negras, seja nos espaços públicos ou privados, mulheres negras resistem e buscam formas de proteger-se e aos seus.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 20, p.95-117, jan./abr. 2012.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, p. 271-289, 2013.

ALVES, Luiza Santos. A QUESTÃO DO ALIMENTO NO ESPAÇO URBANO E O TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 2516-2530, 2019.

ALVES, Luiza Santos. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Espírito Santo**: uma análise geográfica. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Ufes, Vitória, 2015.

ALVES, Luiza Santos. Mulheres, espaço e alimentação. *In*: **Comida e saúde em diálogo**: o “lugar da alimentação desde o pensamento antigo até os dias de hoje. Botter, Barbara (org.). Vitória: Cousa, 2021.

AMARAL, Alvino de Souza; COSTA, Bianca Aparecida Lima. Quilombo, cantos e tambores: As mulheres nos Grupos Ganga Zumba e Herdeiros do Banzo–Ponte Nova/MG. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 2, p. 125-150, 2019.

AMATUZZI, Mauro Martins. A subjetividade e sua pesquisa. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 10, p. 93-97, 2006.

ANZALDÚA, Gloria. **Bordlands/ La Frontera**. Colección Ensayo. Madrid: Capitán Swing Libros, 2016.

APROVADO PROJETO QUE PROÍBE EXPRESSÃO "BOA APARÊNCIA" EM ANÚNCIOS DE EMPREGOS. 2000. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2000/11/14/aprovado-projeto-que-proibe-expressao-boa-aparencia-em-anuncios-de-empregos>. Acesso em: 23 jun. 2022.

ARCOVERDE, Leo. Taxa de homicídio de homens negros no Brasil é quase 4 vezes maior do que a de não negros, aponta estudo. **G1**. São Paulo. 19 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/11/19/taxa-de-homicidio-de-homens-negros-no-brasil-e-quase-4-vezes-maior-do-que-a-de-nao-negros-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ARENDDT, Hanna. **A Condição Humana**. São Paulo: Forense, 2007.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. **Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda**, n. 16, p. 37-69, 22 mar. 2020.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MEC. **Reajuste no PNAE supera 40% em alguns estados**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/reajuste-no-pnae-supera-40-em-alguns-estados>. Acesso em: 05 jun. 2023.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. Comida de mãe: notas sobre alimentação, família e gênero. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 19, n. 01, p.233- 253, jul. 2008.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BENDER, P. M.; GÓES, E. M.. AS DISPUTAS E A LÓGICA FRAGMENTÁRIA: NOVAS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS EM CHAPECÓ - SC. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 23, n. 85, p. 54–68, 2022

BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulher negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 479-479, 1995.

BOSI, Ecléa. D. Risoleta. *In*: **MEMÓRIA E SOCIEDADE**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 365–401.

Brasil. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan). Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005.

CARRANÇA, Thais. 'Tinha patrão, hoje tenho cliente': as diferenças de ser doméstica no brasil e nos eua. **Bbc News Brasil**. São Paulo. 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57855932>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CARVALHO, M. R. S. de; GOMES, I. R. Reconfiguração nas centralidades em cidades médias brasileiras: reverberação do setor supermercadista em Marabá (PA). **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 20, n. 02, p. 52–83, 2022

CASTRO, J. R. B. A promoção de megafestas juninas em arenas privadas no Recôncavo Baiano: uma apreciação analítica. **GeoTextos**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2011.

CAVAS, Claudio de São Thiago; NETO, Maria Inácia D'Ávila. Atravessando fronteiras: um estudo sobre mães-de-santo e a "África imaginada" nos terreiros de candomblé do Rio de Janeiro. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 52-70, 2015.

CAVIGNAC, Julie Antoinette; SILVA, Danycelle. SABORES E PRÁTICAS CULINÁRIAS DAS COZINHEIRAS NEGRAS DO SERIDÓ (RN-BRASIL) **Revista GeoNordeste**, n. 2, p. 20-40, 2019.

CESAR, T. R. A. O.; PINTO, V. A. M. Relações de gênero e a Revista Brasileira de Geografia: expressões da tradição geográfica nacional (1939-2005). **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 2, p. 366-379, 2018. ISSN 2179-0892.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORREA, Gabriel Siqueira. A questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p.29-58, V.10, n.13, jan-jun.2014. Acesso em: 10 set. 2022.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; GUIMARÃES, Geny Ferreira; DE SOUZA, Lorena Francisco. Introdução Do Caderno Temático Geografias Negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, abr. 2020, p. 3-11, 2020.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia Política**, 9(17), 85-99. 2009

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

COSTA, Carmem Lúcia. Feminismos, pandemia e trabalho: Reflexões sobre o cotidiano de mulheres no Brasil em tempos de Covid-19. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 309-324, 2021.

COUTINHO, M. C., D'AVILA, G. T., MADERS, T. R., & MORAIS, M. Trabalhadoras domésticas: trajetórias, vivências e vida cotidiana. **Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho**, 21(1), 2018, p.87-101.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem**, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.
DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Trabalho doméstico no Brasil**. São Paulo, 2022. Disponível em:
<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso em 25/04/2023

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). **O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas**. São Paulo, 2023.

DE CAMPOS, Mayã Polo; SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando. 'Teu corpo é o espaço mais teu possível': Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 31, p. 101-114, 2020.

DE PAULA, Marise Vicente. De escrava à empregada doméstica: o fenômeno da (in) visibilidade das mulheres negras. **Revista Latino-americana de geografia e Gênero**, v. 3, n. 2, p. 155-164, 2012.

DO VALE, Vitor Hugo Chagas et al. AS GEOTECNOLOGIAS NA IDENTIFICAÇÃO DE FATORES INFLUENCIADORES DA VULNERABILIDADE DA DISSEMINAÇÃO DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO NA FASE DE REABERTURA DO MUNICÍPIO DE NITERÓI. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 3, 2020.

DOS SANTOS FILHO, Christovam Reis; COSTA, Otávio José Lemos. DISTANCIAMENTO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO SAGRADO: CORONAVÍRUS E AS NOVAS PRÁTICAS ESPACIAIS. **Geografia**, v. 45, n. 1, p. 141-162, 2020.

DUARTE, E. L.; GARCÍA, M. F. MOVIMENTOS DE MULHERES TRABALHADORAS NO ESTADO DA PARAÍBA: gênero e autonomia. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 132–151, 2016. DOI: 10.18766/2446-6549/interespaco.v1n3p132-151. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/4439>. Acesso em: 27 fev. 2023

EGA, Françoise. **Cartas a uma negra**. São Paulo: Todavia, 2021.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivivência: a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de conceição evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia; CANDIANI, Heci Regina. **A história oculta da fofoca: mulheres, caça às bruxas e resistência ao patriarcado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES DA CUNHA, J. R. A PRODUÇÃO DA ESCALA GEOGRÁFICA SEGUNDO CRIANÇAS NA CIDADE DA COPA DO MUNDO. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 268–293, 2019. DOI: 10.46789/edugeo.v8i16.549. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/549>. Acesso em: 27 fev. 2023.

FERREIRA, Maria Mary; PINTO, Neuzeli Maria de Almeida. Mulheres, Classe Social e Violência de Gênero em Tempos de Pandemia. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 2, p. 130-145, 2021.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 511-553.

FRANCO, R. B.; FABRINI, J. E. A CONSTRUÇÃO DA LUTA DAS MULHERES FAXINALENSES: UM OLHAR SOB A OFICINA “O TRABALHO DAS MULHERES CAMPONESAS”. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 28–52, 2021. DOI: 10.33026/peg.v22i1.8037. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8037>. Acesso em: 27 fev. 2023

FUMEY, Gilles. **La mondialisation de l'alimentation**. L'Information géographique. 2007. p. 71-82

GIARD, Luce. Cozinhar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 211-331.

GONÇALVES, T. E.; CARNEIRO, T. R. Espaço Público e Shopping Center na Cidade Contemporânea: Novos Significados do North Shopping em Fortaleza - CE. **Geografias**, [S. l.], n. 10, p. 128–155, 2012

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. 1. ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018a. p. 34-53.

GONZALEZ, Lélia. Democracia racial? Nada disso!. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. 1. ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018b. P. 109-111

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. 1. ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018c. P. 103-108

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica?. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. 1. ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018d. P. 127-129

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. 1. ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018e. P. 307-322

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...1. ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018f. p. 190-214

GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Ética nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais: entre a norma e sua aplicação. **Práxis Educativa**, v. 18, 2023.

GUIMARÃES, G. F. GEO-GRAFIAS NEGRAS & GEOGRAFIAS NEGRAS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, abr. 2020, p. 292-311, 2020.

GUIMARÃES, Valdenia et al. O BBB2021 e as Representações de Machismo, Racismo, Xenofobia e LGBTQfobia. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 2, p. 116-129, 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, nº5, p.7-41, 1995.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). ESTATÍSTICAS DE GÊNERO: INDICADORES SOCIAIS DAS MULHERES NO BRASIL. **Estudos e Pesquisas** – Informação Demográfica e Socioeconômica, n 38, 2ª edição, ISBN 978-65-87201-51, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em 23/09/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.48, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972>. Acesso em 10/07/2023.

JORNAL DA GLOBO. **Falta de acesso ao gás de cozinha contribui para aumento de 43% no nº de queimados em hospital de referência do Rio. G1**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 21 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2022/06/21/falta-de-acesso-ao-gas-de-cozinha-contribui-para-aumento-de-43percent-no-no-de-queimados-em-hospital-de-referencia-do-rio.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

JULIANO, Dayana Christina Ramos de Souza. O genocídio da juventude negra brasileira: luta pelo direito à vida e o Serviço Social. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 18, n. 46, 2020.

KATZ, Cindi. Playing the field: questions of fieldwork in geography. **Professional Geographer**, vol 1, nº46, p.67-72.1994.

KEHL, Maria Rita. A constituição da feminilidade no século XIX. In: KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Cap. 1. p. 17-85.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora

Cobogó, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne III**. Paris: L1Arche Editeur, 1981

LEOPOLDO, Eudes. O mundo, a Amazônia e a região de fronteira no fio da navalha: o Sul e Sudeste do Pará em tempos da pandemia do coronavírus. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 18, 2020.

LINDO, Paula. O mapa da pesquisa de gênero na Geografia brasileira (2010 a 2019): Sistematização e análise. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 259-281, 2021.

LYRA, Luna Esmeraldo Gama. **Espaços de cozinhar**: mulheres, colonialidade e resistências coletivas a partir do trabalho de cuidado. 189 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Ufmg, Belo Horizonte, 2021.

MACHADO, Taís de Sant'Anna. **Um pé na cozinha**: uma análise sócio-histórica do trabalho de cozinheiras negras no Brasil. 2021. 305 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MACHADO, Talita Cabral. A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia (GO). **Ateliê Geográfico**, v. 12, n. 1, p. 201-218, 2018.

MAIA, R. S.; MAIA, C. E. S. Cura ut Valeas! Múltiplos usos e faces das máscaras em tempos de pandemia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 29–50, 2020. DOI: 10.5216/ag.v14i2.63589. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/63589>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MARCELINO, Jonathan. AS MARCAS DA COLONIALIDADE: RAÇA E RACISMO NA PRODUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. Ed. Especial, p. 435-457, 2020.

MARQUES, Ana Carolina dos Santos. Jovens mulheres na cultura Hip Hop de Londrina, Paraná: interpretações a partir de 'Relief Maps'. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 207-229, 2021.

MARTINS, Isis do Mar Marques. Geografia da família, aspectos teóricos e abordagens qualitativas: uma introdução. **Geografares**, n. 34, 2022.

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. University of Minnesota Press, Minneapolis, 2013.

MAYER, Sofia. Desembargador de SC suspeito de manter mulher em condições análogas à escravidão por 20 anos é especialista em direito do trabalho; saiba quem é. **G1**. Santa Catarina, p. 1-1. 06 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/06/06/quem-e-o-desembargador-de-sc-suspeito-de-manter-trabalhadora-surda-em-condicoes-analogas-a-escravidao-por-20-anos.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MENDES, Andréa Aparecida Esteves; MILANI, Maria Luiza. Inserção da Mulher Negra Brasileira no Mercado de Trabalho no Período de 1980–2010.5212/Rlagg. v. 7. i2. 0011. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 2, p. 178-194, 2016.

MENDES, F. J. da C.; MARTINS DE SOUSA, C. A. .; QUEIROZ DE MIRANDA NETO, J. . Lazer em Altamira-PA e as transformações após a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 224–243, 2020

MCKITTRICK, Katherine. **Demonic Grounds: Black Women And The Cartographies Of Struggle**. 1a ed. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2006.

MORAIS, M. A. A participação na construção de espaços políticos pelos umbandistas no município do Rio de Janeiro: visibilidade, reconhecimento e representatividade política. **Geografães**, [S. l.], n. 26, p. 106–125, 2018.

NETTO, Rodolpho Jordano. **OS SQUATTS/OKUPAS ANARCOPUNKS NO BRASIL: TERRITÓRIOS DE CRIAÇÃO E (CON) VIVÊNCIA DA CULTURA E SOCIABILIDADE LIBERTÁRIA.**, 2021

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. QUESTÕES ACERCA DO GENOCÍDIO NEGRO NO BRASIL. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, abr. 2020, p. 312-335.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O trabalho forçado no Brasil**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-escravo/WCMS_393066/lang--pt/index.htm. Acesso em: 25 abr. 2023a.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho Decente**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023b.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.

OLIVEIRA, Débora Santos de Souza. **A transmissão do conhecimento culinário no Brasil urbano do século XX**. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade...O que é? Ou o que pretende ser?** Disponível em: <https://partidanet.wordpress.com/2017/05/19/dororidade-o-que-e-ou-o-que-pretende-ser/> acesso em 13/03/2023

PEDROSA, Claudia Mara. O trabalho doméstico e o espaço privado: iniquidades de direitos e seus impactos na vida das mulheres negras. **Igualdade Racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes**, Brasília: Ipea, 2013. (p. 59-77)

PITTE, Jean-Robert. Nascimento e expansão dos restaurantes. In: **História da Alimentação**; (Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira). São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

PRZYBYSZ, Juliana. Capítulo 1 - Espaço, gênero e instituição de famílias monoparentais femininas. In: PRZYBYSZ, Juliana. **Articulando os espaços público e privado: transformações das espacialidades vividas por mulheres responsáveis pelo domicílio, após a dissolução conjugal na cidade de Ponta Grossa - Paraná**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - Paraná, 2011.

PRZYBYSZ, J.; SILVA, J. M. Espacialidades e interseccionalidades na vivência de mulheres prostitutas mães na cidade de Ponta Grossa-PR. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 570-585, agosto. 2017.

REPÓRTER BRASIL. **O que é trabalho escravo?** Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/educarb/1-o-que-e-trabalho-escravo/>. Acesso em: 25 maio 2023.

RODRIGUES, Jessyka da Silva et al. Vidas Precárias de Travestis Negras: Uma Geografia do Machismo e da Transfobia em Parnaíba PI. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 2, p. 39-55, 2021.

ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress in human geography**, v. 21, n. 3, p. 305-320, 1997.

ROSE, Gillian. **Feminism and Geography: The limits of geographical knowledge**. U of Minnesota Press, 1993.

ROSSINI, E. Nas atividades econômicas a modernidade tecnológica exclui homens e mulheres, incorpora mais a mulher na cidade e menos no campo. **Geosp – Espaço e Tempo**, n.12, p. 47-56. São Paulo, 2002.

SANDES, Renilton da Silva. Representações Sociais no Território de Elísio Medrado Marcada pelas Práticas de Prostituição das Mulheres' Rapa-Bolso. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 1, p. 94-104, 2012.

SANTOS, Mariza Fernandes. A temática racial nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em geografia no Brasil (1987-2018). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, abr. 2020, p. 54-77.

SCARIM, Paulo Cesar; SCHUNIG, Erick Alessandro. DESVELANDO AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO DO ALIMENTO DENTRO DOS APARTAMENTOS NA CIDADE DE VITÓRIA DURANTE A VIRADA DO SÉCULO XX. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, p.41-63, 2018.

SCHUNIG, Erick Alessandro; SCARIM, Paulo Cesar. A REPRESENTAÇÃO DA COZINHA COMO ELEMENTO DO PRODUTO IMOBILIÁRIO NA CIDADE DE

VITÓRIA ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 A 1970. **Geografares**, Vitória, p.94-108, 2017.

SENNA, Ariane. A trajetória acadêmica de uma psicóloga, mulher trans e negra na universidade. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 304-317, 2018.

SILIPRANDI, Emma. A alimentação como um tema político das mulheres. **Centro de Humanidades**, p. 143. Ariús, Campina Grande, v. 18, n.1, jan./jun. 2012.

SILVA, Cintia Cristina Lisboa da Silva. **Silenciamentos da geografia brasileira: interseccionalidade de gênero e raça na produção de artigos científicos após os anos 2000**. 2022. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2022.

SILVA, Cíntia Cristina Lisboa da; SOUZA, Lorena Francisco de. Geografia e a Perspectiva Interseccional de Gênero e Raça: Corporeidade e Espaços que produzem o Campo Científico. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 1, p.125-148, 2022. ISSN 2177-2886.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, [s.l.], v. 1, n. 8, p.31-45, verão 2003.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**, p. 25-54, 2009.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da Anpege**, [s.l.], v. 11, n. 15, p.185-200, 2015.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1, p. 163-171, 2020.

SILVA, Lucas Bento da. IMPACTO ECONÔMICO E SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE NEGRA RURAL PALENQUEIRA SAN JUAN DE PALOS PRIETO, REGIÃO DO CARIBE COLOMBIANO. **Revista Nera**, n. 32, p. 195-213, 2016.

SILVA, L. H. O. da; SILVA, E. da. Espaços e sentidos em disputa: confrontos na praça e no Facebook . **Texto Livre**, Belo Horizonte-MG, v. 11, n. 2, p. 248–263, 2018.

SILVA, Silvana Oliveira da et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, p. e00255621, 2022.

SILVA, Susana da. Maria. Veleda. Geografia e gênero/geografia feminista-o que é isto?. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 23, n. 1, 1998.

SILVA, Susana Maria Veleda da; TÊDDE, Rafael Moura. As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: Um olhar que desvela. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 90-108, 2019.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. In: **GEOUSP, Espaço e Tempo** – Revista de Pós-Graduação/Departamento de Geografia, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, n. 19, p. 93-111, 2006.

SOUSA, Ana Alice de et al. Ciberespaço e Representatividade da Mulher nas Campanhas Publicitárias de Lojas de Produtos Femininos no Instagram. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 2, p. 38-56, 2022.

SPIVAK, Gayatry. **Pode o subalterno falar?** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAVARES, M. J.; COSTA, C. L. O TRABALHO FEMININO NOS TERNOS DE CONGO DA FESTA EM LOUVOR A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM CATALÃO (GO): persistências e resistências ao patriarcado. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2016. DOI: 10.33026/peg.v16i2.3927. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3927>. Acesso em: 27 fev. 2023.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, v. 22, p. 161-178, 2015.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?** 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/?amp=1&fbclid=PAAabux6OiiPBIsfoxYWRLp0luBJpTX6ubp9l40KTq0TbI8URj9_QdA3uVC4. Acesso em: 12 mar. 2021.

VANEGAS, Jorge Mario Carmona. Uma contribuição ao debate sobre o espaço público contemporâneo. **Revista Geografar**, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2020.

VASCONCELOS, Júlia. Volta do PAA: **entenda o que é o programa e como ele impacta famílias brasileiras**. **Brasil de Fato**. Petrolina, p. 1-1. 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/31/volta-do-paa-relembre-o-que-e-o-programa-e-como-ele-impacta-familias-brasileiras>. Acesso em: 05 jun. 2023.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora, 2020.

VIRGINIO, Jamile Freitas. A FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO DOMÉSTICO CONTEMPORÂNEO E A INVIOABILIDADE DOMICILIAR: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA DA INSPEÇÃO DO TRABALHO. **Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho**, 2023.

WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. **Bbc News Brasil**. Basileia (Suíça). 18 fev. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ZAGUI, Paula Apolinário; ESCOBAR, Marco. Lei cidade limpa: estudo sobre a poluição visual gerada pela mídia exterior em Cuiabá-MT. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 8, n. 2, p. 357-377, 2011.

ZILLOTTO, Denise Macedo; SANTOS, Leticia Laureano dos. Histórias de Trabalho de Mulheres Negras com Ensino Superior. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 71-91, 2015.